REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457

Rio de Janeiro – Ano 20 – Nº 59

Maio/Agosto – 2014

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de filologia e de linguística por ela abrangidas.
Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora
Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)
Boulevard Vinte e Oito de Setembro, 397 / 603 – 20.551-030 – Rio de Janeiro – RJ
pereira@filologia.org.br – (**21) 2569-0276** e **http://www.filologia.org.br/revista**

Equipe de Apoio Editorial
Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista.*

Distribuição
A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a instituições de ensino, centros, órgãos e institutos de estudos e pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOLOGUS VIRTUAL
www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

RESENHA

EDITORIAL

O CiFEFiL tem o prazer de apresentar-lhe o número 59 da Revista Philologus, com nove artigos e uma resenha, dos seguintes autores: Américo Almiro do Ó Filho, Bárbara Olímpia Ramos de Melo, Cybele Regina Melo dos Santos, Everaldo dos Santos Almeida, Expedito Eloísio Ximenes, José Pereira da Silva, Luiz Augusto Vieira de Carvalho, Luna Karoline Sousa Rocha, Matheus Seiji Bazaglia Kuroda, Mônica Maia dos Santos, Paulo Mosânio Teixeira Duarte, Pedro Antônio Gomes de Melo e Rodrigo Maia Theodoro dos Santos.

No primeiro artigo, Cybele aborda uma análise das diferenças léxico-semânticas entre a língua portuguesa do Brasil e a língua portuguesa de Portugal.

No segundo, Bárbara e Luna discutem atividades em três livros didáticos para levantar os gêneros orais, apresentar como as atividades que desenvolvem a oralidade e analisar a coerência com a Proposta Curricular da EJA, dos PCN e do Guia PNLD.

Américo e Expedito apresentam, no terceiro artigo, o estudo de um manuscrito datado do século XIX, da então vila do Acaraú, Ceará, do qual fizeram a edição semidiplomática e analisaram os aspectos paleográficos, codicológicos, linguísticos e as manifestações sociopolítico-culturais presentes.

Everaldo analisa o discurso humorístico da televisão brasileira, no quarto artigo, identificando implicâncias e relações linguístico-histórico-culturais dos falantes em decorrência da concepção sociológica da linguagem a partir dos bordões veiculados pela programação de entretenimento.

O quinto artigo é de Matheus e Mônica, que analisam a mobilização e a construção dos sentidos na música “Velha Roupa Colorida”, de Belchior, considerando seu funcionamento discursivo.

No sexto, continuamos a publicação do artigo de Rodrigo, cuja primeira parte foi publicada no número anterior desta *Revista*, correspondente ao primeiro quadrimestre de 2014.

Luiz Augusto apresenta, no artigo de número sete, um breve estudo sobre o tópico em língua portuguesa sob a perspectiva da gramática

tradicional e da linguística, analisando e comparando o ponto de vista dessas correntes em relação ao tópico.

No penúltimo artigo, Pedro Antônio investiga sobre a dinâmica toponímica nos nomes identificadores dos municípios da microrregião de Arapiraca, procurando compreender o processo de mudança linguística.

No último, Paulo Mosânio avalia a contribuição de Saussure a respeito da noção de língua e de signo, considerando o Curso, mais recentes.

Na resenha, José faz uma breve apresentação do livro *Produção de Texto Oral e Escrito*, organizado pelos Professores Antônio Carlos Santana de Souza e Maria Leda Pinto, comentando alguns de seus capítulos e relacionando os demais para conhecimento dos interessados.

Concluindo este número 59 da *Revista Philologus*, o CiFEFiL solicita a sua crítica a esta publicação, ajudando-nos a produzir um periódico cada vez mais qualificado e importante para a interação entre os profissionais de linguística e letras e, especialmente, os que atuam diretamente com a filologia em seu sentido mais restrito.

Rio de Janeiro, agosto de 2014.

José Pereira da Silva

DIFERENÇAS LÉXICO-SEMÂNTICAS DO PORTUGUÊS DO BRASIL E DE PORTUGAL

Cybele Regina Melo dos Santos (UNINOVE)
cyre@ig.com.br

RESUMO

Este artigo aborda uma análise das diferenças léxico-semânticas entre a língua portuguesa do Brasil e a língua portuguesa de Portugal. A proposta foi a de verificar que apesar das diferenças que estão presentes na língua portuguesa escrita utilizada nos dois países, o processo de comunicação é compreensível, respeitando-se os aspectos históricos e os processos de formação que permitiram a diferenciação da linguagem nos dois países.

Palavras-chave: Língua portuguesa. Léxico. Semântica.

A língua portuguesa está presente em vários países nos continentes da América, África, Ásia e Oceania. É a língua oficial de Portugal, Ilhas da Madeira e Arquipélago de Açores, Brasil, Angola, Guiné Bissau, Cabo Verde, República Democrática de São Tomé e Príncipe e Moçambique, sendo pensada, falada e escrita todos os dias por milhões e milhões de pessoas. Contudo, o português não é utilizado de maneira uniforme em todos estes países, devido ao contato com as línguas nativas que já existiam neles, ou por sofrerem influências de outras línguas, seja por invasões ou imigrações, como é o caso do Brasil, que possui uma herança das línguas indígenas, a influência das línguas africanas e de outras europeias que foram trazidas pelos imigrantes.

Pode-se perceber que existem diferenças no português de Portugal e no português do Brasil, e que muitas palavras de uso cotidiano em um país são desconhecidas ou raramente utilizadas em outro. Exemplo, peúgas (meias de homem), usual em Portugal; e esquentador (Portugal) e aquecedor (Brasil). Outras palavras nem possuem a mesma significação nos dois países, tendo significados distintos, como no caso de moço, que em Portugal significa empregado e no Brasil significa jovem.

O estudo dessa diferenciação é realizado no campo léxico-semântico, ou seja, apresentando as diferenças no sentido do vocabulário e do significado de algumas palavras ou ideias, que possam interferir no processo de comunicação entre os dois países. E a questão a ser trabalhada como fator primordial foi a de verificar se as diferenças léxico-semânti-

cas da língua portuguesa nos textos escritos do Brasil e de Portugal interferem no entendimento da comunicação entre as duas nações.

O objetivo foi apresentado em dois aspectos, sendo que, no âmbito geral puderam ser estudadas as diferenças do vocabulário e do sentido das palavras utilizadas pelos falantes da língua portuguesa no português de Portugal e no português do Brasil. E no âmbito específico, o estudo foi direcionado a pesquisar uma visão histórica do português no mundo, incluindo as diferenças linguísticas, estudando aspectos gerais do português do Brasil e, por fim, analisando termos do vocabulário português e do brasileiro, para detectar diferenças de sentido em textos do idioma.

A língua portuguesa de Portugal faz parte da história de nosso país, da qual somos filial. A língua, sendo transplantada para uma terra distante e estando em contato com línguas de outros povos tão diferentes (indígenas e africanas), e até de outras nações europeias (francês, italiano, espanhol e germânicas) e americanas, integra novas palavras e sentidos, proporcionando novas formas de uso dessa língua, não no sentido de se afastar da língua mãe, mas no sentido de ampliar e se aproximar ao máximo da realidade social, econômica e cultural do Brasil, e proporcionando um estilo diferenciado e próprio no uso da língua portuguesa.

O emprego da língua portuguesa em Portugal e no Brasil apresenta diversos aspectos, que fazem com que as distâncias lexicais e semânticas se tornem mais evidentes.

Percebemos que a língua portuguesa, utilizada em textos escritos no padrão normativo nos dois países, não apresenta diferenças estrondosas; portanto, não chega a causar problemas danosos e irreparáveis de interpretação e compreensão, não atrapalhando, bloqueando, nem mesmo distanciando a comunicação existente entre eles.

O acréscimo de termos estrangeiros a nossa língua, como nas adaptações que foram feitas na língua por causa das diversas diferenças do meio físico, dos animais, das plantas, dos hábitos e dos costumes pertinentes à nossa terra, é diferente do que ocorre em Portugal. Este fator foi de fundamental importância para desenvolver, estruturar e até causar certo distanciamento no uso da língua, dando origem a um estilo e uma maneira própria de se expressar.

O português é a língua oficial e nacional do Brasil, usada nos atos oficiais, nas leis, nas escolas, na imprensa escrita e falada, na literatura, e pelos falantes em suas conversas diárias formais e informais, convivendo

com outras línguas de imigrantes e indígenas (mesmo em menor proporção).

O português do Brasil vai, com o tempo, apresentar um conjunto de características não encontráveis no português de Portugal, da mesma maneira que o português, em diversas outras regiões do mundo, terá também características específicas, em virtude das condições novas em que a língua passa a funcionar. Considerando a língua escrita, existe uma maior proximidade entre o português do Brasil, bem como o de outras regiões do mundo, com o português de Portugal, já que a língua escrita está mais sujeita à normatização apresentada nas gramáticas normativas e dicionários. Na língua oral, o processo de incorporação de características específicas se faz de modo mais rápido.

> Com o seu enorme território (mais de oito milhões e meio de quilômetros quadrados) e a sua população de 120 milhões de habitantes[1], o Brasil não está em proporção com Portugal (92.000 km² e 9 milhões de habitantes. Essa massa de lusófonos brasileiros contribui de uma forma decisiva, na altura do século XX em que vivemos, para fazer do português uma língua de importância internacional. (TESSYER, 2001, p. 93)

Notamos que, tanto em Portugal como no Brasil, os dialetos entre seus diversos estados e regiões contribuem para a utilização de palavras diferenciadas e específicas para cada local, apresentando diferenças lexicais e semânticas. Contudo, este estilo próprio de se expressar, não faz com que seja considerada como uma outra língua, ou outras línguas dentro do mesmo país, pois a raiz e a base estrutural permanecem as mesmas, estando consolidadas pelos diversos usuários da língua, principalmente na forma escrita. Esse é o caso de Portugal e do Brasil, em que cada país apresenta um estilo próprio e diferenciado em aspectos do léxico e da semântica, mas possuem sua estrutura e base preservada.

No Brasil, temos um processo de uso diferenciado de algumas palavras e termos que, de acordo com Melo (1975, p. 146), faz a constituição do léxico do Brasil um elemento de "estilo" e não de outra língua, e ainda afirma que "O vocabulário (nomes e verbos) constituem num idioma o que se chama nomenclatura, ao passo que o que traça a fisionomia de uma língua é a estrutura (...)".

No aspecto da fala e dos textos escritos de maneira informal, a

[1] No Brasil, já ultrapassamos os duzentos milhões de habitantes, enquanto Portugal mantém uma população de pouco mais de nove milhões.

presença de palavras com sentido diferente é muito maior e marcante, acarretando em certos casos, alguns problemas na interpretação e até na compreensão correta e imediata do que se quer realmente expressar, tornando a comunicação menos compreensível.

De fato, alguns textos, ao serem lidos por um leitor mais despercebido, aquele que não tenha tido nenhuma espécie de contato com dados relevantes, as possíveis diferenças do léxico e da semântica da língua portuguesa, pode vir a chocar quando, por exemplo, estiver folheando uma revista de moda intima feminina e encontrar a palavra "cueca" ao lado de uma modelo trajando uma peça, que ele conhece como "calcinha" ou, se ao ler em um jornal no caderno de empregos a oferta de vagas para "mulher a dias", onde no Brasil é conhecida como "diarista". São questões que não podem ser esquecidas, nem tampouco podem passar despercebidas, quando se trata de buscar o diferencial na língua.

Às diferenças no português do Brasil e do português de Portugal começaram a ser levantadas já na segunda metade do século XIX, quando alguns autores, como José de Alencar, trouxeram figuras dos índios, com os falares e costumes das pessoas que aqui viviam, como no romance *O Guarani*. No século XX, com o movimento modernista, essa ideia de construção de uma identidade própria também aparece na literatura, como nos escritos de Mário de Andrade, em especial em *Macunaíma*.

Podemos considerar que, embora apresentando diferenças significativas nos aspectos lexicais e semânticos, a língua portuguesa não pode ser caracterizada, pelo menos não no momento atual de nossa história linguística, como uma segunda língua, derivada da língua portuguesa, não sendo plausível separá-la da língua de Portugal, não sendo, portanto, considerada uma língua brasileira.

As diferenças apresentadas são consideradas como um estilo próprio dos usuários das duas nações da língua portuguesa, apresentando a cultura presente nos dois países. E, como definido por Sílvio Elia (2001), língua de cultura é aquela que é utilizada pelas pessoas cultas de um país, sobrepondo-se às mais variadas diversidades sociais, regionais e locais de um país, fazendo com que a norma padrão prevaleça.

Atualmente, linguistas preocupados com a questão das diferenças marcantes da língua portuguesa, utilizada nos dois países, incluem, além dos outros aspectos da língua, o léxico e a semântica. O léxico traz efeitos de simplificação e modernidade ao português falado no Brasil, enquanto o português falado em Portugal se mantém mais padronizado e

sem grandes influências externas. Como exemplo, podemos citar a palavra "bola" (Brasil) e "esférico" (Portugal). As diferenças semânticas sugerem distinções nos falares da mesma língua nos dois países, sendo mais fortemente acentuadas na linguagem oral do que na escrita. Como exemplo, podemos citar a palavra "rapariga", que se refere, no Brasil, à prostituta, e em Portugal é de uso comum ao se referir a uma jovem.

Nos dois países são encontradas diversas variedades regionais da língua padrão, diferenciando-se principalmente em relação à localização territorial e às classes sociais. Essas variedades linguísticas regionais são compreendidas entre si; contudo, muitas vezes, o nível de compreensão de uma palavra ou termo se torna mais complexo, dificultando a comunicação.

Finalizando, o estudo realizado mostra que a língua portuguesa é única nos dois países, e que as diferenças no campo léxico e no campo semântico estão presentes, mas não chegam a ser um obstáculo na comunicação e não provocam um distanciamento gritante entre as duas nações, impedindo-as de manterem uma comunicação inteligível e compreensível. Entretanto, em alguns textos, principalmente, os mais informais, devem ser lidos com uma atenção redobrada, sendo necessário, às vezes, a consulta a um bom dicionário para auxiliar o entendimento mais preciso do que realmente os interlocutores estão querendo dizer, ou de aspectos diferenciados na linguagem dos dois países.

Assim como Gladstone Chaves de Melo (1975) diz no prefácio da 3ª edição de seu livro *A Língua do Brasil*, a língua, como uma unidade viva das sociedades do mundo, está em constante mudança, sendo que palavras são esquecidas, outras permanecem, outras são inseridas, tornando constante essa evolução natural e permanente.

> Andei lá por todo o país, cidades e aldeias, litoral e interior, meios urbanos e campo. Descobri muito "brasileirismo" e inteirei-me, ainda mais, da sólida unidade linguística luso-brasileira. Hoje o idioma nem é dos portugueses, nem dos brasileiros, mas de ambos, uns conservam melhor certas coisas, outros mais ciosamente guardaram outras. E o tesouro cultural é comum. Temos de mantê-lo, defendê-lo e enriquecê-lo. (...). (MELO, 1975)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro*? – Um convite à pesquisa. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2004.

COUTO, Hildo Honório do. *O que é português brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ELIA, Sílvio. *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: Ática, 2001.

ILARI, Rodolfo. *Introdução ao estudo do léxico*: brincando com as palavras. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

LOPES, Victor. *Língua*: Vidas em português. Documentário. Duração 105 min., 2004.

MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1975.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Trad.: Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VILLAR, Mauro de Sales. *Dicionário contrastivo luso-brasileiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

ENSINO DA ORALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL: ABORDAGENS PRESENTES DO LIVRO DIDÁTICO

Bárbara Olímpia Ramos de Melo (UESPI)
barbaraolimpiam@yahoo.com.br
Luna Karoline Sousa Rocha (UESPI)
lunakarolline@hotmail.com

RESUMO

Este artigo discute atividades em três livros didáticos. Objetiva levantar os gêneros orais, apresentar como as atividades desenvolvem a oralidade e analisar a coerência com a *Proposta Curricular da EJA,* os PCN e o Guia PNLD. Como aporte teórico utiliza Antunes (2003), Fávero (2003), Marcuschi (1997 e 2003), Marote & Teodoro (2002), Preti (1999), Ramos (1997) e Rojo (2000 e 2003). O resultado aponta que os livros didáticos, apesar de já terem avançado em reconhecer a importância da oralidade para o ensino da língua, ainda apresentam algumas falhas, principalmente no tocante à seleção e à abordagem pedagógica dos gêneros orais.

Palavras-chave: Oralidade. Gêneros textuais. Ensino da língua portuguesa.

1. *Introdução*

Sabe-se que, por muito tempo, o ensino de língua portuguesa nas escolas contemplou, indiscriminadamente, o trabalho com a escrita, dando uma quase inexistente importância à modalidade oral de uso da língua. Acreditava-se que não era dever da escola ensinar o aluno a falar, e sim, da família. No entanto, observou-se que, nas últimas décadas, com o surgimento e avanços dos estudos linguísticos, essa realidade vem sendo transformada e já se reconhece a relevância do ensino da oralidade.

A prática docente do ensino de língua oral nas escolas é feita por meio do apoio que os livros didáticos oferecem aos professores e, apesar dos avanços, em muitos destes livros, ainda não é possível constatar o reconhecimento do lugar da oralidade. Por esta razão, a pesquisa em face proveio da necessidade de se analisar o modo como os livros didáticos de língua portuguesa do 8º ano da educação básica têm abordado o ensino da modalidade oral de uso da linguagem, especialmente no que diz respeito às atividades propostas de discussão e produção de textos orais.

Para tanto, foram analisados três livros didáticos, sendo um da educação de jovens e adultos e dois do ensino fundamental regular, que foram utilizados no ano de 2012 em algumas das escolas do município de

Teresina. A pesquisa objetivou descrever a maneira como são propostas as atividades do livro didático, voltadas para o ensino-aprendizagem da oralidade, e analisar se estas estão em conformidade com o que recomendam os materiais de apoio oferecidos às escolas e aos professores para subsidiar, teoricamente, suas propostas pedagógicas.

Dentre os autores estudados, podem ser apontados: Antunes (2003), Fávero (2003), Marcuschi (1997 e 2003), Marote & Teodoro (2002), Preti (1999), Ramos (1997) e Rojo (2000 e 2003), além de documentos como a *Proposta Curricular da EJA*, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* – PCN (2011) e o *Guia do Livro Didático* – PNLD e PNLD-EJA (2010), que constam também como materiais de apoio à pesquisa.

Para melhor compreensão da pesquisa, foram discutidas, a princípio, as abordagens teóricas sobre os gêneros textuais, o ensino da oralidade, as recomendações da *Proposta Curricular da EJA* e dos PCN e a escolha do livro didático, que fundamentaram as análises; depois foram apresentados os procedimentos utilizados e os materiais selecionados para compor o *corpus*; em seguida, foram feitas as análises das atividades relacionadas com a oralidade, correspondentes a cada um dos livros, e, por fim, foram divulgados os resultados das análises.

2. *Pressupostos teóricos: ensino da oralidade, as diretrizes curriculares e a escolha do livro didático*

Verifica-se que o preconceito com a oralidade, dando privilégio à escrita, ainda é perceptível nas escolas. Muitas vezes, nem mesmo os livros didáticos de língua portuguesa instigam o professor a trabalhar tal modalidade em sala de aula e, quando o fazem, no geral, a atenção voltada para oralidade está quase sempre relacionada apenas com a interpretação textual.

Hoje, não se discute mais sobre a importância do trabalho com a oralidade em sala de aula. Diversos autores, como Marcuschi (2003, p. 22), reconhecem a relevância do desenvolvimento de competências orais na escola, ao afirmar que "na sociedade atual, tanto a oralidade quanto a escrita são imprescindíveis. Trata-se, pois, de não confundir seus papéis e seus contextos de uso, e de não discriminar seus usuários".

Apesar disso, o trabalho com a oralidade ainda apresenta alguns problemas, porque os professores creem que os alunos já trazem algumas

habilidades orais e que estas não precisam ser aprofundadas. Antunes (2003, p. 24) ratifica esse fato ao dizer que, relacionado às atividades com a oralidade, é possível constatar

> uma quase omissão da fala como objeto de exploração no trabalho escolar; essa omissão pode ter como explicação a crença ingênua de que os usos orais da língua estão tão ligados à vida de todos nós que nem precisam ser matéria de sala de aula.

Não se trata, é claro, de impor que o papel da escola seja o de "ensinar a falar", mas é relevante que nesse ambiente, além de os professores valorizarem a linguagem nos discursos dos alunos, estes possam ter conhecimento da diversidade de usos possíveis, no tocante à fala, e que, a partir disso, possam refletir sobre o uso da língua.

Por ser vista como o lugar do "caos", do descuido, quando mencionada no ambiente escolar, a língua oral está sempre sendo comparada à língua escrita em posição submissa. Como afirma Antunes (2003, p. 24), o que existe é "uma equivocada visão da fala como o lugar privilegiado para a violação das regras da gramática. [...] tudo o que é erro na língua acontece na fala e tudo é permitido".

O que também se observa nas escolas é que as poucas horas dedicadas ao ensino de língua falada tratam, principalmente, dos gêneros considerados informais, como uma conversa ao telefone. São pouquíssimas as oportunidades de abordar gêneros que prescindem de registros mais formais, o que ratifica o seu desprestígio.

Marcuschi (1997, p. 41) esclarece que um dos aspectos importantes no estudo da fala é a variação, ao afirmar:

> Será de grande valia, pois, mostrar que a língua falada é variada e que a noção de um dialeto uniforme (não apenas no português, mas em qualquer língua) é uma noção teórica e não tem um equivalente empírico. Assim, entre muitas outras coisas, a abordagem da fala permite entrar em questões geralmente evitadas no estudo da língua, tais como as de variação e mudança, dois pontos de extrema relevância raramente vistas.

Partindo desse pressuposto, não se trata de saber falar certo ou errado, e sim de saber os registros de fala ou de escrita adequados às situações contextuais no ato comunicativo. Conforme o pensamento de Marote & Teodoro (2002), pode-se afirmar que o professor deve utilizar tais manifestações linguísticas durante o ensino, e não desconsiderá-las, impondo ao aluno um uso padrão da língua.

Portanto, considerando que o objeto do uso da linguagem seja a

oralidade, não basta apenas “saber falar”, é preciso que se possa conhecer e dominar os gêneros orais dos mais informais aos mais formais, a fim de que os interlocutores possam compreender os enunciados produzidos durante a interação.

Essa consciência sobre o grau de formalidade e informalidade das modalidades em questão se faz necessária, como explica Ramos (1997, p. 9), ao declarar que “não é menor o número de falantes que assumem que a escrita só se presta à veiculação de textos formais e que a fala, de modo geral e irrestrito, é sempre mais coloquial que a escrita”.

Assim, compreende-se, primeiramente, que o professor necessita se desprender do preconceito já estabelecido entre oralidade e escrita para que não o repasse aos seus alunos. É preciso que o ensino da oralidade permita ao aluno um contato com a língua padrão, uma vez que o conceito de norma culta está atrelado à concepção de formalidade no ensino de língua.

Preti (1999) trata da questão da *norma* quando a considera como um produto que resulta do *uso* da língua por determinados grupos sociais, e que esta se modifica a cada situação em que estes usuários se encontrem, adequando-a às suas intenções comunicativas.

Com isso, depreende-se que, para que o objetivo de ensinar a norma culta na oralidade seja que o aluno aprenda a falar como “pessoa culta” é extremamente necessário que ele possa ter acesso a esse tipo de linguagem e, além disso, que haja possibilidade de uso tanto na escola quanto no seu meio social.

Antunes (2003, p. 111-112) sugere atividades que devem particularizar os usos formais do discurso oral que são:

> Contar histórias, inventando-as ou reproduzindo-as; relatar acontecimentos; debater, discutir, acerca dos temas mais variados; argumentar (concordando e refutando); emitir opiniões; justificar ou defender opções tomadas; criticar pontos de vista de outros; colher e dar informações; fazer e dar entrevistas; dar depoimentos; apresentar resumos; expor programações; dar avisos; fazer convites; apresentar pessoas etc.

A proposta de Ramos (1997) para o trabalho com a oralidade é colocar o texto falado como um caminho para se chegar ao texto escrito. Para tanto, sugere que haja uma reflexão sobre o que será posto como objeto de estudo, de forma que não se apresente uma mecanicidade voltada apenas a transmitir conteúdo.

Em conformidade, Fávero (2003, p. 83) assevera que “a aplicação de atividades de observação que envolve a organização de textos falados e escritos permite que os alunos cheguem à percepção de como efetivamente se realizam, se constroem e se formulam esses textos”. A partir dessas atividades, o professor pode identificar se os alunos apresentam dificuldades quanto à organização do texto e, em seguida, estabelecer o que esse aluno precisa aprender para construir um texto adequado, passando este a ser o seu objeto de ensino.

Mediante o que foi exposto até aqui sobre o papel da oralidade no ensino de língua, pode-se constatar que, de fato, será importante mostrar aos alunos a grandiosidade do processo que envolve os usos efetivos da língua, valorizando os diferentes níveis de fala, ensiná-los a adequar-se às mais diversas situações sociocomunicativas que lhes forem impostas, e mostrar também que não há uma solvência entre oralidade e escrita, e sim, que uma pode ser influenciada pela outra.

Em se tratando da educação de jovens e adultos (EJA), sabe-se que é uma modalidade de ensino diferente do ensino regular, quanto à estrutura, à metodologia de ensino e ao público-alvo. A grande maioria dos alunos que recorre ao programa é maior de 14 anos e não completou os quatro anos de escolaridade no ensino regular, além de homens e mulheres que estão em busca de “melhorar de vida” adquirindo conhecimento.

O professor de jovens e adultos deve estar apto a trabalhar com cada uma dessas realidades, necessita também conhecer bem os seus objetos de ensino e, frequentemente, atualizar suas metodologias. Para tanto, o MEC criou a *Proposta Curricular da EJA* objetivando oferecer orientações para elaboração de programas educacionais para jovens e adultos, o provimento de materiais didáticos e a formação dos professores.

Com relação à língua portuguesa e à modalidade oral do seu uso, a *Proposta*, numa visão mais ampla, faz saber que “o ambiente escolar deve propiciar situações comunicativas que possibilitem aos educandos a ampliação dos seus recursos linguísticos” (MASAGÃO, 2001, p. 51). Isto significa que é responsabilidade da escola ensinar os alunos a organizar e adequar seus discursos às situações comunicativas em que se encontram, tanto no nível mais formal da linguagem quanto no mais informal.

Para que este ensino seja eficiente, Masagão (2001, p. 53) declara:

> É necessário criar oportunidades de ouvir e falar, reelaborar argumentos a

> partir de novas informações, construir conceitos, incorporar novas palavras e significados, compreender e avaliar o que ouvimos. Nessas ocasiões, o professor deve chamar a atenção dos alunos para os diferentes modos de falar e os efeitos que podem provocar sobre os que recebem a mensagem.

Nessa perspectiva, deve-se considerar que, nas turmas de educação de jovens e adultos, há muita variedade linguística, gírias, expressões absorvidas da mídia e que estas diversidades, antes vistas com preconceito, devem ser tomadas como objeto de ensino, dando possibilidade ao aluno de aprender os diferentes "modos de falar".

Sobre a seleção dos conteúdos, recomenda-se que todos os alunos possam praticar o uso oral da língua, por meio da escuta e da produção dos seus discursos, que serão constituídos nos gêneros. A fim de que o aluno possa compreender de fato os gêneros da oralidade, a *Proposta Curricular* lembra que

> Ensinar língua oral não significa trabalhar a capacidade de falar em geral. Significa desenvolver o domínio dos gêneros que apoiam a aprendizagem da língua portuguesa e das outras áreas (seminários, relatos de experiências, entrevistas, debates etc.) e, também, os gêneros da vida pública no sentido mais amplo do termo (debates, teatro, palestras, entrevistas etc.). (BRASIL, 2002, p. 37)

Dessa forma, para a *Proposta Curricular da EJA*, o ensino da oralidade se revela tão importante quanto para o ensino fundamental regular, visto que os alunos podem, cada dia mais, aprimorar seus conhecimentos linguísticos e, assim, participar ativamente no contexto social em que vivem.

No que diz respeito às reflexões acerca do lugar da oralidade no ensino de língua para alunos do ensino regular, a posição do MEC, a partir dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, é bastante clara:

> Cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral no planejamento e realização de apresentações públicas: realização de entrevistas, debates, seminários, apresentações teatrais etc. Trata-se de propor situações didáticas nas quais essas atividades façam sentido de fato, pois é descabido treinar um nível mais formal da fala, tomado como mais apropriado para todas as situações. A aprendizagem de procedimentos apropriados de fala e escuta, em contextos públicos, dificilmente ocorrerá se a escola não tomar para si a tarefa de promovê-la. (BRASIL, 2001, p. 25).

É fato que, se a oralidade for abordada de forma superficial, considerando apenas que os alunos ao chegarem à escola já "sabem falar", esse ensino não será relevante. Não adianta aceitar o aluno como ele é, sem lhe oferecer os instrumentos de que necessita para lidar com situa-

ções em que não será aceito, se utilizar as formas de expressão peculiares de seu meio social. Para que tais instrumentos sejam oferecidos pela escola e pelos professores, é imprescindível um planejamento com atividades sistematizadas de escuta e produção de textos orais.

Segundo os PCN, no processo de escuta dos textos orais, almeja-se que o aluno seja capaz de reconhecer a importância dos elementos suprassegmentais (gestos, expressões faciais); ampliar seus conhecimentos discursivos, gramaticais e semânticos implicados na compreensão do texto; usar a escrita como auxílio durante o registro do que foi compreendido e desenvolver a capacidade de identificar as intenções comunicativas do enunciador, de forma que concorde ou não com as ideias presentes no discurso.

No tocante à produção dos textos orais, os PCN revelam objetivar que o aluno

> planeje a fala pública usando a linguagem escrita em função das exigências da situação e dos objetivos estabelecidos; considere os papéis assumidos pelos participantes, ajustando o texto à variedade linguística adequada; saiba utilizar e valorizar o repertório linguístico de sua comunidade na produção de textos; monitore seu desempenho oral, levando em conta a intenção comunicativa e a reação dos interlocutores e reformulando o planejamento prévio quando necessário; considere possíveis efeitos de sentido produzidos pela utilização de elementos não verbais. (BRASIL, 2001, p. 51).

Os PCN apontam ainda os gêneros que podem servir de base para o estudo do texto oral, tanto no processo da escuta quanto na produção. Conforme Rojo (2000, p. 35), "os PCN agrupam os gêneros textuais em função de sua *circulação social*, em gêneros literários, de imprensa, publicitários e de divulgação científica", percebidos como gêneros voltados efetivamente para a participação social.

Para a escuta, os PCN sugerem o trabalho com o cordel, causos, texto dramático, canção, comentário radiofônico, debate, depoimento, exposição, seminário, palestra e propaganda. Para a produção, os gêneros sugeridos são os mesmos para escuta, acrescentando-se a notícia e excluindo o cordel, os causos, o comentário radiofônico e a propaganda.

Sabe-se que o texto oral, diferentemente do escrito, tem seu planejamento à medida que ocorre seu processo de produção. Não há como evitar que seu interlocutor perceba uma pausa, uma hesitação, uma correção. Dessa forma, só é possível ajustar o que se diz no instante em que o discurso está sendo produzido.

Consequentemente, levar o aluno a planejar previamente textos orais equivale a fornecer-lhe mecanismos que o auxilie, de acordo com a função interacional em que se encontra e das particularidades do gênero em uso.

Para tanto, os PCN sugerem que o aluno participe ativamente de situações comunicativas que considerem as especificidades de cada gênero utilizado em sala e que sejam feitas as análises dessas atividades realizadas por eles, possibilitando ao professor avaliar os pontos positivos e as dificuldades encontradas no processo da enunciação, de maneira que ajude o aluno melhorar sua eficiência.

Depreende-se que os PCN se constituem numa proposta de orientação curricular para a educação no Brasil e anseiam que, a partir das sugestões por eles apresentadas, as escolas os incorporem nos seus projetos pedagógicos, adequando-os às suas realidades. No tocante ao ensino da língua oral, o documento estabelece que a escola deva priorizar para os alunos o ensino de "gêneros orais públicos", o que se comprova com a seguinte citação:

> Ensinar língua oral deve significar para a escola possibilitar acesso a usos da linguagem mais formalizados e convencionais, que exijam controle mais consciente e voluntário da enunciação, tendo em vista a importância que o domínio da palavra pública tem no exercício da cidadania. (BRASIL, 2001, p. 67).

Portanto, fica mais uma vez comprovada a importância do ensino da oralidade nos seus diferentes níveis de uso e não somente ensinar gêneros textuais desvinculados das realidades dos alunos, uma vez que por meio desta formalidade apreendida, eles se sintam capazes de exercer o papel de cidadãos que lhes cabe.

Aliado à *Proposta Curricular da EJA* e aos PCN, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é uma iniciativa do MEC que tem por objetivo dar suporte ao trabalho pedagógico dos professores, distribuindo coleções de livros didáticos, gratuitamente, aos alunos do ensino fundamental e da educação especial.

De maneira geral, como afirma Rojo (2003, p. 39), o PNLD proporcionou um "novo padrão de qualidade para o livro escolar" graças aos debates ocorridos durante o processo avaliativo dos livros didáticos. Em contrapartida, a autora também registra que o PNLD ainda necessita passar por reformulações.

Admitindo o caráter estruturador da prática pedagógica, Rojo

(2003) assevera que o livro didático tende a deixar de ser um material de suporte ao ensino-aprendizagem e passa a ser um determinante no modo como devem ser ministrados os conteúdos e, consequentemente, na metodologia de ensino adotada pelo professor. Trazendo para a realidade da educação de jovens e adultos, o *Guia PNLD-EJA 2011* destaca que:

> O fundamental é que o livro didático não seja considerado a única referência para organizar as situações de ensino e aprendizagem, mas, sim, um recurso a mais que pode ser utilizado em momentos específicos e para fins determinados. Preconiza-se, assim, que o livro atue como uma das referências possíveis, estimulando o educador para a busca de outras fontes e experiências, coerentes com as concepções pedagógicas que postula, contribuindo na organização das práticas educativas. (BRASIL, 2010a, p. 20).

Com isso, o PNLD-EJA demonstra basear-se no princípio de que os livros didáticos devem servir de auxílio aos professores que visam os meios da sua prática pedagógica e não apenas como uma via de mão única.

Para o tratamento dado à oralidade, o *Guia PNLD 2011* sugere que a escola e os professores, no momento da escolha do livro, verifiquem se:

- As atividades favorecem o uso da linguagem oral na interação em sala de aula, como mecanismo de ensino-aprendizagem.
- As atividades exploram as diferenças e semelhanças que se estabelecem entre a linguagem oral e a escrita e entre as diversas variantes (registros, dialetos) que nelas se apresentam.
- As atividades propiciam o desenvolvimento das capacidades envolvidas nos usos da linguagem oral próprios das situações formais e/ou públicas.
- Os conceitos e informações básicas são suficientemente claros para o seu aluno.
- A unidade em análise mobiliza e desenvolve diversas capacidades e competências envolvidas na proficiência oral.
- A unidade em análise... (acrescentem, aqui, outros aspectos que o grupo considera essenciais no tratamento didático dado à linguagem oral). (BRASIL, 2010b, p. 43).

Logo, observa-se que o *Guia* dá ao livro didático a incumbência de apresentar tanto atividades de uso da oralidade quanto das reflexões sobre as suas particularidades. Segundo Rojo (2003), a falta dessas atividades de uso e reflexão da língua oral se constitui num dos pontos mais criticados quando se trata do *Guia PNLD*.

3. Metodologia

Em virtude dos fins almejados, esta pesquisa se caracteriza como bibliográfica com caráter descritivo e analítico. Desse modo, a análise de como os livros didáticos propuseram as atividades voltadas para a oralidade partiram dos seguintes questionamentos:

- Que gêneros da oralidade são retratados nos livros didáticos de língua portuguesa?
- De que forma estes gêneros são apresentados pelos autores?
- Como são propostas as atividades de produção textual oral?

Para a seleção dos livros, foram escolhidos os livros didáticos de língua portuguesa do 8º ano do ensino fundamental e da educação de jovens e adultos. Estes livros foram selecionados, primeiramente, por fazerem parte das sugestões apresentadas no *Guia PNLD* mais atual, correspondente a cada nível de ensino e, em seguida, por serem os materiais adotados no ano de 2012 para o trabalho pedagógico em algumas das escolas visitadas. Em virtude disso, foram visitadas nove escolas entre a rede pública municipal e estadual em busca de dois livros da EJA e dois do ensino fundamental.

Como, em todas as escolas visitadas, os livros utilizados na EJA eram os mesmos, estabeleceram-se para as análises um livro da EJA e dois do ensino fundamental, respectivamente, a saber: "*Educação de Jovens e Adultos – Coleção Tempo de Aprender*" de Cícero de Oliveira Silva, Elizabeth Gavioli de Oliveira Silva e Greta Nascimento Marchetti (LD1); "*Para Viver Juntos: português, 8º ano: ensino fundamental*", de Ana Elisa Arruda Penteado et al. (LD2), e "*Projeto Radix: português, 8ºano – Coleção Projeto Radix*", de Ernani Terra e Floriana Toscano Cavallete (LD3).

Com o intuito de alcançar o objetivo desta pesquisa, os livros foram analisados, verificando, primeiramente, os gêneros textuais presentes, tanto nas discussões dos textos quanto nas propostas de produção, em cada um deles. Em seguida, foram selecionados os gêneros textuais da oralidade que seguem abaixo:

- LD1: canção, teatro, causo, cordel e seminário.
- LD2: texto dramático, causos, cantigas, anedotas e seminário.
- LD3: discussão, entrevista, roda de histórias, exposição oral, comentário, debate e reconto.

Para a organização desta pesquisa, foi necessário o esclarecimento do que recomenda o *Manual do Professor* de cada livro analisado; em seguida, a descrição das atividades propostas, visando ao ensino-aprendizagem da oralidade e, por conseguinte, foi verificado se estas estão comprometidas com o aprendizado efetivo dos usos da modalidade oral pelos discentes.

4. Análise das atividades propostas nos livros didáticos de língua portuguesa

Almejando a realização da análise em questão, foi feito um levantamento das atividades propostas pelos livros didáticos já apresentados, dos quais foram selecionadas aquelas que estão voltadas ao trabalho com a oralidade. Visando a uma melhor compreensão, a análise está dividida em três subitens. O primeiro corresponde ao livro *Educação de Jovens e Adultos – Coleção Tempo de Aprender*; o segundo, ao livro *Para Viver Juntos: português, 8º ano: ensino fundamental*; e o terceiro, ao livro *Projeto Radix: português, 8º ano*.

4.1. LD1 – Educação de jovens e adultos

Primeiramente, torna-se importante dizer que os autores do LD1, no *Manual do Professor*, esperam que o professor, enquanto mediador do processo de ensino-aprendizagem, utilize este livro como propõe o *PNLD-EJA 2011*: como um dos caminhos para atingir os objetivos de sua atividade pedagógica. Todavia, recomendam que sejam acrescentadas outras atividades, caso necessário, que partam do interesse e das necessidades apresentadas pelos alunos.

Aconselham ainda que os professores desenvolvam a competência discursiva dos alunos a fim de que estes possam dominar as variedades linguísticas da modalidade oral, conhecer o uso da fala em situações públicas, discutir o texto oralmente, reconhecer as diferenças entre os usos formal e informal da língua oral, saber utilizá-las quando o contexto situacional exigir e que também sejam capazes de produzir seus discursos, adequando-os à situação comunicativa.

No capítulo 01, do LD1, o autor apresenta uma canção, visando ao trabalho com as variedades linguísticas, mas que também contempla o cuidado com a oralidade.

<table>
<tr><td colspan="3">Texto-canção:
 Cuitelinho </td></tr>
<tr><td>Cheguei na beira do porto
Onde as onda se espaia
As garça dá meia volta
E senta na beira da praia
E o cuitelinho não gosta
Que o botão de rosa caia, ai, ai

Fonte: SILVA (2009, p. 12)</td><td>Ai quando eu vim da minha terra
Despedi da parentáia
Eu entrei no Mato Grosso
Dei em terras paraguaia
Lá tinha revolução
Enfrentei fortes batáia, ai,ai</td><td>A tua saudade corta
Como aço de naváia
O coração fica aflito
Bate uma, a outra faia
E os óioenche d´agua
Que até a vista se atrapáia, ai...

Domínio Público</td></tr>
</table>

A seção "Um Olhar Para a Língua", apesar de estar voltada *a priori* ao trabalho com a variação dos usos da língua, também visa relacionar os usos da oralidade com os usos da escrita. Tal afirmação pode ser comprovada em uma das questões da atividade proposta, baseada na canção acima, como:

> 1) Leia os versos a seguir:
>
> *Ai quando eu vim da minha terra*
> *despedi da parentáia*
>
> a) O que significa a palavra "parentáia"?
>
> b) Consulte o dicionário e verifique se a palavra "parentáia" está registrada.
>
> c) De que maneira essa palavra aparece no dicionário? Transcreva-a com o significado mais adequado à canção.
>
> d) Qual deve ser o motivo de a palavra ser escrita de formas diferentes (na canção e no dicionário)?
>
> e) Quais outras palavras presentes na canção são registradas de maneira semelhantes a "espáia" e "batáia"?
>
> f) Por qual motivo as palavras "espáia", "parentáia" e "batáia" foram escritas dessa maneira? (SILVA, 2009, p. 15).

Nessa atividade, é perceptível a preocupação do autor em fazer com que os alunos entendam que a maneira que as palavras são escritas tem uma relação muito forte com a maneira que elas são faladas em outros lugares, por outras pessoas, em outras situações sociocomunicativas, dentre outros aspectos; e que essa diversidade está sendo vista como objeto de ensino, não como "erro".

Em conformidade a essa preocupação do autor do LD1, situa-se o pensamento de Marcuschi (1997, p. 41-42) ao declarar que:

> Noções como "norma", "padrão", "dialeto", "variante", "sotaque", "registro", "estilo", "gíria" podem tornar-se centrais no ensino de língua e ajudar a formar a consciência de que a língua não é homogênea nem monolítica. Isto é facilmente comprovável, caso queira mostrar algumas variações relativas aos

> falares regionais sobre os quais já se dispõe de conhecimentos razoáveis tanto do léxico como das prosódias e de fatos morfossintáticos. Já se conhece razoavelmente bem a questão da variação sociolinguística sob seus diversos aspectos [...].

Como afirma a *Proposta Curricular da EJA*,

> quanto mais diversificadas forem as experiências sociais e culturais vivenciadas, mais à vontade os alunos da EJA se sentirão para atuar em contextos diferentes, ajustando seu modo de falar à maior ou menor formalidade exigida pelo contexto. (BRASIL, 2002, p. 13).

Essa perspectiva faz jus ao que recomenda a proposta, uma vez que o que se pretende alcançar com essa atividade é exatamente fazer com que os alunos reflitam sobre a linguagem a partir do seu uso.

Em outra atividade do LD1, no capítulo 02, são apresentados textos que tratam das culturas indígena e angolana, e a atividade proposta no que tange à oralidade está voltada ao ensino do gênero seminário. Após a leitura e interpretação dos textos mencionados, o LD1 solicita aos alunos que pesquisem sobre uma ou outra cultura e, em grupos, exponham os resultados em forma de seminário.

A atividade se inicia com a apresentação de uma das definições sobre o seminário, qual seu objetivo e, em seguida, elenca seis pontos importantes para que o aluno aprenda a produzi-lo, a saber:

- Em primeiro lugar, é necessário estudar o tema, porque as pessoas só conseguem falar de forma clara a respeito daquilo que compreenderam.
- A produção da síntese é uma das estratégias para que possamos organizar o pensamento e as informações, já que pesquisamos em várias fontes (livros, *sites*, revistas, jornais etc.).
- Se necessário, podemos contar com um suporte escrito para auxiliar na apresentação, como o cartaz que vocês elaboraram. Porém deve ser apenas um auxílio: poderão até lê-lo, mas deverão fazer comentários e análises complementares. Também poderão apresentar imagens relacionadas aos assuntos expostos.
- O seminário pode ser uma apresentação individual ou em grupo. Se for realizado em grupo, é importante definir quem faz o quê, e, ao mesmo tempo, ter uma visão do todo. Por isso, definam as funções de cada um dos integrantes, de forma que todos falem.
- Ensaiem as falas de forma que possam controlar o tempo e monitorar a expressão corporal. A postura deve ser adequada à fala pública. Com relação ao tempo, definam e monitorem quanto tempo cada integrante terá para falar (por exemplo, 5 minutos).

- Conforme o contexto, vocês perceberão as possibilidades de uso de uma linguagem mais formal ou mais solta, espontânea. (SILVA, 2009, p. 48)

Verifica-se que, nesta atividade, estão destacadas as características composicionais do gênero, apresentando suporte teórico, para que os alunos aprendam como fazer suas apresentações, e evidenciando o cuidado com o planejamento prévio da fala, a postura adequada à fala pública e o monitoramento da expressão corporal. Este cuidado mencionado na atividade também é visto na *Proposta Curricular da EJA* como um dos conteúdos conceituais e procedimentais recomendados para a prática de produção dos textos orais.

4.2. LD2 – *Para Viver Juntos*: português, 8º ano: ensino fundamental

De acordo com o *Manual do Professor* do LD2, o objetivo principal almejado com o uso do livro é dar condições para que os alunos constituam as suas competências discursiva, textual e estilística. E mais: orienta que sejam tomados como objetos de ensino os conhecimentos que os alunos necessitam para utilizar, nas mais diversas situações sociocomunicativas das instâncias públicas de uso da linguagem, seja na leitura, na escuta ou na produção de textos orais e escritos.

O LD2 traz, no final de seis das nove unidades, uma seção voltada para a oralidade. Na unidade 02, o LD2 aborda os causos. A atividade propõe a leitura de dois causos ("Saudades do Rio Grande" e "A Chegada do Trem no Campo") e, durante a interpretação destes, o gênero é apresentado gradativamente, possibilitando ao aluno compreender as características do gênero, o que se comprova com o trecho abaixo extraído do LD2:

2. Causos são narrativas curtas, tradicionais, contadas em rodas de conversa. Tratam, geralmente, de uma história que o narrador presenciou, viveu ou ouviu falar.

   a) Que elemento do texto lido indica sua origem na tradição oral?

   b) Os causos são, geralmente, baseados em elementos da realidade e do cotidiano da região em que se originam. De que maneira essa característica aparece no texto lido? [...]

4. Ao contar um causo, o contador procura convencer o ouvinte de que a história teria realmente acontecido, apresentando elementos que atestem sua veracidade. Como isso se manifesta nesse causo?

> 5. Os contadores de causos procuram detalhar as circunstâncias em que o fato aconteceu. Identifique nos textos lidos trechos que descrevem o modo de falar e os gestos das personagens, que só poderiam ser apreendidos por quem estivesse face a face com as personagens. (PENTEADO, 2009, p. 76-77)

A autora do LD2 induz os alunos a observarem os aspectos suprassegmentais da oralidade ao pedir que os identifiquem dentro do causo que está sendo interpretado. Após esse momento, sugere a comparação entre o causo escrito e o causo falado.

Ainda dentro da proposta de trabalho do LD2 sobre a tradição oral de contação de causos, sugere ao professor que leia os causos em voz alta e peça a alguns dos alunos que contem os causos lidos e que os demais fiquem atentos para ouvir e avaliar a contação, segundo alguns critérios. A proposta é bastante pertinente, uma vez que o livro explica, detalhadamente, aos alunos o momento de preparação e apresentação.

O principal momento de trabalho com a oralidade, nesta atividade, está centrado nos critérios de avaliação que a autora sugere aos alunos. Cada grupo observará um critério: entonação, expressões faciais e gestos usados pelo contador, se o causo falado correspondeu ao causo escrito, se houve uso de sotaques ou vocabulário típico dos personagens de acordo com o ambiente da narrativa, se pareceu ter havido preparação antes da apresentação (ensaios) e se houve interação entre o contador e os alunos.

Dessa forma, também se podem observar duas outras implicações pedagógicas nas quais, segundo Antunes (2003), deve estar pautado o ensino da oralidade que são: uma oralidade voltada para os diferentes tipos e gêneros dos discursos orais e uma oralidade voltada para reconhecer o papel da entonação, das pausas, aspectos importantes na construção do sentido do texto.

Constata-se, portanto, que o livro propõe atividades que discutem a escolha da linguagem adequada à situação discursiva exigida pelas produções e que se preocupam em fazer com que os alunos percebam as marcas da oralidade nas atividades de escuta.

4.3. LD3 – *Projeto Radix*: português, 8º ano

Segundo o *Manual do Professor* do LD3, a oralidade deve ser trabalhada na escola porque o tempo todo se produzem textos desta modalidade. Recomenda que as atividades voltadas para o ensino da língua oral

devem ter como objetivo fazer com que os alunos percebam que seu uso varia em detrimento da situação comunicacional concreta, podendo ser mais ou menos formal, graças ao contexto e ao interlocutor a quem se destina a mensagem.

Terra (2009) também afirma que as atividades propostas no LD3 ambicionam, primeiramente, desenvolver as capacidades que os próprios alunos já demonstram ter, e potencializá-las de maneira que aprendam, por meio das atividades de escuta, a forma e o momento adequados de falar e de ouvir em respeito ao seu interlocutor; e em segundo lugar, visam ao trabalho das situações mais estruturadas de usos da fala no intuito de lhes dar capacidades de participar ativamente no convívio social a que pertencem, como sugere Antunes (2003).

Dentre as atividades voltadas ao ensino-aprendizagem da oralidade do LD3, no capítulo 2, pode-se observar o trabalho com o gênero entrevista. O autor pede que os alunos pensem numa pessoa que tenha uma história interessante para contar e que a entrevistem, gravem ou anotem sua história e levem para compartilhar com os demais.

Dentre as sugestões apresentadas no LD3 para observação das etapas de realização da entrevista e que se relacionam com a oralidade, algumas chamam atenção:

> - [...] Em dia previamente marcado, leve o material coletado para apresentá-lo oralmente à turma. Prepare sua fala. [...] Depois, conte a história ou faça-os ouvir a gravação original.
> - Após a audição das histórias, façam uma roda de discussões. [...]
> - No momento da discussão devem ser respeitadas as regras da fala pública. Assim, cada participante deve manifestar o desejo de falar, ser objetivo, respeitar o tempo de fala – seu e dos colegas –, ouvir os demais participantes, permitir a conclusão do pensamento, entre outras. (TERRA, 2009, p. 30).

Nessa atividade, percebe-se, claramente, que o objetivo não é apenas fazer com que os alunos aprendam a fazer uma entrevista, sejam capazes de criar perguntas sobre determinados assuntos para determinadas pessoas, mas sim que eles conheçam como se organiza este gênero e que saibam adequar sua linguagem à modalidade de fala pública.

Observa-se que a preocupação com a adequação do grau de formalidade da fala para essa atividade faz-se pertinente, visto que o objetivo maior é o ensino-aprendizagem do "falar em público". Anteriormente, tinha-se a ideia de que apenas a escrita devia apresentar-se formalmente e

que a fala era sempre mais informal. Todavia, hoje, essa consciência foi modificada e, como Ramos (1997, p. 11) afirma:

> Problemas decorrentes do estilo necessitarão de prática oral e prática escrita para serem minimizados, o que inclui a audição, discussão, repetição, transcrição e "tradução" de textos do estilo cuidado, assim como a leitura de textos de diferentes estilos. É importante ressaltar, que na classe das diferenças de estilo estão incluídas tanto formas que aparecem na fala de pessoas cultas, quer em situação de monitoramento quer em situações espontâneas, como também formas que não aparecem na fala das pessoas cultas.

As diretrizes propostas pelos PCN mostram que são necessárias propostas de situações didáticas nas quais essas atividades façam sentido de fato, pois é descabido treinar um nível mais formal da fala, considerando-o como mais apropriado para todas as situações. A aprendizagem de procedimentos apropriados de fala e escuta, em contextos públicos, dificilmente ocorre, se as escolas não tomarem para si a tarefa de promovê-las.

Portanto, constata-se que o ensino-aprendizagem dos gêneros da oralidade, que possibilitam o desenvolvimento de competências linguísticas e dos conteúdos atitudinais, é cada vez mais necessário no cotidiano escolar.

5. Considerações finais

A partir das teorias que fundamentaram as análises, percebe-se que a sistematização do ensino da oralidade é possível, graças aos modelos e as sequências didáticas pautadas no uso dos gêneros textuais orais como objeto de ensino. Além destas, os documentos oficiais, como a *Proposta Curricular da EJA* e os PCN, oferecem ao professor orientações para realizar esse ensino de forma que consiga desenvolver efetivamente a aprendizagem destes gêneros orais por parte dos alunos.

No LD1, pôde-se observar que as recomendações do *Manual do Professor* e da *Proposta Curricular da EJA*, relacionadas às atividades que promovam a interação entre os alunos e o educador, considerando as experiências que os alunos trazem para a sala de aula, foram respeitadas. Notou-se o tratamento dado ao ensino das variações de uso da língua, mostrando aos alunos que tipo de linguagem utilizar em diferentes situações comunicativas, se formal ou informal.

Entretanto, é necessário reforçar que o LD1, apesar de todo avan-

ço pedagógico apresentado em relação ao ensino da oralidade, não cuidou em proporcionar uma aprendizagem eficiente dos aspectos composicionais da maioria dos gêneros orais apresentados. A única atividade, em que o livro teve o cuidado de apresentar os procedimentos necessários para a construção do gênero solicitado, foi sobre o seminário.

No LD2, as atividades propostas se apresentaram de forma organizada. Entretanto, avaliou-se que os gêneros orais abordados no decorrer do livro ainda foram poucos, diante da relevância do ensino desta modalidade de uso da língua para o desenvolvimento da capacidade discursiva dos alunos.

Conforme propôs o Manual do Professor, as demais atividades puderam mostrar o cuidado no tratamento dado às variações linguísticas relacionando-as ao grau de formalidade do uso da língua adequado às situações propostas, às relações entre a oralidade e a escrita, bem como na observação da entonação, das pausas e das demais marcas da oralidade perceptíveis nas práticas de escuta dos textos orais.

Dentre os livros didáticos analisados, o LD3 foi o que apresentou atividades mais pertinentes ao ensino-aprendizagem da oralidade, inclusive na quantidade de gêneros orais trabalhados. Evidenciou, em vários momentos, a importância de apontar a fala relacionada à escrita, de considerar o conhecimento que o aluno já traz consigo para a sala de aula, de desenvolver o poder de argumentação dos alunos durante as atividades, de fazer com que estes identifiquem o papel dos seus interlocutores e reconheçam que eles devem ser respeitados e que os alunos também sejam capazes de identificar as marcas conversacionais nos textos escritos.

Tendo em vista que cada vez mais o livro didático tem abordado práticas de uso da língua voltadas para a oralidade, e admitindo o *continuum* existente entre esta e a escrita, observou-se que, apesar dos esforços dos autores analisados com o tratamento dado à oralidade, o que foi proposto ainda não é suficiente para desenvolver nos alunos as aptidões necessárias, a fim de que possam se posicionar, oralmente, nas diferentes situações comunicativas que lhes poderão ser impostas.

Todavia, vale ressaltar que as lacunas deixadas pelos livros didáticos podem ser preenchidas a partir do momento em que o professor as observa e consegue criar procedimentos alternativos no desenvolvimento das atividades orais na sua prática pedagógica. Para que isto seja possível, é imprescindível uma melhor capacitação do professor e que mais discussões, como as levantadas nesta pesquisa, sejam desenvolvidas, para

que se repense o ensino da oralidade e que este possa vir a apresentar, futuramente, resultados ainda mais satisfatórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, M. I. *Aula de português*: encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003.

BRASIL, MEC. *Parâmetros curriculares nacionais*: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. 2. ed. Brasília: MEC/SEF, 2001.

______. *Proposta curricular para a educação de jovens e adultos*: segundo segmento do ensino fundamental: 5ª a 8ª série: introdução. Brasília: MEC/SEF, 2002, v. 2.

______. *Guia de livros didáticos*: PNLD 2011: EJA. Brasília: MEC/SECAD, 2010a.

______. *Guia de livros didáticos*: PNLD 2011: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 2010b.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha V. de Oliveira; AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. *Oralidade e escrita*: perspectiva para o ensino de língua materna. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARCUSCHI, L. A. Concepções de língua falada nos manuais de português de 1º e 2º graus: uma visão crítica. *Trabalhos de linguística aplicada*. Campinas, n. 30, p. 39-79, 1997.

______. *Da fala para a escrita*: atividades de retextualização. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MAROTE, G.; TEODORO, J. *Didática da língua portuguesa*. 11. ed. 3. reimpr. São Paulo: Ática, 2002.

MASAGÃO, Vera Maria (Coord.). *Proposta curricular para educação de jovens e adultos* – 1º segmento. São Paulo: Ação Educativa; Brasília, MEC, 2001.

PENTEADO, Ana Elisa de Arruda et al. *Para viver juntos*: português, 8º ano: ensino fundamental. 1. ed. rev. São Paulo: SM, 2009.

PRETI, Dino (Org.). *Estudos de língua falada*: variações e confrontos. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 1999.

RAMOS, J. *O espaço da oralidade na sala de aula*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROJO, R. (Org.). *A prática de linguagem em sala de aula*: praticando os PCN´s. São Paulo: EDUC; Campinas: Mercado de Letras, 2000.

______; BATISTA, A. A. G. (Orgs.). *Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

SILVA, C. de O.; SILVA, E. G. de O.; MARCHETTI, G. N. *EJA*, 8º ano. 2. ed. São Paulo: IBEP, 2009, v. 3.

TERRA, E.; CAVALLETE, F. T. *Projeto Radix*: português, 8º ano. São Paulo: Scipione, 2009.

ESTUDO DE DOCUMENTO OITOCENTISTA: EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA E ANALISE LINGUÍSTICA

Américo Almiro do Ó Filho (UECE)
americofilho6@hotmail.com
Expedito Eloísio Ximenes (UECE)
eloisio22@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho apresenta o estudo de um manuscrito datado do século XIX, da então vila do Acaraú, Ceará. O documento trata da situação da seca na comunidade. Diante dos fatos, os vereadores observam que a alternativa mais cabível para resolver a situação é pedir ajuda às autoridades competentes. Então, eles enviam um ofício ao presidente da província, Pedro Leão Veloso, com o objetivo de conseguirem melhores condições de abastecimento de água, já que a comunidade sofria com a escassez, devido à seca. Fizemos a edição semidiplomática e analisamos os aspectos paleográficos, codicológicos, linguísticos e as manifestações sociopolítico-culturais presentes no texto.

Palavras-chave: Manuscrito. Edição semidiplomática. Análise.

1. *Introdução*

Os manuscritos antigos guardam registros de acontecimentos ocorridos em determinada sociedade. Nesse sentido, eles preservam a história de diversas civilizações ao longo dos tempos. É importante ressaltar o papel da escrita nesse processo de conservação da história, uma vez que ela emerge como algo resistente, capaz de preservar diversos eventos, dentre os quais podemos citar os aspectos sócio-histórico-culturais que são de grande relevância para que as gerações vindouras possam entender como se constituiu a sociedade até seu estágio de desenvolvimento atual.

O objetivo mais amplo dessa pesquisa é analisar um documento do século XIX, que se encontra fac-similado no site *Portal da História do Ceará*, disponível no endereço eletrônico (http://portal.ceara.pro.br/). O teor do manuscrito é o relato da seca em Acaraú, Ceará. Fizemos uma edição semidiplomática que se caracteriza pelo grau de intervenção mínimo do pesquisador, sendo que a única intervenção é o desenvolvimento das abreviaturas e algumas notas explicativas que facilitam a leitura do documento. Para a edição do manuscrito, baseamo-nos nas normas de edição do grupo PRAETECE (disponíveis no blog www.praetece-

ce.blogspot.com). Após a edição semidiplomática, fizemos um estudo paleográfico e codicológico, isto é, observamos as várias ocorrências da escrita e a descrição do suporte.

Em seguida, analisamos os aspectos linguísticos do manuscrito, como: o uso de consoantes germinadas, palavras escritas juntas, pontuação, abreviaturas, paragrafação, letras sobrepostas, uso de maiúsculas e minúsculas e variação grafemática, dentre outras, além de destacarmos algumas lexias que revelam importantes características acerca da sociedade colonial, especialmente no que respeita à sua administração e cultura, já que léxico e cultura estão intimamente ligados. Também ressaltamos informações concernentes à configuração estrutural do documento ou aspectos diplomáticos, seguindo a proposta de Belloto (2002). Por fim, resgatamos os aspectos sociais, históricos e culturais que caracterizam a sociedade cearense oitocentista.

O estudo da escrita antiga nos possibilita muitas informações relevantes, referentes tanto aos usos do léxico quanto ao seu significado, ou seja, as formas de nomear pessoas, animais e coisas em geral, sendo que, as palavras vão adquirindo novas significações ao longo do tempo. A cultura muda, influenciando na mudança semântica das palavras, com isso, podemos ressaltar que parte do léxico, ora se perdeu, dadas as mudanças da sociedade, ora permaneceu com sentidos diferentes; mas precisamos compreender como a civilização se constituiu até atingir o seu estágio atual de desenvolvimento. Portanto, devemos investigar a língua que, na maioria das vezes, revela a cultura de um povo, já que é através da língua, que identificamos a identidade de determinada comunidade.

A escrita presente nas páginas dos manuscritos está adormecida, necessitando de alguém para dar-lhe vida, isto é, os documentos antigos preservam, para nossa geração, a memória de acontecimentos passados. Portanto, é necessário estudá-los, entendê-los, trazê-los a público, extraindo deles todas as informações possíveis. Para tanto, cremos na relevância deste estudo, pois é preciso fazermos essa análise para compreendermos, tanto a sociedade cearense do século XIX, quanto as diversas manifestações da língua, sobretudo, do léxico através de seus usos.

2. A escrita

Para Higounet (2003) a escrita é muito mais que uma ferramenta, ela possibilita a realização constante do pensamento humano. Para tanto,

podemos afirmar que em diversas sociedades foram produzidos muitos registros, o que é de suma importância para a história de tal comunidade, já que a escrita é o fato social que está na base de nossa civilização.

Segundo Acioli (1994), a escrita não se limita num registro escrito, mas a um meio de conduzir o conhecimento.

> Não é somente um meio de fixar a palavra, ou uma espécie de linguagem visual permanente; ela é a explicação do progresso do espírito humano, pois contribuiu para acumular e transmitir experiências que, antes de sua existência, se limitavam à tradição legendária. (ACIOLI, 1994, p. 18)

Desde o surgimento da escrita no ocidente, encontramos vários períodos e variações em sua evolução, conforme indica Acioli (2003). No período greco-latino encontramos as escritas: capital, capital-quadrada ou elegante, capital rústica, capital cursiva, uncial e semiuncial e as escritas nacionais. No período romano, encontramos a escrita carolíngia. No período gótico temos a gótica, semigótica ou redonda, minúscula gótica e gótica cursiva. Já no período humanístico, temos a humanística ou processada, que por sua vez, é uma ramificação da gótica cursiva. Todos esses tipos de escrita tiveram sua origem a partir do alfabeto greco-latino.

Dentre os vários tipos de escritas mencionados, iremos nos deter um pouco na humanística, que foi usada a partir do século XVI pelos renascentistas e se caracteriza por ser de fácil leitura, possuindo um traçado com formas arredondadas. É uma escrita minúscula, apesar de possuir letras capitais maiúsculas no início de parágrafo ou de textos (ACIOLI, 2003). Ainda segundo a autora, podemos ressaltar que "a humanística apresenta vantagens sobre as demais escritas graças à clareza que lhe é peculiar". Vejamos algumas características da escrita humanística.

> Também chama humanística redonda (*rotunda)* ou humanística nova romana. Estas denominações vêm determinadas por sua forma redonda, frente a aparência angular da gótica. [...] Se trata de uma escrita clara, bela e elegante, de acordo com os gostos estéticos do renascimento: pouca decoração, muita linearidade e medida.[2] (MARCOS, 2005, p. 20)

A escrita humanística também foi considerada estilística, usada por doutores, geralmente em textos clássicos, jurídicos etc. A referida es-

---

[2] También llamada humanista redonda (*rotunda*) o humanista nueva romana. Estas denominaciones vienen determinadas por su forma redonda, frente a la apariencia angular de la gótica. [...] Se trata de una escritura clara, bella y elegante, acorde com lós gustos estéticos del Renascimiento: poca decoración, mucha linealidad y medida.

crita surgiu no final do século XIV, consolidando-se no mundo lusófono, a partir do século XVI, prevalecendo ao longo dos séculos seguintes, razão pela qual os documentos brasileiros são exarados na escrita humanista, como o que analisamos aqui, datado do século XIX.

2.1. A filologia e as ciências auxiliares

Por esse trabalho ser de cunho filológico, é importante apresentar alguns conceitos de filologia e, consequentemente, de suas ciências auxiliares, pois o estudo de todas as informações de um texto é realizado por várias outras ciências complementares como a diplomática, a paleografia, a codicologia etc. No caso, iremos nos concentrar somente nessas três.

A definição de filologia não é simples, pois, para entendê-la, é importante sabermos informações de outras áreas do conhecimento como a geografia, a história, a linguística, a paleografia, a diplomática, a codicologia. Sendo assim, podemos entender por filologia uma ciência interdisciplinar que mantém nexos com outras ciências auxiliares. Portanto, tem-se uma concepção globalizante, já que, como afirma Ximenes (2013, p. 183), "a compreensão ampla de um texto, seja qual for o seu suporte e o tempo de sua produção, envolve conhecimentos linguísticos, literários, históricos, geográficos e socioculturais da sociedade que produziu tais textos". Sendo assim, a definição de filologia é consideravelmente ampla.

Não é fácil dizer qual o campo ou objeto de estudo da filologia, ou seja, são muitas discordâncias ocorridas sobre o tema. Vejamos como Bassetto (2001, p. 20) a define: "o conceito de filologia não é unívoco; divergem muitos autores ao defini-la, ao determinar os limites de seu campo de atuação e até seu objeto de estudo". De acordo com a citação anterior, percebemos que há uma falta de delimitação quanto ao objeto de estudo e a tarefa do filólogo. Porém, também vemos que há filólogos que atribuem um papel bem definido à filologia de acordo com a afirmação de Melo (1975), que a defende como uma ciência bem caracterizada com métodos e objeto estabelecidos.

> Cabe dizer que ela é uma ciência, perfeitamente caracterizada, com seu objeto formal nitidamente estabelecido, com seus métodos próprios, seguros e apurados, com suas conclusões definitivas. O objeto da filologia é a forma de língua atestada por documentos escritos. (MELO, 1975, p. 22)

É complexa a definição do termo e o estabelecimento de seu obje-

to. No entanto, o que podemos dizer com segurança é que a filologia não existiria sem a língua escrita, o que fica evidente pelo fato de seu objeto de estudo ser o texto manuscrito ou impresso, privado ou público, produzido em qualquer época histórica.

Vejamos outros conceitos de especialista no assunto. Dubois (1992) define a filologia como uma ciência histórica que estuda as civilizações passadas através dos manuscritos que por elas foram deixados; através deles podemos entender e explicar as sociedades antigas. Observamos definição semelhante em Houaiss (2001) que a conceitua como o estudo de uma sociedade ou civilização antiga através de manuscritos e textos por ela produzidos. Podemos acrescentar que a filologia tem um interesse em conservar textos, em descrevê-los fidedignamente e, por fim, reproduzi-los de uma maneira efetiva, como arquivos da sabedoria correta do passado (RIGUI, 1967).

De acordo com os conceitos acima, percebemos que a filologia tem o papel de estudar registros escritos produzidos pelas civilizações antigas. Como afirma Ximenes (2013), "a tarefa da filologia é o estudo dos textos através da sua transcrição, edição e publicação para se conservar o material e a história da humanidade". Esse procedimento de conservação do material é relevante, pois a história do homem está sendo publicada e o que se torna mais necessário é a sua preservação.

Sendo assim, podemos ressaltar, segundo Spina (1977), que a filologia tem por intuito, explicar e restituir o texto a sua autenticidade. Apesar da filologia apresentar várias definições, o que podemos afirmar com veracidade é que ela não subsiste sem o texto escrito.

Da filologia surgiu a linguística, definida por Lyons (1987) como "ciência da linguagem, ou alternativamente, como estudo científico da linguagem". Cambraia (2005, p. 31) corrobora que essa definição afirmando que é "a ciência que estuda cientificamente a linguagem e que tem uma relação essencial com a crítica textual, pois os textos têm como pilar a língua".

Entendemos por crítica textual, como afirma Cambraia (2005, p. 13) a "*restituição da forma genuína dos textos"*. Portanto, para restituir um texto é necessário que ele passe por um processo de edição. O autor apresenta vários tipos de edição para os manuscritos, dos quais adotamos aqui a edição semidiplomática, que se caracteriza como uma edição com um grau médio de mediação, isto é, o editor faz poucas interferências no texto editado, como o desenvolvimento dos sinais abreviativos e inserção

ou supressão de elementos, dentre outros.

As ciências auxiliares da filologia exercem a função de contribuir para um estudo mais amplo do manuscrito. Para isso, temos a diplomática, ciência que se ocupa em estudar a estrutura formal do diploma. Vejamos a definição seguinte:

> Ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial. Trata, portanto, dos documentos que, emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras (como é o caso dos notários), são submetidos, para efeito de validade, à sistematização imposta pelo Direito. (BELLOTO, 2002, p. 13)

O efeito de validade é sempre questionável, pois como os diplomas poderiam ser falsificados, a diplomática tinha o papel de fazer uma reprodução fiel e conservadora do documento original, isto é, fazendo a diferenciação de documento original *versus* documento falso. Portanto, ainda segundo Belloto (2002), "o documento diplomático é o registro legitimado do ato administrativo ou jurídico, consequência, por sua vez, do fato administrativo ou jurídico". Tal diferenciação se fazia necessária, pois alguns documentos eram adulterados, isto é, as pessoas tentavam usá-los de má fé, para obter vantagens a si próprias, daí a grande importância da autenticidade.

A diplomática surgiu através do senso crítico do homem do século XVII que investigava a falsidade *versus* veracidade dos diplomas. Nas palavras da especialista, podemos afirmar que "foram, portanto, os estudos de ordem filológica, histórica e teológica dos séculos XVI e XVII que levaram o documento (diploma) a ser submetido a determinado tipo de crítica, surgindo daí a diplomática". (BELLOTTO, 2002, p. 47)

A diplomática também pode ser definida, segundo Cambraia (2005), como "*o estudo de documentos* (em especial, os jurídicos). Deve-se entender aqui por *documento*, em um sentido estrito, *toda notícia escrita de algum acontecimento*".

Tratando ainda da acepção de documento, podemos acrescentar o que afirma Terrero (2004, p. 194), que os documentos "são escritos que têm caráter histórico e jurídico ao mesmo tempo e estão escritos com as formas que para ambos os fins são convenientes"[3].

Outra concepção de diplomática, que vai ao encontro à de Cam-

---

[3] Son escritos que tienem carácter histórico y jurídico al mismo tiempo y están redactados com las formas que para ambos fines son convenientes.

braia (2005), é de Spina (1977), que a define como o registro escrito de um determinado acontecimento de natureza jurídica e que possui uma forma específica para que lhe seja dado valor de prova, isto é, o documento possuirá uma forma determinada que lhe dê autenticidade.

Outra ciência auxiliar da filologia é a paleografia, que é originada do grego: *palaios* = antigo e *graphien* = escrita. Segundo Spina (1977), ao pé da letra, temos a ciência que estuda a escrita antiga.

Vejamos como Cambraia (2005) define a paleografia de uma forma bastante básica: "*estudo das escritas antigas".* Podemos acrescentar na sua definição que essa ciência tem como objeto de estudo os escritos antigos. O paleógrafo é o responsável de identificar, compreender e traduzir a escrita para uma forma atualizada. Apesar de a paleografia ser uma ciência que estuda a escrita antiga, podemos alegar que ela também está intimamente relacionada com a atualidade, no que diz respeito às técnicas de informatização, higienização, restauração e preservação de escritos em geral.

Para Acioli (2003), a paleografia vai além de decifrar a escrita antiga e ler o documento, mas também analisá-lo.

> A paleografia é, assim, antes de tudo, um instrumento de análise do documento histórico. Não cabe ao paleógrafo somente ler textos; a ele compete igualmente datá-los, estabelecer sua origem e procedência e criticá-los quanto à sua autenticidade, levando em consideração o aspecto gráfico dos mesmos. (ACIOLI, 2003, p. 05)

Há concepções simples e mais completas de paleografia. Apresentamos, por fim, uma definição mais abrangente e atual.

> [...] a disciplina que estuda a história da escrita (e em particular da escrita a mão) em suas diferentes fases, as técnicas empregadas para escrever nas diversas épocas, o processo de produção dos testemunhos escritos e, enfim, os produtos mesmos de tal processo, particularmente em seu aspecto gráfico, que se trate de livros, inscrições, documentos ou escritos de natureza individual e privada (contas, apontamentos, cartas etc.).[4] (SÁNCHEZ; GONZÁLEZ, 2004, p. 21)

A paleografia se consolidou como ciência no século XVII, próxi-

---

[4] [...] la disciplina que estudia la historia de la escritura (y en particular de la escritura a mano) en sus diferentes fases, las técnicas empleadas para escribir en las diversas época, el proceso de producción de los testimonios escritos e, en fin, los productos mismos de tal proceso, particularmente en su aspecto gráfico, ya se trate de libros, inscripciones, documentos o escritos de naturaleza individual y privada (cuentas, apuntes, catas etc.).

mo à diplomática, daí a explicação de ambas caminharem juntas.

Das ciências descritas, ainda nos resta falar sobre a codicologia. Essa ciência além de auxiliar da filologia, também caminha junto com a paleografia e a diplomática e tem o códice[5] por objeto de estudo. Cambraia (2005) arrola vários aspectos a serem observados para uma análise codicológica, como veremos abaixo.

“A codicologia consiste basicamente no estudo da técnica do livro manuscrito” (CAMBRAIA, 2005, p. 26).

Em outras palavras, é o estudo do códice de um modo geral, isto é, a descrição de: 1. *Cota*: cidade em que se encontra o códice; 2. *Datação*: explícita (transcrever informando fólio e linha em que consta); 3. *Lugar de origem*; 4. Folha de rosto; 5. *Colofão*: transcrição; 6. *Suporte material*: papiro, pergaminho ou papel; 7. *Composição*: número de fólios; número e estrutura dos cadernos; formato; dimensão dos fólios. 8. *Organização da página*: dimensão da mancha; número de colunas; número de linhas etc. 9. *Particularidades*: Miniaturas; iluminuras; marcas especiais (carimbos, assinaturas pessoais). 10. *Encadernação*: tipo (original ou não original; dimensão; material; natureza e cor da cobertura; decoração; texto na capa; nervos no lombo). 11. *Conteúdo*: identificação dos textos do códice por fólio(s), informando autor e obra. 12. *Descrições prévias*: bibliografia. (Cf. CAMBRAIA, 2005, p. 28)

Já Spina (1977, p. 22) ressalta que “a codicologia é atinente exclusivamente ao conhecimento do material empregado na produção do manuscrito (*Scriptoria*) e das condições materiais em que esse trabalho se verificou [...]”. Os referidos textos brasileiros foram escritos em livros manuscritos, que são os códices.

A filologia e as ciências auxiliares possibilitam o estudo dos textos em sua integralidade. Com base nesses estudos, podemos compreender que os manuscritos do período colonial e imperial relatam a vida social, política e econômica da sociedade brasileira e, por conseguinte, a cearense da época. Sendo assim, tais relatos mostram a cultura cearense, a identidade de quem os escreveu e o ambiente em que estão inseridos.

---

[5] Segundo Spina (1997, p. 22) O Códice, antepassado do livro impresso, derivado do Latim *codex, cis* (ou *caudex, cis*), tronco de arvore; da madeira se faziam tabuinhas (*tabulae*), que, cobertas de cera, podiam receber a escrita [...]”.

Dessa forma, a cultura do povo se manifesta no âmbito social, político e econômico.

A língua reflete os aspectos sociais, econômicos e históricos de uma determinada sociedade, e a cultura expressa os valores, as crenças e os hábitos partilhados por indivíduos de um mesmo grupo. Portanto, as manifestações da língua refletem a identidade cultural de uma determinada sociedade.

Em seguida, apresentamos a edição semidiplomática do manuscrito e a análise de todas as manifestações que observamos.

3. Manuscrito: edição semidiplomática

<Açudes [1 seco] 12-9-87 [6] Nº 4349 [7]>

Fl.1r

Paço da Camara Municipal da vila do Acarahú em
Sessão ordinaria 22 de Agosto de 1881

Ill***ustríssi***mo Ex***celentíssi***mo Sen***ho***r

Esta Camara em resposta ao officio circular de Vossa Excelência sob
numero 2007 de 3 corrente cumpre-lhe informar o seguinte:
Que existem nesta Villa dois Açudes feitos em soccorros
publicos, os quaes naõ tendo havido a inda inverno que os
enchesse suppõe esta Camara naõ seccaraõ; e isto em conse-
quencia das poucas águas recebidas no inverno do anno pas-
sado, e que outros de maior intencidade as faraõ chegar ao pon-
to proporcional ao atingimento das águas a ser sangra-
dôros; naõ saõ de offerecerem vantagem sinaõ para agua-
da, por serem os corregos que procurarão para suas constru-
ccoes muito seccas.

Apar porem destes dous pequenos reservatorios dágua,
temos a oito legoas de distancia no termo, a Grande Lagõa
da Gijoca, que pelos grandes morros que tem entre ella e o
mar, formão um Açude natural que nunca secou, e du-
rante a calamidade da secca, em suas margens se abriga-
raõ, mais de duas mil pessoas, que passarão sem necessi-
taremdos socorros publicos, por terem os proprietarios d’ella
franqueado aos Emigrantes para fazerem plantações de
seriaes, que produzindo prodigiosamente, chegou para
alimentação delles; e venderem durante acalamidade: este

Fl.1v

[6] Anotação feita por terceiros, situada na margem superior esquerda.

[7] Anotação feita por terceiros, situada na margem superior direita.

lago pode medir tres mil braças de cumprimento e seiscentas
de largura; e pertence aos herdeiros do Donato Jozé de Souza.
No Relatorio do Engenheiro Leopoldo Chrimes, poderá V***ossa*** E***xcelenci***a
[rever][8] minhas informação.
Alem deste grande deposito, temos outro que julgamos su-
perior é o pequeno Rio Aracaty-Mirim – distante desta Villa
nove leguas que fazia barra d'Almofalla. Tendo as ventanias
dos tres annos de secca abstruido completamente a sua fós pelas
grandes quantidades d'areias, formado uma cordilheira de morros
movediços que naõ pôde dar esgoto as aguas dos invernos posterio-
res a secca, as aguas assim prezas, fazem hoje uma repreza de
cinco léguas; suas margens prestaõ-se a immensos sitios: entre-
tanto que se achaõ incultas, por falta de pessoal que se oc-
cupê da agricultura, pois entretidos com a grande quan-
dade de peixe que existe neste lago, não cuidaõ de outra vida.
Ha mais outros dous banhados de menor importância,
Lagoa de João de Barros, Alagadisso da Palmeira na Fazen-
da Patos do Coronel Jozé Frederico d'Andrade, na dista-
cia uma légua do Rio Aracaty Mirim de que ja nos re-
ferimos, que naõ seccaraõ durante a secca; e que muito

Fl.2r

servirão para plantações de canas, e seriais, e para refrige-
rio de muito gado vaccum ecavallos, que ahi sobre viverão.
Saõ estes os depósitos d'águas, mais importantes deste lugar.
Deus Guarde a V***ossa*** E***xcelenci***a
Ill***ustríssi***mo Ex***celentíssi***mo S***e***n***hor*** Senador Pedro Liaõ Vellozo
M***inistro*** D***outor*** Prezidente da Provincia.
Fran***cis***co Teofilo Ferr***ei***ra P***ereira***
Miguel Lour***en***co dos S***an***tos
Antonio Prisco Ribeiro
Antoinio Theixeira Pinto
Manuel Pinto da Silv***eira***

3.1. Comentários paleográficos e codicológicos

Faremos alguns comentários de aspectos paleográficos do documento, referentes à escrita e suas formas gráficas e dos aspectos codicológicos, no que se refere ao estado do códice, à estruturação do texto, às dimensões do manuscrito etc. Começaremos com as informações paleográficas.

O documento apresenta 2 fólios, sendo que o fólio1 é escrito no

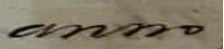
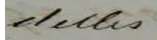
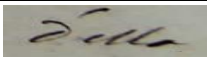
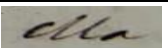
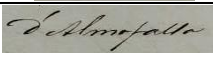
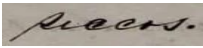
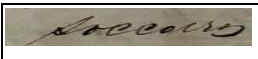
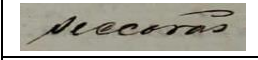
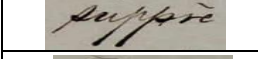
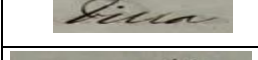
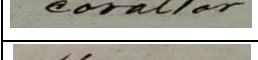
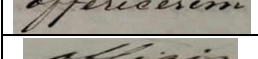
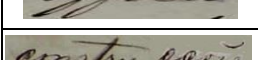
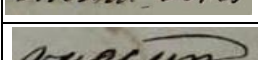
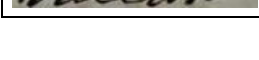
[8] De acordo com o contexto do manuscrito, convenhamos interpretar a palavra como "rever", por essa estar incompreensível semanticamente.

reto[9] e no verso e o fólio 2, apenas no reto. Apresenta escrita com traçado regular no corpo do texto, sem nenhum tipo de rasura, mostrando assim, o grau de instrução e habilidade do escriba. O fólio 1r é dividido em dois parágrafos, com escrita inclinada para a direita de maneira uniforme e com o texto escrito de forma justificada, alinhado à direita. O fólio 1v é dividido em dois parágrafos e apresenta grafia proporcional e uniforme. Estruturalmente, o texto se encontra justificado, alinhado à esquerda da folha, possuindo algumas manchas da escrita do verso da página. No fólio 2r, encontramos somente um parágrafo, seguido das rubricas dos vereadores que encaminharam o ofício ao presidente da província, Pedro Leão Veloso.

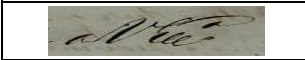
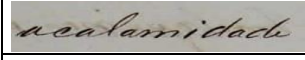
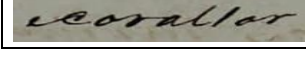
Notamos que o documento inteiro possui uma estrutura regular no traçado das letras. Sendo assim, concluímos que a grafia do manuscrito é de fácil leitura, minúscula e inclinada à direita. De acordo com as características citadas acima, podemos garantir que a escrita presente no documento é a humanística.

Em referência às observações codicológicas, observamos que o manuscrito está bem conservado. No fólio1r há apenas uma pequena mancha ao lado direito do texto no meio da página. Quanto à dimensão do fólio, verificamos que o fólio 1r possui 144 mm de largura e 216 mm de altura, com um total de 23 linhas, sendo que o texto está situado com o espaçamento de 33 mm do lado esquerdo do fólio e 04 mm ao lado direito. A 08mm da margem superior do folio, há um enunciado seguido da apresentação *Ill**ustrísi**mo Ex**celentíssi**mo Se**nh**or*, com um espaço de 32 mm do texto e com 12 mm de espaço da margem inferior. Observamos, na margem esquerda superior, uma anotação com tinta vermelha “Açudes [1 seco]” e logo a baixo a data “12-9-87” e, na margem superior direita, a anotação “ Nº 4349”, ambas feitas por terceiros.

O fólio 1v é composto por 20 linhas, não apresenta manchas nem borrões que atrapalhem a leitura do texto. Quanto à dimensão do fólio, verificamos que possui 141 mm de largura e 213 mm de altura. O texto está situado com o espaçamento de 29 mm ao lado direito e 04 mm ao lado esquerdo. Quanto à altura, constatamos que o texto está localizado a 65 mm da margem superior e 13 mm da margem inferior.

---

[9] Reto é a face da folha que fica à direita, quando o livro está aberto. É a primeira face da folha, a face da frente.

O fólio 2r possui a dimensão de 143 mm de largura e 214 mm de altura. É constituído de 13 linhas e apresenta uma mancha na última linha da margem inferior. Percebemos que, no fólio 2r, o texto apresenta variações quanto à estrutura. Primeiramente, há um texto de 5 linhas, com espaçamento 32mm da margem esquerda, 04mm da margem direita e 63 mm da margem superior, logo abaixo encontramos a saudação "Deus Guarde aV***ossa*** Ex***celênci***a" localizada a 72 mm da margem esquerda e 15 mm da margem direita. Com o espaço de 10 mm abaixo da saudação há o destinatário da carta, presidente da província, Pedro Leão Veloso. Esta informação está situada a 10 mm da margem esquerda e 51 mm da margem direita do fólio. Por fim, encontramos as assinaturas dos vereadores da câmara do Acaraú, a 14 mm da margem inferior.

3.2. Comentários linguísticos

3.2.1. Consoantes geminadas

Observamos algumas ocorrências características do período pseudoetimológico, que começa no séc. XVI e se estende até o séc. XX, quando foi publicado a *Ortografia Nacional*, de Gonçalves Viana em 1904. O sistema ortográfico pseudoetimológico era confuso, pois, além das variações fonéticas, muitas palavras ganharam uma grafia semelhante ao grego ou ao latim. No caso dos exemplos abaixo, temos grafias latinizantes, como o uso do nn, ll, ff etc., que foram muito influenciadas pela tradição ortográfica latina.

Fac-símile	Transcrição	Linha(s)
	anno	11
	deles	26
	d'ella	23
	ella	19
	d'Almofalla	35
	secca	36
	seccas	16

	soccoros	8
	seccaraõ	10
	suppõe	10
	Villa	8
	cavallos	51
	offerecerem	14
	officio	6
	construccoẽs	15/16
	vaccum	51

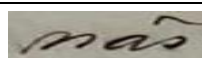
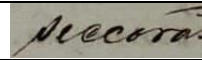
3.3. Ausência de fronteira entre palavras

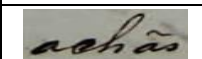
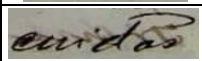
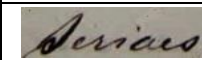
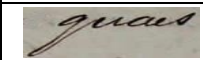
As palavras escritas juntas são frequentemente encontradas em documentos manuscritos do Brasil colonial e imperial. O material utilizado para escrever se espalhava sobre o papel, dessa maneira, a tinta acidentalmente juntava as palavras. Outro fator condicionante à escrita junta é a agilidade do escriba ao redigir o texto, pois na medida em que escrevia com rapidez, muitas vezes, não retirava a mão do papel.

Fac-símile	Transcrição	Linha
	aV*ossa*Ex*ecelênci*a	**53**
	acalamidade	**26**
	ecavallar	**51**

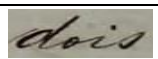
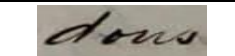
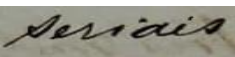
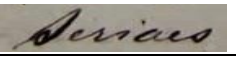
3.4. Abreviaturas

Em relação às abreviaturas, Spina (1977, p. 44-49) classifica-as em sigla, representando a palavra com a letra inicial; síncope caracteriza-

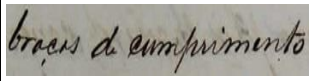
da como a supressão de letras no meio da palavra com letra(s) sobreposta(s); e a apócope que é supressão de elementos ao final da palavra. Dentre os tipos de abreviaturas mencionados, encontramos apenas abreviaturas por síncope e sigla, no manuscrito em análise.

Abreviatura	Fac-símile	Transcrição	Linha
Sigla		**P*ereira***	**56**
Síncope		**V*ossa*Ex*celênci*a**	**46**
Síncope		**S*an*tos**	**57**
Síncope		**Silv*eir*a**	**60**
Síncope		**Fran*cis*co**	**56**
Síncope		**Lour*en*ço**	**57**
Síncope		**Ferr*eir*a**	**56**
Síncope		**Ill*ustríss*imo**	**54**
Síncope		**Ex*celentíss*imo**	**54**
Síncope		**Sen*ho*r**	**54**

3.5. Acentuação gráfica

Em todo período colonial e imperial, os copistas registravam o documento de maneiras diversas, pois ainda não havia nenhum tipo de norma referente à escrita na língua portuguesa. Desse modo, a acentuação gráfica presente nos documentos é bastante variável. Percebemos, nos dados coletados, que algumas palavras não receberam acento e outras receberam acento inapropriadamente. Vejamos alguns exemplos:

Tipo de ocorrência	Fac-símile	Transcrição	Linha
Ausência de acento		**distancia**	**18**

		aguas	13
		tres	36
Acentuação inapropriada		naõ	43
		saõ	14
		seccaraõ	10
		faraõ	12

3.6. Outras ocorrências linguísticas

Por falta de regulamentação na escrita, os escribas grafavam de maneira variada, pois certamente sentiam dúvidas a respeito da forma das palavras e as escreviam da maneira que melhor lhes conviesse ou na maneira que conheciam.

Tipo de ocorrência	Fac-símile	Transcrição	Linha
am > ão		achaõ	41
		cuidaõ	43
i > e		seriaes	25
		quaes	09

3.7. Poligrafia

Vale ressaltar que é bastante visível a presença da poligrafia no documento analisado. O escriba registra uma mesma palavra de duas maneiras ao longo do texto. Vejamos alguns exemplos:

Fac-símile	Transcrição	Linha
	dois	8

	dous	17
	seriais	50
	seriaes	25

3.8. Unidades de medida

Encontramos no texto, algumas informações referentes a medidas, que eram bastante utilizadas para fazer referência a grandes e pequenas distâncias. De medidas foram encontrados dois casos, a medida em "braças" e em "léguas". Segundo as pessoas mais experientes com a agricultura, a "braça" equivale ao tamanho de onze palmas da mão e a légua equivale a seis quilômetros. Essas unidades de medidas eram usadas por pessoas para medir a quantidade de espaço em açudes, cercados e outras áreas. A légua era (e ainda é) utilizada para medir distâncias entre lugares, como por exemplo: A distância de Fortaleza a Acaraú (Ceará) é de quarenta léguas, equivalente a 240 quilômetros.

Fac-símile	Transcrição	Linha
	braças de cumprimento	27
	nove leguas	35

3.9. Toponímia

A toponímia é o estudo das denominações do locais e acidentes geográficos. Os topônimos são os resultados dessa denominação e podem ser considerados produtos culturais, pois evidenciam a realidade material e espiritual do ser humano. O estudo dos topônimos permite verificar a organização de uma região, pois as condições ambientais e sociais se refletem na língua, principalmente no léxico e, consequentemente, na toponímia. No manuscrito em estudo, percebemos que os topônimos estão diretamente ligados a regiões próximas à cidade de Acaraú, como por exemplo: o rio Aracatimirim, a barra d'Almofala, Lagoa da Jijoca e a Lagoa de João de Barros.

Fac-símile	Transcrição	Linha(s)
	Lagoa da Gijóca	18/19
	Lagoa de João deBarros	45
	Rio Aracaty – Mirim	34
	Barra d'Almofalla	35

4. Considerações finais

O texto não existe sem o estudioso que lhe der sentido, seja filólogo, arqueólogo, paleógrafo, linguista, sociólogo, historiador etc. Nesse sentido, o texto possui uma importância imensa para se fazer vários estudos. No documento em análise, buscamos fazer um estudo filológico e linguístico das diversas manifestações encontradas no texto.

A busca de interpretar a língua, conhecendo e compreendendo o passado é o trabalho do filólogo, que se encanta com determinadas formas de dizer da língua e com os vestígios sócio-históricos e culturais de uma determinada comunidade, de um estado ou de uma nação, deixados pelos registros.

Através da edição do texto, buscamos mostrar a importância da crítica textual na edição e preservação dos manuscritos. Os aspectos linguísticos, codicológicos, paleográficos e os aspectos socioculturais aqui analisados, têm a intenção de mostrar a relevância de extrair todas as informações que o texto disponibiliza. Sendo assim, é possível voltarmos no tempo, através dos escritos, e vivermos aquilo que não se pode mais viver no estágio de desenvolvimento atual da nossa sociedade; é possível compreendermos muitas das manifestações realizadas pelas civilizações remotas.

Concluindo esse estudo, podemos afirmar que o filólogo-linguista ama o ato de editar e extrair manifestações da cultura das civilizações implícitas e explícitas deixadas pelas pessoas através dos escritos. O que conduziu esse trabalho foi à tentativa de mostrar o estudo mais global do texto através das várias ciências que o tem como objeto de estudo, em especial a paleografia, a codicologia e a filologia, que nos auxiliaram a

extrair as realizações sócio-históricas, políticas e culturais presentes em todo documento, que são representações vividas por uma comunidade em determinado tempo passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, V. L. C. *A escrita no Brasil colônia*: um guia para leitura de documentos manuscritos. Recife: Editora Universitária, 2003.

ANDRADE, Elias Alves de. *Aspectos paleográficos em manuscritos dos séculos XVIII e XIX*. Disponível em: <http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/Andrade_0.pdf>. Acesso em: 01-10-2013.

BELLOTO, Heloísa L. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita.* Trad.: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2003.

LYONS, John. *Linguagem e linguística*: uma introdução. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

MARCOS, José-Juan. *Fuentes paleográficas latinas*: Capitalis elegans, capitalis rustica, uncialis, insulares minúscula, carolina minúscula, ghotica textura quadrata, humanista antiqua. Manual de usuario, 2005.

MELO, G. C. de. *Origem formação e aspectos da cultura brasileira.* Lisboa: Centro do Livro Brasileiro: 1974.

MELO, G. C. de. *Iniciação à filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.

RIGHI, Gaetano. *História de la filología clásica.* Barcelona: Labor, 1967.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica*: crítica textual. São Paulo: Cultrix/Universidade de São Paulo, 1977.

TERRERO, Anjel Riesco. *Introducción a la paleografia y la diplomática general.* Madrid: Síntesis, 2004.

XIMENES, Expedito Eloísio. Edição diplomático-interpretativa e estudo filológico-linguístico de carta de sesmaria. Monografia de especialização. PUC-Minas, Belo Horizonte, 2011.

HUMOR E LINGUAGEM NAS TELAS DA MÍDIA: DA CONVERSAÇÃO À RESSIGNIFICAÇÃO LINGUÍSTICA NA PROGRAMAÇÃO DE ENTRETENIMENTO DA TELEVISÃO BRASILEIRA

Everaldo dos Santos Almeida (Faculdade Pitágoras)
everawdo@gmail.com

RESUMO

Análise do discurso humorístico televisivo brasileiro, implicâncias e relações linguístico-histórico-culturais dos falantes em decorrência da concepção sociológica da linguagem a partir dos bordões veiculados pela programação de entretenimento. Estudo cultural e semiótico do humor na televisão capaz de influenciar a configuração da língua portuguesa a partir da ressemantização da linguagem tendo os bordões como instrumento de uso. Relação dialógica entre a linguagem humorística e o sujeito na (re)construção dos sentidos linguísticos a partir da interação verbal, por meio da qual surgem novas formas de dizer e de significar, fazendo com que o resultado seja mais que uma palavra.

Palavras-chave: Sociedade. Interação Verbal. Polifonia.

1. *Introdução*

Com a evolução e sofisticação dos meios de linguagem, o homem passou a conviver com uma nova dimensão do que seria interagir socialmente tanto por meio dos mecanismos dialógicos quanto por seus aparelhos de divulgação e difusão de mensagens. Assim, a pós-modernidade precisou reinventar os conceitos de comunicação através de uma linguagem representativa e simbólica de seu tempo agregando, concomitantemente, evolução temporal-espacial.

Por estes expedientes, a trajetória do presente estudo é mapear como se dão os procedimentos humorísticos, sua história cultural e social que apregoam as metamorfoses linguísticas, as transformações de sentidos que seduzem a credibilidade da grande massa. Decidiu-se, então, analisar o texto humorístico da programação de entretenimento da Rede Globo de Televisão, por atingir um grande e amplo público por envolver e englobando as principais variações linguísticas ligadas aos estratos sociais (diastráticas) e geográficas (diatópicas), sobretudo.

A hilaridade e sua história cultural quase sempre refletem as percepções culturais mais profundas e simbólicas de um povo. O humor é um poderoso instrumento que serve para refletir sobre temáticas que cir-

cundam o atitudinal, o cultural, a organização social dos povos. A partir dessas perspectivas, o humor satiriza, através de sua linguagem descompromissada, desassociada e desvinculada dos rigores e molduras sociais, estreitando as relações sociais, e suas variações diastráticas, tornando-se um elemento subversivo, rompedor, apaziguador, mediatizando fatos indigestos.

A partir dessas reflexões, a pesquisa pretende cristalizar as oscilações semântico-pragmáticas, seus resultados, para descobrir de que forma a língua homologa as alterações e mudanças que se apresentam, uma vez que ela é um fenômeno irrefreável e expansivo na sociedade. Assim, é necessário catalogar as transformações que há na língua como elemento representativo da realidade.

Algumas condições são observadas para que se processe e se interprete o fato linguístico: a (re)interpretação da realidade mediatizada, feita pelos aparelhos midiáticos televisivos, deve ser assimilada por um público heterogêneo.

Fatores subjetivos favorecem o uso linguístico proposto. Isto é, o cimento ideológico que alicerça a visão de mundo de cada indivíduo participa dessa construção; fatores de ordem cultural agem como âncoras na captação e inapelável eficácia acerca das formas linguísticas. As características sociais do povo brasileiro mostram que a história cultural do humor é algo presente e forte em suas raízes. As piadas, as sátiras, a paródia, o expressivo senso de humor são constituintes marcantes da cultura brasileira e, como tal, são células utilizadas pelos mecanismos midiáticos, sobretudo os televisivos, para fincarem um sistema de fidelização tanto de plateia (audiência) como de mecanismos mediadores da linguagem. Desta forma, o humor tem papel precípuo e vital no cenário televisivo por se relacionar com a história cultural do povo brasileiro, sua fácil sedução, seu apelo positivamente afetivo e espirituoso, a deflagração do riso, enfim, seu poder de aproximar e unir pessoas.

A hilaridade e sua história cultural quase sempre refletem as percepções culturais mais profundas e simbólicas de um povo. O humor é um poderoso instrumento que serve para refletir sobre temáticas que circundam o atitudinal, o cultural, a organização social dos povos. A partir dessas perspectivas, o humor satiriza, através de sua linguagem descompromissada, desassociada e desvinculada dos rigores e molduras sociais, estreitando as relações sociais, e suas variações diastráticas, tornando-se um elemento subversivo, rompedor, apaziguador, mediatizando fatos in-

digestos. Daí, seu poder interpretativo sobre fatos funciona como construtor de sentidos e ideias associados ao novo cardápio linguístico que, com certa brevidade, passará a ser aplicado pelo grande público, não importando, para os novos usos linguísticos, a voz do cientificismo gramatical, embora tão proeminente nas esferas cultas da sociedade.

Ponderando a mídia como fator social não é exacerbação constatar sua presença e participação na construção dos sentidos e significados uma vez que as informações veiculadas por ela são a somatização dos fatos que circundam os seios sociais. Desta forma, a pesquisa se presta a observar a penetração e participação da linguagem humorística na sociedade e sua tentativa de homogeneizar, segundo sua intencionalidade, padrões linguísticos laboratorializados.

A partir dessas reflexões, a pesquisa objetiva cristalizar as oscilações semântico-pragmáticas, seus resultados, de que forma a língua como sistema acolhe ou homologa as tentativas e/ou mudanças que se apresentam, uma vez que a língua é um fenômeno irrefreável e expansivo na sociedade, agindo como arcabouço sociointeracional, patrimônio coletivo e consensual. Assim, é necessário catalogar as transformações que há na língua como elemento representativo da realidade.

A mobilidade de sentidos intercambializada pelas esferas humorísticas está onipresente na cultura brasileira e se torna uma estrutura de *fidelização* ao programa que veicula a língua como produto midiático, uma vez que a sua linguagem é, também, seu objeto mercadológico.

Abordar a linguagem em seu caráter dinâmico, vivo, de prática social, privilegia seu estudo em sua estreita forma de ação do homem sobre o mundo, e não, o estudo da língua, como um sistema de normas segundo o qual certas composições são possíveis de um ponto de vista formal, apenas. Preocupa-se com os *atos* de fala, com a linguagem praticada, com a linguagem realizada, que ganha contornos nessa realização, dependendo da situação imediata e da mais geral em que ocorre. Preocupa-se com a linguagem que se dirige a alguém, que é suscitada por algo, que tem uma finalidade, que ocorre numa situação social concreta, constituindo, assim, a língua pelo fenômeno social da interação verbal[10], realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*.

---

10 A expressão “interação verbal” é usada no sentido amplo, não se referindo, portanto, apenas às interações em face a face.

As variáveis sociais, ao surgirem, produzem um efeito sistemático sobre o comportamento linguístico: idade, sexo, classe, casta, país de origem, geração, região, escolaridade; pressuposições cognitivo-culturais; bilinguismo etc.

Assim, concebe-se a língua não como algo acabado, pronto, mas algo que, como produto da vida social, está em constante transformação, em constante "devir", sob pressão do cotidiano e acompanhando as transformações da sociedade de que é fruto. Considerando-se os atos de fala ligados às condições de comunicação e estas, ligadas às estruturas sociais, "é na fala que se dão as mudanças da língua e elas não são individuais", mas sociais, e refletem os valores sociais, a luta entre valores sociais contraditórios.

Não se tem um fato linguístico senão na relação entre indivíduos socialmente organizados. A linguagem em sentido amplo é entendida como relação; como uma relação dialógica entre enunciados. O dialogismo está presente em todas as manifestações da linguagem, seja no discurso interior, no monólogo, na comunicação cotidiana ou em qualquer outra.

Não se deve desconsiderar o fluxo contínuo da comunicação social, pois atua sobre a linguagem; por outro lado, cada ato de fala é um elo na cadeia dessa comunicação. Assim, todo discurso participa não apenas o autor que o produz, mas também o destinatário. O discurso é entendido como um acontecimento linguístico, que envolve o falante, o ouvinte, tempo, espaço físico, espaço social etc.

A construção dos sentidos é um fenômeno extremamente abrangente e não deve ser divorciada de elementos linguísticos e paralinguísticos. Para tanto, deve-se apresentar o ambiente de forma sistemática, embora o enfoque, aqui apresentado, estacione no linguístico.

Concebendo a língua como um fenômeno evolutivo, e que sua própria estrutura sistemática acomoda as variações de ordem sintagmática e paradigmática, o presente trabalho, por meio do humor e da linguagem, propõe contribuir para a análise de como os sentidos linguísticos são construídos e constituídos a partir de práticas rotineiras assim como seus reflexos na comunicação dialógica. Assim, advém desta observação várias problemáticas e possibilidades inerentes ao processamento das mutações de natureza semântica.

2. Linguagem: interação e significação

A significação é um aspecto fundamental da palavra; separada, a palavra não é mais que um som, uma realidade física, produzida a partir de um processo fisiológico. Assim, a linguagem humorística cria e recria significados a partir da postura social de um povo. Isso resulta em atos de fala transidiomáticos, constituídos por entre fronteiras físicas e digitais nas práticas discursivas (LOPES, 2013).

A filosofia da linguagem se fundamenta na proposição que representa estado de coisa, uma vez que a noção de linguagem anteriormente hermetizada, ora às regras de um determinado código, ora enclausurada em construções de valor de verdade, cambia-se, inclinando-se para os jogos de linguagem.

No processo dialógico, a significação não é prioridade de um sentimento pessoal psicológico, ou algo mental. Caso isso fosse verdade, a comunicação seria impedida, uma vez que o ato de significar levaria cada um a entender o que bem entendesse. Por isso, falar em linguagem é considerar o sujeito e sua participação social. Sendo assim, o significado é construído a partir do envolvimento do saber, do conhecimento sobre o objeto ao qual alguém se refere. Essa troca de significados nasce das posições e relações sociais com o outro, através da linguagem.

A corrente interacionista, que guia esta discussão, não deixa de revelar afinidades com a concepção de linguagem sustentada pelo dialogismo bakhtiniano, segundo o qual, o discurso possui um caráter fundamentalmente interacional e com a pragmática dos atos de linguagem (linguística da enunciação). Implica dizer que as transformações das relações são constituídas em específico momento histórico, a partir dos aparelhos ideológicos de Estado (PÊCHEUX, 2009).

Para o processo de constituição do sujeito, há intervenção fundamental de dois fatores: o outro (social) e a linguagem. Nessa concepção, fica marcada a existência de uma relação de interdependência entre sujeito, sociedade e linguagem, uma vez que o sujeito se constitui na relação com o “outro” e que essa relação é construída/mediada essencialmente pela linguagem. Assim, desde o começo, através dos sons, dos contatos físicos, do olhar etc. as malhas de trocas se incorporam em um complexo processo crescente, iniciando, sobremaneira, os fenômenos de natureza sensorial, como alimentação, conforto, higiene, saúde, afeto etc. Nesse contexto, a língua e seus desdobramentos vai se constituir para a criança como sendo o próprio lugar das trocas. A interação fará com que as rela-

ções com seu grupo se desenvolvam e se tornem mais semiotizadas.

A experiência de mundo que envolve os homens na vida em sociedade constitui uma cadeia de atos e fatos que só na pele de nossos discursos ganha sentido. Assim, o indivíduo vai sendo construído pela história, herdeiro sem escolha de crenças, conhecimentos e costumes comuns aos membros do grupo, classe, comunidade etc.

Neste sensível momento, o texto humorístico e seus tentáculos linguísticos se oportunizam como uma nova possibilidade de uso, tendo a estrutura ideológica papel relevante quanto ao afastamento ou aceitação das novas formas linguísticas. Tudo isso tem como alvo, obviamente, o telespectador (consumidor). É nele que tudo se materializa. É nele que tudo se justifica. É para o consumidor humorístico que o cardápio linguístico é preparado.

O dialogismo bakhtiniano assegura que é no seio social que se constitui a base das significações, pois, o processo da interação social entre os indivíduos é responsável pela arquitetura da ideologia. Desta forma, para o autor, dissociar signo de ideologia é tarefa inelutável, uma vez que a ideologia se sedimenta na vida social por ser a grande encarregada de criar signos, sendo eles, – os signos –, símbolos ideológicos por excelência, por serem representantes em potencial da engenharia ideológica. E é a partir da exterioridade de um signo (como cor, som, movimento) que a realidade material desse signo se torna propensa a ser estudada objetivamente. Ou seja: “um signo é um fenômeno do mundo exterior” (BAKHTIN, 2004). Entretanto, os signos só surgem na interação entre uma consciência individual e outra.

Para Bakhtin, citado por Pereira, o indivíduo social passa a sofrer as intervenções do seu convívio com os integrantes da própria sociedade em está inserido. Ao referenciar homem e sociedade, é fundamental lançar olhares sobre o estado de arte da língua. Para tanto, diz Bakhtin:

> É portanto, impossível compreendermos como se constrói um enunciado qualquer [...] se não o visualizarmos como um momento, como uma simples gota no rio da comunicação verbal, cujo incessante movimento é o mesmo da vida social e da história. (BAKHTIN, *apud* PEREIRA, 2000, p. 67)

3. Da recepção e difusão linguística

Quando se quer privilegiar o ato comunicativo, é importante que se busque explicar o processo que vai da produção à consumação do sen-

tido, e que se veja a mensagem como um ponto de passagem que suporta a circulação social das significações.

Não obstante, o objetivo desta comunicação é privilegiar, nessa circularidade, o percurso da recepção, situação por si só bastante delicada e complexa. A análise, nesse viés, requer a percepção, na instância discursiva, dos efeitos de sentido possíveis (não um só efeito nem tampouco qualquer efeito). Para tanto, fazer ventilar os novos sentidos linguísticos é tarefa fundamental do programa “Casseta & Planeta” e “Zorra Total” da Rede Globo de Televisão, fazendo com que o público passe a conhecer e receber, ou aceitar, a nova arquitetura semântica apresentada em sua tela.

Embora teoricamente esse consumidor (telespectador) não esteja presente, não manifeste reações, não dialogue, não expresse pontos de vista, a instância da produção pressupõe de início uma situação contingente dos sujeitos e uma relação recíproca. Assim, consegue projetar, para eles, um estatuto social definido, com capacidade de apreensão dos acontecimentos e competências de compreender as informações apresentadas e de interpretá-las.

O discurso é endereçado a alguém, portanto, aquele a quem o discurso se destina, seja jovem ou adulto, participa do mundo. Como jovem, tem anseios de entrar para um grupo específico, no caso uma linguagem homogênea, e também se acha envolvido com questões afetivas, pessoais, culturais, entre outras, da realidade cotidiana; como adulto, convive com essa mesma realidade junto aos outros membros ou desdobramentos da sociedade, sejam eles profissionais, acadêmicos, esportivos etc.

O sujeito da enunciação não é apenas fonte do seu dizer, ele é ambivalente e paradoxal, pois é, ao mesmo tempo, locutor e interlocutor. É por conhecer o mundo a sua volta que ele consegue circunstancialmente investir-se de locutor, tomando a palavra e pondo em jogo uma série de mecanismos, sem jamais pretender ser a fonte de seu dizer. A instância da recepção, participando do jogo de linguagem, tem a liberdade de escolher o caminho mais adequado dentro dos temas tratados.

A enunciação apresenta uma espécie de jogo em que tanto os sujeitos do fazer (locutor/interlocutor) como os sujeitos do dizer (enunciador/destinatário) se encontram na cumplicidade criada pela partilha de certos valores culturais. É assim que a televisão partilha com os telespectadores um terreno comum a todos. Por isso, e por conhecer o cenário sociocultural no qual está presente, a televisão prepara seu cardápio *ao gos-*

to do cliente (audiência/telespectador). Desta forma, sofisticar o humor é algo vital, uma vez que sua presença faz parte da construção cultural e social do povo brasileiro. De forma criativa e hilária, o exemplo a seguir, todo oriundo do mundo fonográfico, evidencia tanto os fatores linguísticos quanto os culturais.

Segundo Ramos (200, p. 106) “Para Verón o universo de possibilidades discursivas é determinado pela cultura, tanto no que se refere à discursividade quanto na intervenção de outras matérias significantes”.

O trabalho com a linguagem é efetivamente uma expedição e uma aventura: expedição porque vai investigar o aspecto intencional; aventura porque a interpretação construída é sempre imprevisível, apesar de intencional.

Nessa perspectiva, a reflexão aqui articulada é uma tentativa de privilegiar a dinâmica da interação como um processo que se realiza entre dois parceiros, no mínimo. Com esse pressuposto básico, busca-se ultrapassar o sistema normativo em vigor no grupo social e reconhecer a atividade real da linguagem em interação, na sua dimensão social e cultural.

As palavras de Barthes, proferidas em sua *Aula Inaugural do Colégio de França*, podem, seguramente, consubstanciar o encerramento desta ideia:

> Não vemos o poder que reside na língua, porque esquecemos que toda a língua é uma classificação, e que toda a classificação é opressiva [...]. Mas a língua, como desempenho de toda a linguagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer [...]. Na língua, portanto, servidão e poder se confundem inelutavelmente [...]. Essa liberdade é um luxo que toda a sociedade deveria proporcionar a seus cidadãos: tantas linguagens quantos desejos houver: proposta utópica, pelo fato de que nenhuma sociedade está ainda pronta a admitir que há vários desejos. Que uma língua, qualquer que seja, não reprima outra [...]. (BARTHES, 2004, p. 12)

O *controle ideológico* compreende todas as formas utilizadas, para que determinados indivíduos e grupos não tenham condições de perceber sua realidade, e, assim, fiquem impedidos de formar sua própria opinião. Os indivíduos e grupos só podem adquirir consciência de suas reais condições de vida por duas vias: a observação direta do meio em que vivem; ou através das informações obtidas de outros (pessoalmente ou pelos meios de comunicação).

Portanto, ter um pré-conhecimento dos fatores de contextualização culturais é ter a chance de criar estratagemas capazes de abraçar eficazmente os efeitos pretendidos.

É através da difusão sistemática que as mensagens do sistema de controle ideológico são propagadas. Dentre as formas de difusão utilizadas pela propaganda ideológica, a oral é a mais importante. É a partir da difusão que surge a possibilidade de produzir uma impressão de unanimidade tão persuasiva quanto o próprio argumento do orador.

Para isso, o Casseta & Planeta não veicula risos, somente, mas transporta em sua linguagem brasões da cultura brasileira. Ou seja: o discurso do programa é desenhado encimando traços da história, da cultura e dos costumes brasileiros. Por isso é que se cria uma estreita aproximação com sua linguagem, pois ela é a soma das artérias da cultura brasileira.

A propaganda ideológica permite disseminar, de forma persuasiva, para toda a sociedade, as ideias de determinado grupo. Depois de emitidas, através dos diversos meios de comunicação, elas passam a ser retransmitidas, direta ou indiretamente, no seio das diversas instituições sociais. Dessa forma, veicular jargões linguísticos em suas edições televisivas semanais é *propagandear* todo o sistema ideológico do programa que, consequentemente, age sobre o sistema ideológico do grande público. Apesar de ter relações com outros sistemas organizados de linguagem, aqui, aportar-se-á sobre o viés linguístico.

4. O panopticon linguístico: didatização da mídia

A mídia funciona como uma espécie de usina geradora de memórias. O apagamento ou a cristalização vai depender do aparelho ideológico para o qual a mídia está a serviço. Nota-se que a mídia imprime aos seus destinatários, como se fossem alunos, a sua interpretação objetiva do real. Desse modo, no mesmo processo, enquanto cria a ilusão da literalidade dos sentidos, apaga a possibilidade de esses sentidos serem outros. O que era uma das possibilidades de significação foi (re)significado como o sentido único e verdadeiro.

Essa didatização do mundo constitui em processo de domesticação dos sentidos, num *panopticon* ou seja, vigilância, de nossas práticas significantes. Sobre isso, Gregolin traduz Foucault dizendo:

> [...]a vigilância aparece como algo que deve ser contínua, ininterrupta e que, acima de tudo, precisa ser vista pelos indivíduos que a ela estão expostos como perpétua, permanente; do mesmo modo, é preciso que ela não tenha limites, que esteja presente em toda a extensão do espaço. A vigilância é, pois, um olhar invisível, que deve impregnar quem é vigiado de tal modo que este adquira de si mesmo a visão de quem o olha. O poder sobre os corpos, desta forma, atinge ápice da submissão, pois o corpo não distingue entre si mesmo e o olho do poder. (FOUCAULT, *apud* GREGOLIN, 2003, p. 100)

Entre outras formas, a mídia brasileira desenvolveu (nos seus mais diversos suportes), especialmente no final do século passado, todo um trabalho de vigilância e de correção de nossas manifestações linguísticas, instituindo modos disciplinares de se proceder linguisticamente. Há aí um claro objetivo de homogeneizar "o" português brasileiro, tendo como referencial um modelo de língua escrita que está contido nas gramáticas normativas de língua portuguesa, interditando-se, assim, uma de nossas maiores riquezas culturais: a diversidade linguística de nosso país. Serve como exemplificação, para este caso, programas televisivos, publicações em jornais etc. Porém, é precavido mencionar, também, que essas tentativas de homogeneizar a linguagem não podem ser vistas apenas como forma feudal de linguagem. No entanto, é lícito referenciar que em relação à língua demarcar sua geografia estrutural é, inconsequentemente, abandonar reflexões da dimensão da linguagem.

O sentido não se constitui meramente como tradução de dados da realidade, mas principalmente no poder do qual queremos nos apoderar. Portanto, por mais que aparentemente o discurso seja bem pouca coisa, está-se o tempo todo lutando pelo direito de produzir sentidos. Assim, na realidade, os sentidos são criados a partir de vários agentes transformadores, por meio de um imenso repertório de informações e de formas de comunicação.

Portanto, o sentido nas expressões, como: "Eu quero lhe usar", "Eu salguei a Santa Ceia", "Ai, como eu tô bandida", "Fala sério", "Ninguém merece", "Isso não te pertence mais", "É a treva", "Mexe com quem tá quieto", "Chupa essa manga", "Vem cá, eu te conheço?", "A grana eu tenho, só me falta-me o gramur", é construído por elementos ricamente semiotizados, reposicionando o sentido para além da palavra, e sim em relações marcadas pela ação de elementos vindos da esfera social e de todas as interferências que isso causa na língua e em seu movimento.

Usufruindo naturalmente de seu poder e alcance, a mídia televisa apodera-se de seus aparelhos estruturais e lança produtos linguísticos (moda linguística: certos usos, expressões, jargões etc.) revestidos de in-

tencionalidade. Seus deslocamentos de sentido devem passar a ser e estar na moda, isto é, os usuários são capturados pela sedução das novas formas linguísticas. Assim, a força do uso pode pressionar quanto à aceitação de uma nova forma de linguagem, podendo também provocar certas variações e/ou mudanças linguísticas ocasionadas pelas fendas dos cataclismos causados pela frequência e força do uso.

5. Humor: cultura e história

O estudo sistemático do humor tem seu início na Antiguidade. Tem-se, a título de exemplo, o segundo livro de Aristóteles, *Poética*, dedicado à comédia; Cícero, e suas discussões sobre o humor, fez importantes contribuições sobre o humor para o vocabulário romano.

Ainda na Antiguidade, rir ou imitar os gestos e as maneiras de outras pessoas eram interpretados como atos indignos, indecentes. Além disso, o riso e o humor eram constantemente associados às classes mais baixas. Mas, apesar do humor e do riso terem esses traços, como aponta seu estudo cultural, muitos intelectuais revelavam um ascendente conhecimento do gênero. Às mulheres, era permitido assistirem às comédias gregas, apesar de movimentos contrários a essa permissão, pois, em geral, o lugar delas era na ambiência doméstica e não nos espaços públicos. Vê-se com isso, que o humor entre as mulheres era algo visivelmente difícil de se encontrar na Idade Média.

A noção que se tem sobre o humor é relativamente nova. Seu registro data de 1682, na Inglaterra. Antes disso, ele tinha o significado de *disposição mental* ou *temperamento*. Conceituando humor, Roodenburg acrescenta:

> Empregamos a palavra em seu estado mais genérico e neutro, de modo a cobrir uma ampla variedade de estilos: de apotegmas à troca de palavras, dos trotes aos trocadilhos, da farsa à sandice. Em outras palavras, entendemos o humor como qualquer mensagem – expressa por atos, palavras, escritos, imagens ou música – cuja intenção é a de provocar o riso ou um sorriso. (ROODENBURG, 2000, p. 13)

Tal conceituação faz com que se faça uma rápida consideração, desde a Antiguidade até a contemporaneidade, sobre o humor, assim como o humor era encarado através de sua trajetória histórica e cultural, fazendo com que se pergunte como ele era transmitido, por quem, para quem, onde e quando.

Antropólogos e historiadores literários têm contribuído de forma significativa para o estudo cultural do humor. Comprovou-se nestes estudos, que Roodenburg acreditava que

> Até os dias de hoje, [referindo-se à atualidade] a atenção acadêmica dada ao humor em geral se concentrava em obras de literatura ou nos contos populares. Exemplos típicos são os estudos do humor em obras de Shakespeare ou nos livros de humor do início do período moderno. (ROODENBURG, 2000, p. 16)

Mas, apesar do avanço desses estudos sobre o humor, ainda, de acordo com as ideias de Roodenburg "só raras vezes estes estudos situam com clareza os textos dentro do grupo ou da cultura em que devem ter transitado". (ROODENBURG, 2000, p. 16)

Embora o humor deva provocar o riso, nem todo riso é fruto do humor. O riso pode ser ameaçador. Por outro lado, o humor e o riso também podem ser muito libertadores. Sabe-se que uma pitada inesperada de humor é capaz de desfazer um clima tenso num instante.

Os limites do humor são definidos por sua função na retórica: a hilaridade serve para conquistar a pátria. Assim, tenta-se explicar melhor o papel do humor: a crítica direta e irrestrita. Nessa perspectiva, o humor reveste-se de graça e é capaz de fazer surgir definições sobre sua natureza e intencionalidade, que podem ir desde sua extração da deformidade e da desgraça até a satirização de pequenos fatos da vida social, sem gerar constrangimentos ou vergonha.

6. Humor, riso e o campo: reflexões da antropologia

O humor é divertido e sério ao mesmo tempo; é uma qualidade vital da condição humana. Ele também fornece pistas para o que é realmente importante na sociedade e na cultura. O humor quase sempre reflete as percepções culturais mais profundas e nos oferece um instrumento poderoso para a compreensão dos modos de pensar e sentir moldados pela cultura. Desta forma, pretende-se fornecer evidências das funções e dos significados do humor, abrangendo comunidades e estudos etnográficos.

O humor é um tema enganoso e de difícil exploração em termos multiculturais e temporais. A análise antropológica e histórica do humor pressupõe a consciência de que a realidade é constituída de fatores sociais e culturais. Essa perspectiva é um dos pontos de convergência da antropologia e da história cultural. O primeiro problema encontrado, tanto

por antropólogos quanto por historiadores, é um problema de *linguagem*, um problema de discurso, de duplo ou múltiplos sentidos.

7. A programação de entretenimento

A influência dos meios de comunicação não se limita ao jornalismo. A indústria cultural despeja sobre o público, incessantemente, códigos e símbolos, que contribuem para a formação de visões de mundo. São representações da sociedade, das relações entre os gêneros, as classes e as nações, transmitidas através do cinema, dos seriados de televisão, dos magazines, das histórias em quadrinhos ou, ainda, da publicidade comercial, que vende, a própria ideia do consumo. Daí flagra-se uma teia complexa de relações entre os produtores e veiculadores. Os consumidores passam a representar as produções dos meios midiáticos, neste caso, o ideológico.

O que interessa de momento, porém, é o lado mais instantâneo da influência da programação de entretenimento, em vez da formação de uma hegemonia ideológica em longo prazo: seu entrelaçamento com a atualidade, contribuindo para a inclusão de certos temas na agenda pública e beneficiando determinados enquadramentos. Trata-se de um fenômeno cada vez mais perceptível, em diversas partes do mundo.

No Brasil, o caso é especial, pois é longa, no país, a tradição de uma estreita ligação entre o entretenimento e o factual. Apesar das telenovelas se fixarem como o principal produto da indústria cultural do país, os programas humorísticos somatizam de forma hilária e aprazível, todo o percurso semanal de fatos que envolvem a sociedade. Essa somatização é consubstanciada por muito humor, inteligência e criatividade. Esse caráter sintópico transforma os fatos através de uma linguagem recriada em algo alegre, embora originalmente não o seja.

8. A língua como espetacularização midiática televisiva

Os meios audiovisuais de comunicação experimentam na sociedade contemporânea uma expansão e aperfeiçoamento de seus veículos mundiais de divulgação da informação através da implantação dos satélites artificiais. A televisão, como exemplar desse veículo de comunicação, apresenta maior vinculação com a cultura oral, atingindo, por conseguinte, rapidamente os públicos e incorporando-as à contemporaneidade. É

exatamente a partir dessas e de outras características que se procura delinear a potencialidade desses veículos.

Os veículos de comunicação têm finalidades específicas e bem direcionadas. Através de sua estrutura mercadológica, negociam-se e vendem-se produtos e serviços, podendo ser de natureza bastante variada. Para tanto, precisam, indubitavelmente, conhecer o público-alvo, isto é, para quem certo produto ou serviço será ofertado que pode ser uma dieta nova no mercado, uma roupa ou acessório da moda, um trecho turístico, um automóvel, casas ou apartamentos ou simplesmente a linguagem. No caso dos programas de entretenimento (humorísticos), não seria adequado negociar dieta, remédios, eletrodomésticos, eletrônicos etc. A linguagem humorística aqui analisada e representada por jargões, combinação de elementos modificadores da estrutura mórfica das palavras (justaposição, aglutinação), slogans etc., formam o arcabouço utilizado pelo programa Casseta & Planeta, Urgente!, fazendo da língua muito mais que a mediadora de fatos. Sob essa perspectiva ela, a linguagem, é transformada em um instrumento capaz de fidelizar o cliente (telespectador), seduzindo-o através de jogos linguísticos e da hilaridade.

Partindo dessas elucubrações e dos objetos de estudos de Sírio Possenti e de Roberto Baronas, segundo Gregolin (2003, p. 14), nos quais esses pesquisadores analisam os debates sobre a "língua portuguesa" na imprensa brasileira, intencionar-se-á entender a aplicabilidade da língua portuguesa no programa Casseta & Planeta, Urgente! tornando-a objeto mercadológico de consumo. Esse consumo, pode-se dizer que é invisível considerando não se tratar de um objeto físico, palpável, mas que tem relevantes implicâncias sobre as práticas sociais rotineiras. Falsas questões, análises sem qualquer base científica fazem que o enunciar sobre a língua se transforme na materialização de ideologias e de preconceitos.

A análise desses enunciados sobre a língua mostra que o discurso não serve apenas para comunicar, mas que ele é, a um só tempo, um objeto simbólico e político. Simbólico no sentido de que ele é uma etiqueta que representa um determinado objeto cuja ordenação, categorização, interpretação preexiste à significação, e político no sentido de que é uma luta pelo poder. Ao falar sobre a língua, esses textos produzem o controle sobre o uso das formas linguísticas, vigiando os atos ideológicos e dialógicos, impondo posturas verbais específicas. São dispositivos de vigilância que pretendem disciplinar o uso da língua, legislando em nome de intencionalidades como forma de captação de usuários de novas formas

linguísticas como marcas de identidade de um programa laboratorizado para grandes públicos. É a batalha pela degustação dos novos slogans linguísticos.

A mídia é uma produtora dos acontecimentos discursivos do presente. A questão central que se coloca é: como se constrói essa história espetacularizada numa sociedade imersa nas novas tecnologias, formada por saberes voláteis, efêmeros?

Acompanhando as análises, deduzimos que uma das respostas a esta questão pode ser encontrada na forma como é manejada a temporalidade. O acontecimento, como uma "história ao vivo", de que estamos imersos numa temporalidade da qual se suspendeu o contingente distanciamento. Assim:

> Por meio desse agenciamento do tempo, nessa escrita da história realizada pela mídia, apagam-se as determinações da operação historiográfica produzida de um certo lugar, por sujeitos, por discursos. Cria-se a aparência de uma história que se faz por si mesma, sem sujeito, sem determinação das ideologias, no cruzamento entre uma atualidade e domínios de memórias que não pertencem a ninguém. No interior dessa imensa operação de "dessubjetivação" da história, negociam-se identidades por meio da fusão entre ideias do passado e sua restauração na atualidade. (GREGOLIN, 2003, p. 15)

Nesse contexto é que a mídia articula o discurso, a sociedade e a memória.

9. *Conclusão*

A análise aqui apresentada não teve o propósito de mapear uma definição concreta da natureza universal da linguagem e sua aplicabilidade nas diversas movimentações linguísticas da enunciação e da interação verbal, uma vez que a linguagem se ressemantiza a partir de cada nova realidade no tempo e no espaço. Tentou-se, sim, descrever como a língua, de certa forma, comunga e autoriza, por sua própria estrutura, inelutavelmente evolutiva, os novos usos que seus próprios falantes organizam. Da mesma forma, a força da frequência dos atos de fala redimensiona a língua cada vez que ela é posta em funcionamento através de seus sentidos e significações.

Desvelou-se a interação verbal como ambiência de uma atividade coletiva de produção de sentidos linguísticos, seus resultados e funcionamento das (re)negociações linguísticas e suas atividades regularizadoras de significação, através de mecanismos modernos de comunicação de

massa.

Viu-se o humor explorando os jogos de linguagem, convidando-a a quebrar as formas ortodoxas da comunicação, constituindo, assim, um novo modo de dizer e representar as coisas de forma inovadora e criativa, utilizando, para tanto, o cenário da hilaridade para a construção de um espaço indiscutivelmente prazeroso e lúdico. Essa é uma ação silenciosa e imaterial, e, como tal, muito frequentemente, o falante desconhece o poder residente na língua.

Percebeu-se que o objeto linguístico não é individualizado em si. Ele faz parte de uma propriedade intrínseca, independentemente de uma conceptualização linguística e cultural, uma vez que os propósitos linguísticos fazem parte do mundo que envolve os usuários da língua e suas intenções dialógicas, todas representativas da imensidão do cenário ideológico e linguístico do falante.

Por fim, analisou-se que o emprego da língua se efetiva em forma de enunciados e discursos, sejam eles orais ou escritos, construídos por quaisquer integrantes desse ou daquele campo de atividade humana. Esses diferentes enunciados marcam fatores específicos presentes em um referido campo, não apenas por seu conteúdo, pelo estilo da linguagem e seus recursos, ou pelas composições fraseológicas e gramaticais, mas, acima de tudo, por sua composição estrutural. Esses constituintes da linguagem fazem da língua e de sua utilização, um dos mais espetaculares fenômenos da linguagem: a comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Trad.: Mário Laranjeira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GREGOLIN, Maria do R. et al. (Org.). *Discurso e mídia*: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. (Org.). *O português no século XXI*: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola, 2013.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Eni Puccinelli Orlandi et al. 4 ed. Campinas: Unicamp, 2009.

PEREIRA, Maria E. M. O estudo da linguagem pela psicologia: uma aproximação entre Skinner e Bakhtin. *Revista Brasileira de Terapia*

Comportamental e Cognitiva, vol. 9, n. 2, p. 337-347, 2007. Disponível em: <http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/view/203>.

RAMOS, Roberto (Org.). *Mídia, textos & contextos*. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 2001.

ROODENDURG, Herman; BREMMER, Jan. (Orgs.*). Uma história cultural do humor.* Trad.: Cynthia Azevedo e Paulo Soares. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MÚSICA EM (DIS)CURSO: UMA ANÁLISE DO EIXO VERTICAL

Matheus Seiji Bazaglia Kuroda (USC)
mathseiji@hotmail.com
Mônica Maia dos Santos (USC)

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a mobilização e a construção dos sentidos na música "Velha Roupa Colorida", de Belchior, considerando seu funcionamento discursivo. Dessa maneira, o trabalho parte da necessidade de entender a música como um produto social carregado de significação e expressividade, que se molda de acordo com as mudanças políticas e contextuais. Para tal, voltaremos o nosso olhar para uma análise sobre as condições de produção e dando ênfase nas relações intertextuais, a fim de encontrar um "dito" pelo "não dito".

Palavras-chave: Análise do discurso. Intertextualidade. Música.

1. *Introdução*

Buscaremos analisar, neste trabalho, sobre a égide da análise do discurso francesa, a música "Velha Roupa Colorida", composta por Belchior e interpretada por Elis Regina, no álbum *Alucinação* (POLYGRAM, 1976).

Como foco, utilizaremos uma análise aprofundada sobre a construção do significado do texto por meio das intertextualidades, considerando as condições de produção. Além disso, vale ressaltar a música como uma voz social de grande alcance, que estabelece uma relação entre emissor, destinatário e mensagem, visando uma interação entre sujeitos e fatos.

Então, consideramos válido analisar como a canção coloca, no seu eixo expressivo, os problemas sociopolíticos da época (meados de 1960 e 1970, ditadura militar), bem como a postura democrática do autor.

Visando uma análise holística, julgamos necessário o estudo de três instâncias: (i) uma análise horizontal, do eixo das coisas ditas, compreendendo a textualidade e a construção sintagmática; (ii) uma análise vertical, do eixo das coisas pensadas, abordando as relações intertextuais e interdiscursivas; (iii) uma análise das condições de produção e circulação dos sentidos.

Ao estudar a música como um produto social, provocará reflexões sobre a função da arte (a música, em específico) como um recurso de expressão, que pode atingir um número significativo de sujeitos, além de possibilitar uma leitura polissêmica e rica em significados.

2. Análise do discurso

A análise do discurso, sendo uma área da linguística e da comunicação, surge como um movimento intelectual que reflete sobre a escritura, a linguística, o marxismo e a psicanálise. Parafraseando Orlandi (2001), pode-se dizer que a análise do discurso gira em torno de uma mesma questão: "Como este texto significa?"

Maingueneau (1997) denomina a análise do discurso de linha francesa como "encontro de uma conjuntura intelectual e de uma prática escolar", que se opõe ao rigor hierárquico no estudo da comunicação desenvolvido pelo estruturalismo.

A análise do discurso nada mais é do que uma disciplina que investiga os discursos, sendo visto como um produto sócio-histórico, que se desenrola na relação da linguagem com a sua historicidade.

> A análise do discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim a palavra em movimento, prática de linguagem: como estudo do discurso observa-se o homem falando. (ORLANDI, 2001, p. 15).

Em linhas gerais, a análise do discurso propõe um exercício de reflexão sobre os textos (como discursos materializados) de forma a compreender as formações ideológicas que estão presentes no mesmo; afinal, o discurso está intimamente atrelado ao momento social.

A significação e a linguagem são os pontos chaves que deram origem à análise do discurso. O alvo dessa área de estudo, como se é de esperar, é o discurso – a palavra em movimento, prática da linguagem. Sendo a linguagem uma mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social, ela trabalha com a língua no mundo (e não um sistema abstrato), considerando a produção de sentidos.

Prega-se, ainda, a ideia de que todo texto tem um sentido camuflado que, para ser desvendado, é necessário ir além da análise do código, percebendo a relação que o enunciado tem com o seu contexto. Então, o

sentido é visto como algo mutável e de (re)construção, no qual o leitor pode fazer leituras de um mesmo texto, atribuindo novos sentidos.

3. Conceitos discursivos

O discurso é um produto social; então, a historicidade é intrínseca ao discurso e ao seu funcionamento. O que define que o texto disse em relação ao que ele sugere dizer é o contexto (ou situação de comunicação), além da interação entre os sujeitos imaginários.

Parafraseando Maingueneau (1997, p. 24), "condições de produção" é um termo utilizado como variante de contexto, relação entre texto com a exterioridade (momento histórico); é uma leitura centrífuga inseparável e indispensável do conceito de discurso, já que este se baseia nos princípios ideológicos, culturais e históricos, nos processos de construção e recepção das vozes. Ou seja, aproxima-se da noção de circunstância na qual o discurso é produzido.

Para a escola francesa de análise do discurso, a expressão é vinculada com hipótese de que condições de produção são invariantes semântico-retóricas estáveis, que determinam um conjunto de discursos produzidos em determinada época histórica. Devem se enaltecer, de forma sucinta, dois importantes conceitos nas condições de produção: a linguagem e as relações intertextuais ou interdiscursivas, que se baseiam em uma relação constitutiva entre o ato linguageiro e a exterioridade.

> Os mecanismos de qualquer formação social têm regras de projeção que estabelecem a relação entre situações concretas e as representações (posições) dessas situações no interior do discurso: são as formas imaginárias. O lugar assim compreendido, enquanto espaço de representações sociais, é constitutivo das significações. Tecnicamente, é o que chamamos de forças do discurso. (ORLANDI, 2011, p. 18)

Da mesma forma, interferindo na relação de sentido, há as interlocuções textuais ou discursivas. Todo discurso aponta para outro discurso, por isso não se trata de um único enunciado, mas sim de um *continuum*. Para Maingueneau e Charaudeau (1996, p. 63), a intertextualidade remete tanto para a *propriedade constitutiva* de qualquer texto, como para o conjunto de relações explícitas que um texto estabelece com outros textos. A interlocução entre vozes não se dá apenas de forma proposital; muito pelo contrário, todo discurso é constituído pela interdiscursividade, pois as vozes não são inéditas (ou adâmicas).

Para isto, costuma-se utilizar o termo "intertexto" para designar um único conjunto de textos, o conjunto de fragmentos convergidos em um *corpus*, já que intertextualidade é o sistema de regras implícitas que vem acompanhado com o intertexto. Assim, vale ressaltar a importância do intradiscurso, tendo a linguagem como fator capital, e do interdiscurso, que é a relação contínua de um discurso com outros processos discursivos.

Todo discurso tem um funcionamento próprio; pode-se dizer que existe uma regra padrão no processo de criação do mesmo: paradigma ou tipologia. Ao analisar as marcas e as propriedades, é possível encontrar, nas vozes, uma *formação ideológica*.

Vale ressaltar que contexto (ou condições de produção) vem acompanhado, se não de forma indissociável, com uma ideia, concepção ou ideologia. Assim, para os conjuntos de enunciados que seguem um mesmo sistema de regras historicamente determinadas, Foucault (1969) denomina como *formações discursivas.* Para Pêcheux, esse termo é caracterizado pela relação entre as classes sociais, por meio das interações entre as *formações ideológicas* – "posições políticas e ideológicas" –, que podem estabelecer vínculo de aversão, aliança ou autoridade.

> É a própria noção de "comunicação linguística" que (...) é deslocada: o fato de que um enunciado supõe um enunciador, um destinatário, uma relação com outras enunciações reais ou virtuais, que esteja atravessado pelo implícito etc.; tudo isto não é uma dimensão que se acrescentaria posteriormente a uma estrutura linguística já constituída, mas algo que condiciona radicalmente a organização da língua (FOUCAULT, 1969).

As formações ideológicas, por sua vez, podem incluir várias formações discursivas, restringindo "*o que"* e *o "como dizer"* de um sujeito enunciador. Ao passar de uma formação para outra, as palavras têm a flexibilidade de alterar o sentido, pois se encontram em contextos diferentes, cujas regras (ou formações discursivas) são distintas.

Charaudeau e Maingueneau (1997) afirmam que o entendimento de formação discursiva parte do princípio de que, para uma sociedade, uma localização, um momento definido, só parte do dizer é acessível, que esse dizível forma um sistema e delimita uma identidade.

Logo, o conceito de formação discursiva é inseparável do conceito de interdiscurso, pois, segundo Pêcheux (1981), um discurso sozinho não tem identidade própria; necessita-se de outras vozes para construir um local, no qual se convergem ideias e objetos, que constituem, por fim,

uma formação discursiva.

4. Análise do corpus

Então, antes de iniciar uma análise discursiva, consideramos válido apontar a situação em que a música "Velha Roupa Colorida" foi produzida.

A década de 1970 foi palco de grandes manifestações político-sociais frente a uma realidade brasileira altamente conservadora e autoritária. Naquela época, a população brasileira vivia sob a égide da ditadura militar, momento no qual a liberdade de expressão, além dos direitos humanos e constitucionais, foi praticamente extinta.

Políticos, jornalistas ou qualquer tipo de pessoa que se opusessem aos ideais ditatoriais eram firmemente punidos, torturados ou penitenciados, podendo chegar até mesmo ao exílio. Para tal, a censura se encarregava de peneirar todo conteúdo a ser exibido pelas mídias e produzido pela indústria cultural, com a finalidade de conter um possível levante da população.

Frente a inúmeras coerções e proibições de conteúdos artísticos que tangem à dramaturgia e à literatura, entre outras, o recurso mais utilizado como manifestação política e ideológica foi a música, pois seu caráter polissêmico e o seu jogo entre explícito e implícito enganava a elite militar; passando, pois, pelo crivo da censura.

Belchior e Elis Regina foram dois dos grandes nomes na luta contra a ditadura. Com composições ambíguas, o compositor cearense criou inúmeras músicas de caráter revolucionário, cuja função era criticar o movimento de desconstrução social e humana que o Brasil vivia na época.

Devido ao seu engajamento social, Elis Regina interpretou as principais canções "antiditadura". Dona de uma voz potente e de um cantarolar gingado, ela representou e deu vida ao discurso populista e democrático. Seu forte brado e suas músicas onipotentes representaram o sofrimento de um povo submisso, a dor da opressão e a luta social pelos direitos humanos.

"Velha Roupa Colorida" foi um dos grandes hinos interpretados por Elis Regina e composto por Belchior. Criado em 1976, anos após o

ápice da ditadura militar, a música se colocou em oposição ao autoritarismo, às políticas conservadoras, à repressão e ao despotismo. Ela é considerada como um dos "gritos de guerra" da batalha social e representa a impossibilidade do brasileiro de ser livre e de exigir seus direitos em tempos de escuridão.

No ano de composição, o mundo começava a ver, com seus próprios olhos, a devastação que veio acompanhada com o domínio e a sobreposição dos pensamentos conservadores em relação às ideias democráticas. Grande parte da América Latina estava submetida à política de extrema direita, vivendo sob o regime de ditaduras de cunho militar, que utilizavam técnicas quase desumanas para conter a população.

Frente ao exposto, "Velha Roupa Colorida" surgiu como uma voz de manifesto a um universo antiquado. Para tal, Belchior não poupou de usar seu vasto repertório de conhecimento e deu vida a uma canção que mensura e estabelece conexão com os principais nomes (ou símbolos) da música que lutaram pela liberdade e pelos direitos democráticos.

Assim sendo, uma vez explicados os conceitos de condição de produção e funcionamento da linguagem, pode-se afirmar que a letra de "Velha Roupa Colorida" é uma canção que fornece subsídios plausíveis para um estudo discursivo.

Ao fazer uma análise do eixo sintagmático, por exemplo, percebe-se que a música tem uma sonoridade cadenciada, não tendo ápices ou declives. Talvez essa cadência rítmica, de forma proposital ou não, demonstra a passividade e a constância de uma realidade dura, que perdura e reprime os seus protagonistas, como se a música estivesse contando a história de um povo que vive sob a pressão de um regime que os controla e faz com que todos os dias fossem iguais, como um *déjà vu* (sem mudanças, sem esperanças e sem expectativas).

> (1) "No presente a mente, o corpo é diferente".
>
> (2) "Haven never haven never haven".

No primeiro verso da terceira estrofe (1), há assonâncias configuradas pela repetição dos fonemas nasais /m/ e /n/. Segundo a estilística do som, tal recurso linguístico sugere uma melancolia ou algo que perdura. Na música, talvez essas assonâncias representassem a monotonia, tristeza e a incapacidade do brasileiro de mudar essa realidade, que impõe padrões.

A mesma repetição de fonemas nasais acontece no trecho (2), do sexto verso da quarta estrofe, cuja tradução seria algo parecido como “nunca tido”.

O texto sugere uma voz (EU) que “conversa” com um “TU-imaginário” que se recorda do seu passado livre, sem ditadura e sem opressão.

Em uma análise do eixo das coisas pensadas, percebe-se que Belchior compôs uma canção repleta de intertextualidade e jogo de palavras: são citados músicas e poemas que reforçam uma mesma ideia: a necessidade de desapegar-se do passado e valorizar a liberdade.

Podemos ver claramente, por meio da leitura da música, diálogos entre vários textos: “She’s Leaving Home” e “Blackbird”, dos Beatles; “Like a Rolling Stone”, de Bob Dylan; *The Raven* (*O Corvo*), de Edgar Allan Poe; “Assum preto”, de Luiz Gonzaga; textos esses que criticam o modo de pensar conservador, ora de forma psicológica, ora de forma social ou política.

Ao mencionar trechos das músicas dos Beatles, Belchior vincula seu discurso com as ideias radicais dos garotos de Liverpool, assim como eram chamados. O grupo britânico tinha um engajamento explícito, possuía uma postura antirracista e preocupada em questões de cunho social. Suas posições eram demonstradas claramente em suas composições.

(3) Nunca mais meu pai falou “She’s leaving home”
E meteu o pé na estrada, “Like a Rolling Stone”.

Nos dois primeiros versos da segunda estrofe, existe uma intertextualidade que menciona as músicas “She’s leaving home” e “Like a Roling Stone”, respectivamente dos Beatles e de Bob Dylan.

“She’s Leaving Home” foi lançada no álbum “Sgt. Pepper’s Lonely Hearts Club Band”, em 1967. A ideia da letra surgiu de Paul McCartney após ler uma notícia de jornal veiculada ao *Daily Mail* em 17 de fevereiro de 1967. O noticiário trazia a mensagem que Melanie Coe, garota de 17 anos, fugiu de sua casa em Londres, deixando seus pais. Na letra de McCartney, há a referência de que os pais se lamentavam principalmente por não saberem o motivo da fuga de sua filha, já que a mesma tinha tudo em casa. Por esse “tudo” se tratar de coisas materiais, não era o bastante para a adolescente. Temendo uma “surra” da mãe por estar grávida, Melanie fugiu de sua confortável casa para ter sua liberdade e as provas de amor que não sentia dos pais (HALL, 2008).

(4) She (We gave her most of our lives)

Is leaving (Sacrified most of our lives)
Home.[11]

Percebe-se que a garota vivia sob a égide da tradição familiar conservadora, mas tendo liberdade e, por viver presa às coisas materiais que seus pais lhe ofereciam, quis fugir, para ter uma nova vida, encontrar novos horizontes e novos ares.

Assim, "She's leaving home" pode representar, em terras brasileiras, em concomitância com a música de Belchior, a dificuldade que os brasileiros tinham de "meter o pé na estrada", de ser livre, de poder sair de casa sem se preocupar com seus atos – isso se deve à repressão dos militares.

Ainda, nesse contexto, foi citada a música "Like a Rolling Stone", traduzida pelo português como "uma perdida" (ou "uma pedra que rola"), cuja letra fala de um passado onipotente (com regalias e luxo), mas que foi desconstruído. Trata-se da história de uma mulher que perdeu tudo e agora se encontra sozinha na estrada.

"She's leaving home" e "Like a Rolling Stone" dialogam entre si, pois ambas contam histórias sobre meninas que estão na rua, deixando de lado os padrões sociais.

Vale ressaltar outra passagem importante na música de Belchior que se deve à referência ao movimento e ao discurso hippie:

(5) Nunca mais você saiu à rua em grupo reunido
O dedo em V, cabelo ao vento, amor e flor, quero cartaz

A cultura hippie, em um tempo de cinzas na história da nação brasileira, representou, metaforicamente, uma mistura de cores (a roupa colorida), isto é, trouxe à tona o espírito revolucionário da população, para exigir seus direitos como cidadão. A loucura e a insanidade viraram meios de se alcançar a liberdade.

(6) Como Poe, poeta louco americano,
Eu pergunto ao passarinho: "Black bird, o que se faz?"

No primeiro e segundo verso da quarta estrofe, há uma referência intertextual entre os textos: "Blackbird" e *O Corvo*, que dialogam entre si e com a música de Belchior, pois ambos falam de um sofrimento por um

---

[11] Trecho da música "She's leaving home", dos Beatles. Tradução: Ela (nós demos a ela o principal de nossas vidas) / Está saindo (sacrificamos o principal de nossas vidas) / de casa.

amor perdido (morte).

“Blackbird”, *single* lançado no álbum *The Beatles* (conhecido como *White Álbum*), em 1968, foi um dos grandes sucessos do grupo. Estudiosos afirmam que a composição da música teve como mote os conflitos raciais nos Estados Unidos e o sofrimento das mulheres negras, principalmente para ingressar na sociedade. Em “Blackbird”, Paul McCartney criou uma letra para encorajar as mulheres, pedindo-lhes que tivessem esperança e fé (OLIVEIRA DOS ANJOS, 2007).

(7) Blackbird singing in the dead of night
Take these broken wings and learn to fly
All your life
You were only waiting for the moment to arise[12]

O pássaro negro virou uma simbologia para a mulher negra, que devia se erguer e continuar a lutar pelos seus direitos, desprendendo-se de seu passado opressor em busca de um futuro com mais liberdade.

Em *O Corvo* (*The Raven*), de Edgar Allan Poe, o eu poético é uma pessoa que está sofrendo a perda da amada, Lenore. Assim, em uma noite, um corvo aparece para o jovem sofredor. Em desespero, ele tenta buscar explicações nesse corvo, mas recebe apenas como resposta para todas as suas perguntas o “nunca mais”.

(8) Leave my loneliness unbroken! – quit the bust above my door!
Take thy beak from out my heart, and take thy form from off my door!
Quoth the raven: Nevermore.[13]

O corvo é uma ave considerada de mau agouro, vista como uma figura das trevas e, ao repetir monotonamente “nunca mais”, constrói-se um tom melancólico e decisivo para o jovem que percebe que o seu passado nunca mais voltará, que nunca mais terá a amada de volta e precisa se desapegar desse passado que tanto o assombra.

Belchior, ao vincular o poema de Edgar Allan Poe em sua música, faz uma crítica, de forma implícita, às pessoas que viviam de forma sujeitada. Em *O Corvo*, quem se sujeita está morto, isto é, quem não se

---

[12] Trecho da música “Blackbird”, dos Beatles. Tradução: Melro cantando na calada da noite / Pegue essas asas quebradas e aprenda a voar / Durante sua vida toda / Você só estava esperando este momento para decolar.

[13] Trecho do poema *The Raven* (*O Corvo*), de Edgar Allan Poe. Tradução: Minha solidão me reste! Tira-te de meus umbrais! / Tira o vulto de meu peito e a sombra de meus umbrais!" / Disse o corvo, "Nunca mais".

reinventa e não coloca uma voz ativa é uma pessoa de pouca valia.

Na sociedade brasileira, muitos acabaram aceitando a condição de subserviência por medo, enquanto outros se mostraram ativos em lutar pela igualdade social. O "nunca mais" é a resposta do corvo quando Belchior questiona a sua liberdade e seus direitos. Este termo, repetido no poema do escritor americano, em uma relação intertextual com a música "Velha Roupa Colorida", cria um sentido: o passado e as ideias conservadores devem ficar para trás; precisa, pois, rejuvenescer (procurar outros caminhos).

> (9) Como Poe, poeta louco americano,
> Eu pergunto ao passarinho: "Black bird, o que se faz?
> [...] Black bird me responde: "Tudo já ficou atrás [...]"
> Assum-preto me responde
> o passado nuca mais.

Assum preto, de Luiz Gonzaga, também está presente como relação intertextual. A descrição inicial da música, conforme afirma Lopes (2006), é da beleza do Sertão. Mas, ao descrever a cena, logo é apresentado o *assum preto*, um pássaro que foi cegado e, portanto, não podia ver essa beleza. Luiz Gonzaga afirma na letra que o canto do pássaro tornou-se mais bonito após ser cegado porque possui um canto de dor. Sem poder ver, o pássaro também não podia voar. Ao privar-lhe da visão, privaram-no, também, da liberdade.

> (10) Assum Preto, o meu cantar
> É tão triste como o teu
> Também roubaro o meu amor
> Que era a luz, ai, dos óios meus[14]

O eu poético, na música, compara-se ao pássaro, porque ele se sente cego, após ter sido privado do amor que lhe foi roubado. Os dois têm em comum um passado que não permite que eles possam dar asas ao seu futuro e que possam ter liberdade por estarem presos ao que já passou.

No texto, as falas de assum preto e do "corvo" são alternadas, como se os pássaros se equivalessem, isto é, pelos discursos indiretos livres, o canto de sofrimento do primeiro é concretizado pelo segundo; enquanto a fala do corvo é dita pelo assum preto.

---

[14] Trecho da música Assum preto, de Luiz Gonzaga.

Uma vez explicitada as relações intertextuais, percebe-se que todas as músicas têm um tema em comum: a lembrança do passado (apego ou desapego) e a busca pela liberdade.

Neste caso, as relações intertextuais fornecem subsídios importantes na construção do texto, uma vez que são alicerces que fundamentam e criam o clima angustiante da canção. Elas fornecem o material que compõe a tessitura textual, uma vez que todo texto é formado por significados que, como linhas, se entrelaçam e formam um todo plurissignificativo.

É nítido que Belchior, ao analisar seu panorama histórico-social, compôs essa música com o objetivo de criticar a ditadura e todos os movimentos de extrema direita. Assim, para construir o texto, ele utilizou e abusou das intertextualidades, além de usar uma linguagem polissêmica.

5. *Considerações finais*

De acordo com Baccega (2007, p. 21), na sociedade, vários discursos se esbarram, se cruzam, se anulam e se complementam: dessa dinâmica surgem novos discursos, os quais ajudam a alterar o significado dos outros. Logo, conclui-se que Belchior se transformou em enunciador e construiu um discurso que refrata e modifica as vozes sociais que ele recebeu como sujeito comunicante. Isto é, *reciclou* e *reelaborou* os discursos.

Da mesma forma, quando “Velha Roupa Colorida” (discurso-texto) chegar aos ouvidos do receptor, ele irá ler e interpretar o discurso através da sua visão de mundo, constituindo outros diálogos intertextuais e estabelecendo links, atuando como coautor, uma vez que os textos são obras inacabadas (sempre em construção, com novos significados a cada leitura).

Ainda que os textos não tenham sido criados no mesmo contexto histórico, existe uma aproximação real entre eles. Embora tenham enunciadores e palcos diferentes, eles pertencem a uma formação discursiva/ideológica “parecida”: poemas ou canções contra o conservadorismo, ora na política e nos movimentos sociais (como em “Blackbird” e “She’s leaving home”), ora na mente humana (como em “The Raven”, “Like a Rooling Stone” e o “Assum preto”).

Os textos trabalham em pares (“She leving home” e “Like a Roo-

ling Stone”; “Corvo” e “Assum preto”) e falam que o passado é uma roupa colorida, com boas lembranças, exceto em “She’s leaving home”, cuja protagonista se encontra em processo de busca da felicidade.

Então, Belchior acredita que o passado é uma velha roupa que, mesmo sendo colorida, não serve mais. A felicidade, a liberdade, a expressão e o livre arbítrio são coisas que pertencem a um passado que não tem volta, coibida pela ditadura.

Porém, acredita-se, em um rejuvenescimento, que não significa a volta do passado bom, mas a criação de um novo futuro, pois aquela roupa já não nos serve mais.

Os tempos mudam e a mente humana deve acompanhar as novas tendências. Um mundo estagnado não permite a chegada de inovações, de evoluções, sejam elas humanas, tecnológicas, sociais ou científicas.

A “Velha Roupa Colorida” é uma metáfora criada por Belchior, que critica as pessoas submissas na luta social e os movimentos conservadores e de tendência à política de extrema direita.

Não basta recordar o passado feliz; é necessário ir à luta.

Ao analisar as condições de produção, considerando o contexto (ditadura militar), o compositor cearense utilizou de recursos intertextuais (poemas e canções que forneciam interpretações similares – já dito/ ou conhecimento prévio) para fazer com que sua canção carregasse uma significação polissêmica e de alta fundamentação.

Não se prega, na canção, o esquecimento da história (passado), mas sim da política conservadora.

Por intermédio da interação entre todas as obras citadas na canção, conclui-se que a música “Velha Roupa Colorida” prega a ideia de que a sociedade necessita, em tempos de ditadura militar, se redescobrir, se reinventar, virar a página, rejuvenescer, acabar com a repressão, pois todo passado, mesmo que recente, é uma roupa velha e colorida que não serve mais. Segundo o compositor, essa seria a única maneira de se (re)alcançar a liberdade e a felicidade infinita.

Logo, exige-se o fim da ditadura para que a mudança venha. “Velha Roupa Colorida” é, de forma sucinta, um discurso sobre a liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Karla Forlin. Análise *The Raven* (*O Corvo*) de Allan Poe. *WebArtigos.com*, c. 2009. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/21356/1/Analise-The-Raven-O-Corvo-de-Allan-Poe/pagina1.html>. Acesso em: 13-08-2011.

BACCEGA, M. A. *Palavra e discurso*: história e literatura. São Paulo: Cortez, 2007.

CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso*: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

HALL, Z. D. She's leaving home (again): The woman who inspired a Beatles classic has had to quit the Spanish house she built illegally. *Daily Mail Online*, Kensington, 17 maio 2008. Seção: Femail. Disponível em: <http://www.dailymail.co.uk/femail/article-567024/Shes-leaving-home---The-woman-inspired-Beatles-classic-quit-Spanish-house-built-illegally.html>. Acesso em: 10-10-2011.

LOPES, I. G. *O canto do assum preto*: uma análise estética. Recife: Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE), 2006. Disponível em: <http://ladjanebandeira.org/cultura-pernambuco/pub/a2006n05.pdf>. Acesso em: 14-08-2011.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2004.

______. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: UNICAMP; São Paulo: Pontes, 1997.

McCARTNEY, Paul. *Blackbird Singing*: o canto do pássaro preto. Trad.: Márcio Borges. São Paulo: Geração, 2001.

OLIVEIRA DOS ANJOS, Francisco Flávio. *The Beatles*: ensaio sobre a ética do amor, Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007. Disponível em: <http://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/FranciscoFOA.pdf>. Acesso em: 12-10-2011.

ORLANDI, E. *Discurso & leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1993.

______. *A linguagem e seu funcionamento*: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

______. *Análise de discurso*: princípios e procedimentos. Campinas: Fontes, 2001.

NA LÍNGUA, NA HISTÓRIA E NA MEMÓRIA: O MOVIMENTO DAS "DIRETAS JÁ!"

Rodrigo Maia Theodoro dos Santos (USP)
rodrigomts@globo.com

[CONTINUAÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR]

11. *"Carta ao Leitor" de 25 de abril de 1984*

A data do documento 816 nos traz um clima de ainda mais ansiedade da oposição e do povo brasileiro. A votação da Emenda Dante de Oliveira aconteceria na noite do mesmo dia em que foi publicado o documento 816. Era um momento de instabilidade, mas de certeza da vitória, conforme foi relatado no documento anterior. Alguns deputados governistas já declaravam apoio às "Diretas Já" e alegavam não ter argumentos para ser contra a vontade popular. A esperança era plena e absoluta. A vitória já estava certa. Era só contar os minutos. Tomemos o *primeiro parágrafo* do documento 816. O texto será dividido por linhas para embasar as análises que seguirão:

1	O Congresso Nacional tem diante de si, nesta quarta-feira
2	Uma das decisões mais importantes de sua história, ao
3	votar a emenda constitucional que restabelece as eleições
4	diretas para a sucessão do presidente João Figueiredo.
5	A decisão é do Congresso, mas a responsabilidade é do
6	governo. Essencialmente é ele, e somente ele, quem se
7	recusa ao restabelecimento imediato das diretas – e,
8	nesta hora de decisão, jogou todo o seu peso na derrubada
9	da emenda, pressionando seu partido a não comparecer ao
10	plenário, decretando medidas de emergência em Brasília e
11	oferecendo um adiamento de tudo para daqui a quatro
12	anos.

Este recorte funciona como um *lead*, pois situa o leitor no assunto que será abordado naquela data, dia em que o Congresso Nacional decidirá sobre as eleições diretas para presidente. O número de linhas é o mesmo do primeiro parágrafo do documento anterior – doze – o que realça a forte organização do texto da revista quanto à estrutura. É importante para o veículo que o leitor reconheça, no texto, um estilo próprio e "compre" não só a revista como também sua opinião e suas peculiaridades. No primeiro parágrafo, percebe-se a tematização feita pelo redator, que atrai o leitor com a proximidade de uma decisão tão esperada e tão pleiteada pela população nos últimos meses.

O tópico-frasal evidencia-se entre as linhas 1 e 4. A função de organizar e delimitar a tematização do parágrafo em questão vai clarificando-se, na medida em que continuamos a análise; o documento tornar-se fluente e de fácil entendimento.

A seleção lexical acompanha os elementos da estrutura textual – *lead* e tópico frasal – e delimita e organiza as *intenções e opiniões* contidas no documento. Se a tematização ocorre a partir da decisão do Congresso Nacional sobre as eleições diretas, a seleção lexical vem, paralelamente, reforçando os argumentos:

> Diante (1); decisões (2); importantes (2); votar (3); restabelece (3); diretas (4 e 7); sucessão (4); decisão (5 e 8); responsabilidade (5); essencialmente (6); restabelecimento (7); imediato (7); peso (8); pressionando (9); comparecer (9); decretando (10); emergência (10); oferecendo (11); adiamento (11).

Com esses itens lexicais, a tematização é bem delimitada. Se o tema do parágrafo – organizado pelo tópico frasal – é a decisão do Congresso Nacional, a seleção lexical aparece, também, nessa linha. "Decisão, direta, importante, sucessão, responsabilidade, imediato, pressionando". Uma linha para reforçar a ideia de uma tomada de decisão consciente é seguida. São palavras que sublinham a intenção da revista em levantar a importância da votação da emenda Dante de Oliveira para o futuro do país.

É importante observar, no *segundo parágrafo*, a forma como o texto segue a determinação do *lead*, a presença do tópico frasal definido e a seleção lexical que reforça a ideia desenvolvida.

> 1 A questão seria certamente de outra natureza se
> 2 envolvesse apenas um debate entre o governo, de um lado,
> 3 e a oposição, de outro, cada qual lutando em defesa de
> 4 suas posições políticas. No caso, entretanto, o que ocorre
> 5 é que o governo não está numa disputa com a oposição e
> 6 sim com a própria vontade popular. Raras vezes ela foi tão
> 7 clara ou se manifestou de forma tão maciça quanto ao
> 8 clamar, nas ruas, pelas eleições diretas para já. E, mais
> 9 que isso, tem deixado evidente que quer as diretas porque
> 10 não gosta do governo, nem das pessoas que estão nele ou
> 11 em volta dele, e deseja votar para poder tirá-las de onde
> 12 estão.

Em relação à continuidade do desenvolvimento do texto com referência ao primeiro parágrafo, o *lead* é desenvolvido a partir da polarização da discussão entre governo e população. Há uma costura muito clara logo no início do segundo parágrafo, quando o redator escreve *A questão*

seria.... O uso da palavra *questão* é, justamente, a referência sobre o que foi apresentado anteriormente.

Entre as linhas 1 e 4, verifica-se o tópico-frasal, que expressa a tematização do segundo parágrafo, ao alertar que o desenvolvimento do documento se dará em torno não do simples debate entre governo e oposição. O tópico-frasal aguça curiosidade do leitor em saber, então, em torno de quem e contra quem será o debate. O objetivo segundo parágrafo desse documento é incutir no leitor a ideia de que a luta será entre ele, enquanto parte da população, e o governo. A revista recupera, também, a ideia de que a maioria da população quer a eleição direta para presidente, pois foi às ruas, manifestando-se de forma maciça e contundente.

Observa-se que as escolhas lexicais acompanham o tema – debate/luta – e apontam uma série de palavras reforçadoras do entendimento sobre a luta a ser travada no dia da votação da emenda, quando o futuro político do país será decidido.

> Debate (2); lado (2); oposição (3 e 5); outro (3); lutando (3); defesa (3); posições (4); políticas (4); disputa (5); vontade (6); manifestou (7); maciça (7); clamar (8); já (8); diretas (9); tirá-las (11).

"De um lado, de outro, posições, debate, luta, defesa, disputa, vontade, diretas, já". Tais itens lexicais correspondem àquele momento, carregado de ansiedade, que tomava conta do sentimento de uma população que foi às ruas reivindicar seu direto ao voto. O documento revela, nesse parágrafo, um sentimento de combate, convergindo para a dicotomia, população/governo, que se "enfrentarão" no dia da votação da emenda. O terceiro parágrafo traz:

> 1 A população, nas ruas, diz que quer ver na cadeia os
> 2 candidatos que o atual sistema oferece. Quer cortar a
> 3 cabeça do ministro responsável pela economia. Quer que o
> 4 presidente da República vá embora. Em suma, o que existe
> 5 é uma monumental e exasperada vontade de trocar, já,
> 6 quem está mandando. É aí, na insistência em continuar
> 7 mais um pouco, que está a fraqueza fundamental da
> 8 posição do governo. A proposta conciliatória de realizar
> 9 eleições diretas em 1988, acrescida de diversas outras
> 10 mudanças constitucionais, poderia ter sido, apenas uns
> 11 poucos meses atrás, o ponto de partida para uma
> 12 negociação construtiva. Apresentada agora, ela vem muito
> 13 tarde, num momento em que a opinião pública não quer
> 14 ouvir mais falar na continuação de nada que esteja ligado
> 15 ao governo.

Se voltarmos a atenção ao primeiro parágrafo, lembramos que o

documento, em seu início, traz a importância da votação para o futuro do país e essa decisão está nas mãos do governo. Neste terceiro parágrafo, o redator escreve, em um tom ameaçador, que a população não quer mais ouvir falar do atual governo. Por mais que a situação esteja com o governo, seria bom ele fazer valer a vontade do povo, para não haver nenhum tipo de retaliação, tumulto ou revolução social. Aparece, mais uma vez, o tom autoritário da *Veja*, que procura pressionar a opinião pública a ser enérgica, indiretamente, em caso de derrota da emenda constitucional Dante de Oliveira.

O tópico-frasal está entre as linhas 1 e 3. No entanto, dessa vez, ele é menos organizado e delimitador**.** As frases são fortes e comandadas pela presença do verbo querer, na terceira pessoa do singular do presente do indicativo: *"*Quer*"*. O povo quer isso, quer aquilo. Em suma, a população quer tirar o governo militar e escolher o próximo presidente pelo voto direto.

O objetivo do terceiro parágrafo é pressionar, assustar e chocar. Depois de relatar a importância da votação e mostrar que a luta será entre população e governo, o documento traz, em seu desfecho, a pressão total em cima dos governantes e a opção pela fúria da população em ter seu objetivo alcançado. Verificaremos, a seguir, se a seleção lexical está condizente ao que está citado acima:

> Cadeia (1); cortar (2); cabeça (3); embora (4); exasperada (5); vontade (5); trocar (5); já (5); mandando (6); insistência (6); fraqueza (7); mudanças (10); poderia (10); tarde (13); não (13); nada (14).

A tematização, expressa por meio da seleção lexical, reforça a ideia do embate que se realizaria no mesmo dia da publicação do documento. Mais do que na semana anterior, o sentimento da nação era de pura ansiedade. A busca por uma identidade era visível. De acordo com essa proximidade com o leitor, a produção jornalística procura uma interlocução objetiva e de fácil entendimento. Quanto menor o uso de vírgulas, reticências e exclamações, melhor para a clareza do texto. É uma questão de simplicidade, porém com formalidade.

> No caso, entretanto, o que ocorre é que o governo não está numa disputa com a oposição e sim com a própria vontade popular.
>
> E, mais que isso, tem deixado evidente que quer as diretas porque não gosta do governo, nem das pessoas que estão nele ou em volta dele, e deseja votar para poder tirá-las de onde estão.
>
> Em suma, o que existe é uma monumental e exasperada vontade de trocar.

Com o intuito de familiarizar o leitor com o documento, com a tematização e com a própria opinião da revista, o redator utiliza palavras e expressões adequadas ao contexto político e aos objetivos que pretende alcançar. Dessa forma, justifica-se a presença constante do item lexical "diretas" e de outros termos de cunho político.

a) item lexical "diretas"

1	restabelecimento imediato das diretas.
2	Em Brasília, pedindo as diretas.
3	clamar, nas ruas, pelas eleições diretas para já.
4	(a vontade popular) quer as diretas

b) itens lexicais de cunho político

Congresso Nacional; Votar; Presidente República; Governo; Plenário; Decretando medidas de emergência; Debate; Posições; políticas; Vontade popular; Manifestou; Manifestação; População; Candidatos; Ministro; Posição do Governo; constitucionais; Opinião pública.

Além dessa marca temática, com a repetição de itens lexicais, que expressam a opinião da revista, no documento 816, são utilizadas algumas expressões metafóricas, vinculadas à discussão, ou embate, entre povo e governo. George Lakoff e Mark Johnson (2002:45), refletem sobre essa questão e afirmam:

> A metáfora está infiltrada na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação. Nosso sistema conceptual ordinário, em termos do qual não só pensamos, mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza.

Lakoff & Johnson postulam o exemplo de uma estruturação do pensamento metafórico pelo conceito "discussão" e pela metáfora conceptual "discussão é guerra". Os autores afirmam que, na maioria das vezes, fazemos atribuições em nosso pensamento, em que "discussão é guerra", pois "ganhamos ou perdemos" uma discussão; vemos a pessoa com quem discutimos como um "adversário"; "atacamos" as posições deles e "defendemos" as nossas; "ganhamos e perdemos terreno", ou seja, "muitas das coisas que fazemos em uma discussão são parcialmente estruturadas pelo conceito de guerra" (*op. cit.*, p. 47). Nessa perspectiva, o uso dessas expressões a seguir está coerente com a ideia de metáfora

conceptual, em que "discussão é guerra".

1 jogou todo seu peso.
jogar todo o peso = usar toda força, influência, esforçar-se muito

2 na derrubada da emenda.
derrubar = tirar a emenda do Congresso Nacional

3 cada qual lutando em defesa de suas posições políticas.
lutando= despendendo esforços
defesa= proteção

4 quer cortar a cabeça do ministro.
cortar a cabeça = eliminar; refere-se à guilhotina na época em que os culpados por crimes tinham suas cabeças realmente cortadas.

5 o ponto de partida para uma negociação.
ponto de partida = início, ação que inicia e desencadeia outras na sequência.

Identifica-se, também, marcas da realidade atual. É importante retomar a questão da data em que foi veiculado esse texto jornalístico. É um momento de ansiedade e engajamento na luta pelas diretas. A população paulista acabara de lotar a Praça da Sé com mais de um milhão de pessoas. Além de suscitar a questão da insatisfação popular perante o regime militar, há a questão da ansiedade da população presente no texto como marca de uma realidade atual.

11.1. Insatisfação popular

1 o governo não está numa disputa com a oposição e sim coma vontade\popular.

2 (a população) tem deixado evidente que quer as diretas porque não gosta do governo, nem das pessoas que estão nele ou ao redor dele, e deseja votar para pode tirá-las de onde estão.

3 o que existe é uma monumental e exasperada vontade de trocar, já, quem está mandando.

4 a opinião pública não quer mais ouvir falar na continuação de nada que esteja ligado ao governo.

11.2. Ansiedade em relação à votação da emenda

1 O Congresso Nacional tem diante de si, nesta quarta-feira, uma das decisões mais importantes se sua história, ao votar a emenda.

2 Essencialmente é ele... quem se recusa ao restabelecimento imediato das di-

retas.

3 Raras vezes ela (a vontade popular) foi tão clara ou se manifestou de forma tão maciça quanto ao clamar, nas ruas, pelas eleições diretas para já.

4 A população, nas ruas, diz que quer ver na cadeia os candidatos... quer cortar a cabeça do ministro... quer que o presidente da República vá embora.

Conforme identificado na amostra anterior, a limitação do código, postulada por Nilson Lage (2006), requer a diminuição do número de palavras contidas em enunciados de textos jornalísticos, no intuito de aumentar a comunicabilidade e facilitar a produção e o entendimento da mensagem. Seguem os exemplos:

1 Em Brasília, pedindo as diretas. **– 31 toques (com espaço)**

2 A decisão é do Congresso, mas a responsabilidade é do governo. **61 toques (com espaço)**

3 Quer cortar a cabeça do ministro responsável pela economia. **58 toques (com espaço)**

4 Quer que o presidente da República vá embora. **44 toques (com espaço)**

Na presente amostra, ocorre a opção por frases escritas na terceira pessoa do singular. Segundo N. Lage (2006, p. 24):

> "Eu" (a primeira pessoa verbal) passa a não fazer sentido. Nem cabe dirigir-se ao consumidor da informação como "vós", "vocês" ou "senhores". Tais formas de tratamento (na segunda pessoa ou na terceira pessoa substituindo a segunda, como ocorre na maior parte do Brasil) pressupõe outro tipo de relação com o público. O uso da referência em terceira pessoa real é obrigatório (...).

1 O Congresso Nacional tem.
2 A decisão é.
3 quem se recusa.
4 A questão seria.
5 Raras as vezes que ela (vontade popular) foi tão clara.
6 A população, nas ruas, diz.
7 A proposta conciliatória... poderia ter sido.

12. "Carta ao Leitor" de 02 de maio de 1984

A data do documento número 817 refere-se à primeira semana após a derrota da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional. A palavra indignação, talvez, fosse pequena, em seu significado, para definir o estado de choque em que a sociedade se encontrava. A busca de pela democracia e pela identidade, por meio do sufrágio universal, foi des-

cartada pelos governistas. Na votação, foram 298 votos a favor, 65 contra, 3 abstenções e 113 deputados ausentes. Faltaram apenas 22 votos para a aprovação. A estratégia do governo militar, identificada pelas ausências, ficou evidente. A maior mobilização popular da história brasileira foi derrotada. A seção "Carta ao Leitor", nessa data, acompanhou o sentimento de tristeza da nação e opinou de forma clara, objetiva e sem violência sobre o que acontecera na semana anterior.

O que mais nos desperta a atenção, nesse documento, é o papel da identidade, principalmente no que concerne à mudança de comportamento e ao amadurecimento da sociedade. A forma como a revista *Veja* qualificou a população, que reivindicou seu direito ao voto direto sem o uso da violência, leva-nos a uma reflexão sobre o homem brasileiro antes e depois do movimento "Diretas Já!"

Inicia-se a análise do documento 817 com a identificação do tópico frasal e a análise da tematização apresentada:

> Entre janeiro e abril deste ano, um dos períodos mais importantes da moderna história política brasileira, emergiu à vista de todos um novo Brasil.

Além de buscar a importância das "Diretas Já!", o tópico frasal remete-nos à busca de uma identidade, verificada pelo uso da expressão: *um novo Brasil*. No desenvolvimento do *lead*, isso fica ainda mais evidente:

> Em defesa de uma ideia e levados por um formidável desejo de mudança, milhões de cidadãos foram às ruas pedir por eleições diretas para presidente da República. Em centenas de comícios por todo o país, souberam manifestar sua reivindicação em perfeita ordem, sem que se registrasse sequer um incidente de gravidade.

O texto faz um elogio explícito ao movimento social que, sem violência e incidentes graves, marcou uma época:

> Foi uma campanha maior que qualquer outra jamais feita no país e, em termos de qualidade, tornou-se notável por ter sua base de argumentos, não em histeria ou violência. (...)

A revista procurou estar ao lado do povo no texto, com escolhas lexicais que remetem um sentido altamente positivo ao povo: "população", "exemplar", "expressado", "propósitos", "manteve", "comportamento", "sereno" e "civilizado".

> Essa mesma população que de maneira tão exemplar havia expressado seus propósitos manteve o mesmo comportamento sereno e civilizado dos últimos quatro meses.

No texto 817, a revista busca, acima de tudo, distanciar-se do regime militar e aproximar-se do povo. Este, por sua vez, viu-se desesperado, angustiado e decepcionado, mas maduro. No Brasil, o início da década de 1980 ficará marcado na história como um período fundamental para a construção da identidade social e política da nação.

13. Em busca de uma identidade

A busca de uma identidade do homem brasileiro, por meio da língua, aparece de forma latente no período do movimento “Diretas Já!”. A sociedade se organizou e reivindicou mudanças JÁ! O enunciado que se tornou o *slogan* da campanha comprova essa ideia: “Eu quero votar para Presidente!” O sentimento era de mudança, de alternativa, isto é, de uma nova fase e de uma nova perspectiva para a vida da população. Escolher o líder de sua pátria traria ao povo sua identidade, sua voz. O direito ao voto era primordial para que a população pudesse escolher seu maior representante. Era o momento de o povo ser o ator principal do país.

Se retomarmos Kobena Mercer (1990, p. 43), “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”, isso fica ainda mais evidente.

O movimento “Diretas Já!”, apresentado como a maior mobilização popular já ocorrida no Brasil, é o grande exemplo de busca e de construção de uma identidade. O regime militar rebaixava os civis e, além de afirmar que o povo era ilegal, dizia que a sociedade não tinha capacidade nem discernimento para uma escolha dessa natureza. Na seção “Carta ao Leitor” da revista *Veja*, encontramos alguns trechos que asseveram a importância, a amplitude e a credibilidade do movimento ao reforçar a ideia da construção de uma identidade do homem brasileiro:

13.1. Amostra 815

1 O comício em favor das eleições diretas no Rio de Janeiro cravou, na semana passada, mais um marco na evolução dessa campanha sem precedentes.

2 Hoje o desejo de escolher o próximo presidente da República é a maior unanimidade popular já registrada na História do Brasil.

3 Nunca tantos quiseram a mesma coisa no mesmo tempo.

4 Um desejo de mudança que provavelmente é inédito nos anais da política brasileira.

13.2. Amostra 816

> 1 O Congresso Nacional tem diante de si, nesta quarta-feira, uma das decisões mais importantes de sua história.
>
> 2 O governo não está numa disputa com a oposição e sim com a própria vontade popular.
>
> 3 Raras vezes ela foi tão clara ou se manifestou de forma tão maciça quanto ao clamar, nas ruas, pelas eleições diretas para já.
>
> 4 O que existe é uma monumental e exasperada vontade de trocar, já, quem está mandando.

13.3. Amostra 817

> Entre janeiro e abril deste ano, um dos períodos mais importantes da moderna história política brasileira, emergiu à vista de todos um novo Brasil.
>
> Em defesa de uma ideia e levados por um formidável desejo de mudança, milhões de cidadãos foram às ruas pedir eleições diretas para presidente da República.
>
> Foi uma campanha maior que qualquer outra jamais feita no país.
>
> É esta a marca do novo Brasil: um país que amadureceu.
>
> A campanha pelas diretas deixa evidente que a população brasileira, em 1984, se tornou muito mais madura do que era.

A população mudou, o Brasil mudou. A utilização da língua como prática social nos traz, portanto, um entendimento da relação existente entre homem, língua e identidade. É por meio da língua que o homem relata suas experiências e consegue se comunicar. Os itens lexicais utilizados, a organização temática, a ordenação dos parágrafos, as relações gramaticais e todos os pontos colocados nessa análise, comprovam que a língua se faz presente não somente como um meio de comunicação, mas, também, como prática social, conforme propõe a historiografia linguística.

Nos documentos analisados, observamos o contexto, a historicidade dos fatos, a busca de uma identidade do homem brasileiro, a forma como os enunciados do documento foram construídos, a ordenação dos parágrafos, a seleção lexical, os dados gramaticais e pragmáticos, a relação do produtor com o leitor atual e o respaldo histórico na credibilidade da informação. Tendo em vista o caráter jornalístico e, essencialmente social, dos documentos analisados, pudemos inserir os fatos no tempo e, por conseguinte, na história, em uma conjuntura determinada que foi re-

levante para a ampliação dos sentidos e para a verificação dos processos de consolidação da memória.

Vale ressaltar, por fim, que os documentos selecionados nessa pesquisa se constituíram como um dos meios que o homem brasileiro teve para registrar os fatos e as informações, de forma a perpetuá-las na história e propiciar a construção da memória e de uma identidade linguística nacional.

ANEXOS

Anexo 1

veja

Número 815 — 18 de abril de 1984

Carta ao Leitor

O comício em favor das eleições diretas no Rio de Janeiro cravou, na semana passada, mais um marco na evolução dessa campanha sem precedentes, em mobilização e apoio popular, por uma idéia política. Apenas alguns meses atrás, a primeira manifestação pelas diretas não conseguia reunir mais que uns poucos militantes partidários. Os adversários de qualquer alteração no atual sistema indireto pareciam mais bem organizados na defesa de suas posições. Considerada fantasiosa, inconveniente ou pouco adequada para o momento, a idéia das diretas encontrava dificuldades para decolar.

Em política, porém, poucas coisas são tão importantes quanto saber a hora exata em que se deve ser intransigente — e foi a singular intransigência na defesa dessa idéia, desse simples enunciado segundo o qual escolher o presidente da República pelo voto direto de cada cidadão é um direito elementar do país, que fez a campanha desabrochar e ganhar cada vez mais força. Hoje o desejo de escolher o próximo presidente da República é a maior unanimidade popular já registrada na História do Brasil, algo que se afere não apenas pelo tamanho dos comícios, mas por toda e qualquer investigação de opinião pública que se possa fazer. Nunca tantos quiseram a mesma coisa no mesmo tempo.

Qualquer pessoa, naturalmente, é a favor de recuperar um direito. Mas a extraordinária afluência popular às manifestações em favor das diretas, bem como a maciça disposição de reivindicá-las em público, só se explica pela descrença quase completa da população nos candidatos que até agora se conseguiu gerar, pelo sistema indireto, na órbita do governo — e por um desejo de mudança que provavelmente é inédito nos anais da política brasileira. A voz que sobe das praças não está interessada nos méritos relativos deste ou daquele sistema eleitoral, ou em discutir a legitimidade do Colégio Eleitoral. Ela diz, apenas, que não quer mais continuar assim, porque está convencida de que assim não dá mais certo. O governo poderá, é verdade, derrotar no Congresso a emenda das diretas. Será um triunfo perigoso, porém, se não entender o imenso clamor de mudança que o país não cessa de expressar nas ruas.

No Rio, o maior comício

Anexo 2

veja

Número 816 — 25 de abril de 1984

Carta ao Leitor

TUDE MUNHOZ

Em Brasília, pedindo as diretas

O Congresso Nacional tem diante de si, nesta quarta-feira, uma das decisões mais importantes de sua história, ao votar a emenda constitucional que restabelece as eleições diretas para a sucessão do presidente João Figueiredo. A decisão é do Congresso, mas a responsabilidade é do governo. Essencialmente é ele, e somente ele, quem se recusa ao restabelecimento imediato das diretas — e, nesta hora de decisão, jogou todo o seu peso na derrubada da emenda, pressionando seu partido a não comparecer ao plenário, decretando medidas de emergência em Brasília e oferecendo um adiamento de tudo para daqui a quatro anos.

A questão seria certamente de outra natureza se envolvesse apenas um debate entre o governo, de um lado, e a oposição, de outro, cada qual lutando em defesa de suas posições políticas. No caso, entretanto, o que ocorre é que o governo não está numa disputa com a oposição e sim com a própria vontade popular. Raras vezes ela foi tão clara ou se manifestou de forma tão maciça quanto ao clamar, nas ruas, pelas eleições diretas para já. E, mais que isso, tem deixado evidente que quer as diretas porque não gosta do governo, nem das pessoas que estão nele ou em volta dele, e deseja votar para poder tirá-las de onde estão.

A população, nas ruas, diz que quer ver na cadeia os candidatos que o atual sistema oferece. Quer cortar a cabeça do ministro responsável pela economia. Quer que o presidente da República vá embora. Em suma, o que existe é uma monumental e exasperada vontade de trocar, já, quem está mandando. É aí, na insistência em continuar mais um pouco, que está a fraqueza fundamental da posição do governo. A proposta conciliatória de realizar eleições diretas em 1988, acrescida de diversas outras mudanças constitucionais, poderia ter sido, apenas uns poucos meses atrás, o ponto de partida para uma negociação construtiva. Apresentada agora, ela vem muito tarde, num momento em que a opinião pública não quer mais ouvir falar na continuação de nada que esteja ligado ao governo.

Anexo 3

veja

Número 817 — 2 de maio de 1984

Carta ao Leitor

ORLANDO BRITO

Plenário da Câmara, 25 de abril

Entre janeiro e abril deste ano, um dos períodos mais importantes da moderna história política brasileira, emergiu à vista de todos um novo Brasil. Em defesa de uma idéia e levados por um formidável desejo de mudança, milhões de cidadãos foram às ruas pedir eleições diretas para presidente da República. Em centenas de comícios por todo o país, souberam manifestar sua reivindicação em perfeita ordem, sem que se registrasse sequer um incidente de gravidade. Foi uma campanha maior que qualquer outra jamais feita no país e, em termos de qualidade, tornou-se notável por ter sua base em argumentos, não em histeria ou violência. Na semana passada, quando a emenda das diretas foi rejeitada pela Câmara dos Deputados, essa mesma população que de maneira tão exemplar havia expressado seus propósitos manteve o mesmo comportamento sereno e civilizado dos últimos quatro meses, apesar de seu profundo desapontamento com o desfecho. É esta a marca do novo Brasil: um país que amadureceu.

É significativo notar, nessas condições, que o povo mudou, mas o governo não. A campanha pelas diretas deixa evidente que a população brasileira, em 1984, se tornou muito mais madura do que era, para ir ao começo da história, em 1964. O governo de hoje, porém, continua se comportando da mesma maneira como se comportava vinte anos atrás — com os mesmos temores, as mesmas desconfianças e a mesma idéia mestra de que ainda não é a hora de deixar a cargo dos cidadãos a escolha do escalão superior do poder. Dessa diferença resulta o mal que tanto se tem agravado no Brasil nos últimos tempos: a solidão do governo e seu distanciamento em relação aos governados, que nele não crêem e não confiam. Depois de uma demonstração tão patente de desenvolvimento político como a que foi dada pela campanha das diretas, bem como pela reação popular ao seu desfecho, sustentar que a população brasileira não está preparada para exercer a plenitude de seu direito ao sufrágio universal não é apenas uma atitude retrógrada. É, sobretudo, uma elementar agressão aos fatos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marly de Souza. *Metalinguagem e identidade linguística brasileira na sátira poética de Oswald de Andrade*. 2003 – Tese de doutoramento. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ALTMAN, Cristina. *A pesquisa linguística no Brasil* (*1988*). São Paulo: Humanitas, 1998.

AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1944.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*: história da imprensa brasileira. São Paulo: Ática, 1990.

BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo brasileiro*: Antecedentes da Semana de Arte Moderna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

CALHOUN, Criag. (Org.). *Social Theory and the Politics of Identity.* Oxford: Blackwell, 1994.

CASCAIS, Fernando. *Dicionário de jornalismo*: as palavras dos media. Lisboa: Verbo, 2001.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade.* São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAVES DE MELO, Gladstone. *Origem, formação e aspectos da cultura brasileira*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1974.

CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do Planalto*: A imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

______. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão, 1981

COSERIU, Eugênio. *Sincronia, diacronia, história.* Rio de Janeiro: Presença, 1979.

COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Correio Braziliense, 2001.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1968.

DINES, Alberto. *O papel do jornal*: uma releitura. São Paulo: Summus,

1986

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica*. São Paulo: Ática, 2005.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

FICO, Carlos. *O regime militar no Brasil* (*1964-1985*). São Paulo: Saraiva, 1999.

GIDDENS, Anthony. *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-Modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2005.

HOUAISS, Antônio. *O português do Brasil*. Rio de Janeiro: Unibrade, 1988.

JAKOBSON, Romam. *Linguística e comunicação*. São Paulo. Cultrix, 2005.

KHUN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científica*s. São Paulo: Perspectiva, 2003.

KOERNER, Konrad. *Toward a Historiography of Linguistics*: Selected essays. Amsterdam: John Benjamins, 1978.

______. *Progress in Linguistic Historiography*. Amsterdam: John Benjamin, 1980.

______. *Practicing Linguistic Historiography*. Selected essays. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1989.

______. *Professing Linguistic Historiography*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin, 1995.

______. O problema da metalinguagem em historiografia linguística. Trad.: Cristina Altman. *D.E.L.T.A.*, vol. 12, n. 1, p. 95-124, 1996.

______. Questões que persistem em historiografia linguísticas. Trad.: Cristina Altman. *Revista da ANPOLL*, n. 2, p. 45-70, 1996

KOTSCHO, R. *Explode um novo Brasil*: Diário da campanha das Diretas. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Rio de Janeiro: Vozes. 1982

______. *Teoria e técnica do texto jornalístico.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

______. *Estrutura da notícia.* 6. ed. São Paulo: Ática, 2006.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana.* São Paulo: Mercado das Letras/Educ, 2002.

Manual da redação: *Folha de S. Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2006.

Manual geral da redação: *Folha de São Paulo*. São Paulo, 1984.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. *Bases teórico-metodológicas da historiografia linguística.* São Paulo: PUC/SP, 2002. [Mimeografado].

______. (Org.). *A historiografia linguística*: rumos possíveis. São Paulo: Pulsar/Terras do Sonhar, 2005

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português.* São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Dante; LEONELI, Domingos. *Diretas Já*: 15 meses que abalaram a ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PINTO, Edith Pimentel. *História da língua portuguesa VI*. Século XX. São Paulo: Ática, 1988.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. *Dicionário de comunicação.* 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Estudantes na política, em tempos de mobilização e crise. *São Paulo em Perspectiva*: *Revista da Fundação SEADE*, vol. 7, n. 1, jan./mar. 1993.

______. A massa na praça: mobilização e conflito na campanha das "Diretas Já". *Comunicação & Política.* Rio de Janeiro, vol. 1, n. 3, 1995.

______. *Diretas Já*: O grito preso na garganta. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral.* 24. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil.* Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1950.

______. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1957.

______. *Capítulos da história da língua portuguesa no Brasil.* Rio de Janeiro: Nova Presença, 1986.

SODRÉ, Nelson Wernek. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

______. *Síntese de história da cultura brasileira*. São Paulo: Difel, 1983.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1982.

WHITE, Hyden. *Trópicos do discurso*. Ensaios sobre a crítica da cultura. Trad.: Alípio Correia de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

O TÓPICO SOB A PERSPECTIVA DA GRAMÁTICA TRADICIONAL

Luiz Augusto Vieira de Carvalho (UERJ/FFP)
professorluizvieira@outlook.com

RESUMO

Este artigo apresenta um breve estudo sobre o tópico em língua portuguesa sob a perspectiva da gramática tradicional e da linguística. O objetivo deste estudo é analisar e comparar o ponto de vista dessas correntes em relação ao tópico. Para isso, explicitaremos o que os autores da comunidade linguística têm descrito sobre o tópico e suas diferentes estratégias e, em seguida, consultaremos obras de quatro gramáticos: Tersariol (1964), Cunha (2008), Azeredo (2011) e Bechara (2010). Nossa base teórica foi organizada a partir dos estudos de Pontes (1987), referência nos estudos linguísticos no Brasil sobre as sentenças de tópico, assim como em outros autores. O estudo constatou que embora tenha havido um certo avanço em relação ao reconhecimento dessas construções pela gramática tradicional, as construções de tópico ainda não são reconhecidas como construções legítimas do português brasileiro, sendo enquadradas como figuras de estilo como inversão, pleonasmo, anacoluto ou hipálage.

Palavras-chave: Construção de tópico. Comunidade linguística. Gramática tradicional. Figuras de estilo.

1. *Introdução*

As construções de tópico-comentário vêm sendo um assunto muito abordado por diversos autores como Araújo (2006), Botelho (2010), Cunha (2010), Kennedy (2011), Lambrecht (1994), Li & Thompson (1976), Perini (2000), Pontes (1987), Orsini (2003), Vasco (2006), entre outros, sob diversas perspectivas e correntes teóricas. Contudo, essas construções ganharam reconhecimento pela comunidade linguística a partir do artigo pioneiro de Li & Thompson (1976) que propuseram uma nova tipologia de línguas, dividindo-as em línguas de sujeito e línguas de tópico. No português brasileiro, as construções de tópico ganharam relevo no trabalho notável de Eunice Pontes (1987) sobre *O Tópico no Português do Brasil*, que, entre outras coisas, verificou que a ocorrência das construções de tópico no português do Brasil é abundante, tanto na modalidade oral, quanto na modalidade escrita da língua. Nesse sentido, segundo Pontes (1987), conforme a tipologia de Li & Thompson (1976), o português brasileiro deveria ser enquadrado nas línguas em que os dois tipos de construções coexistem, contrariando Li & Thompson (1976) que enquadravam o português brasileiro nas línguas com proeminência de sujeito.

Dessa maneira, Pontes (1987) evidenciou a legitimidade de tais construções no português brasileiro. No entanto, essas sentenças não receberam esse *status* pela gramática tradicional, que as classifica como figuras de estilo e, portanto, postula que, fora do âmbito literário, devem ser evitadas. É em virtude disso, que este estudo acredita que a gramática tradicional exerça uma influência no uso das construções de tópico e na perpetuação do preconceito em relação a elas, já que na escola se aprende que a ordem canônica SVO (sujeito > verbo > objeto) é a correta e os outros tipos de construções, que se distanciam da ordem "padrão", são marginalizados, sendo, então, considerados errados.

Dessa forma, o objetivo deste estudo é analisar, comparar e confrontar o ponto de vista dessas correntes em relação ao tópico. Para isso, explicitaremos o que os autores da comunidade linguística têm descrito sobre o tópico e suas diferentes estratégias e, em seguida, consultaremos obras de quatro gramáticos: Tersariol (1964), Cunha (2008), Azeredo (2011) e Bechara (2010). Sabemos que diversos autores vêm abordando a perspectiva da gramática tradicional em relação ao tópico em seus estudos. Contudo, este trabalho apresenta uma análise mais profunda e detalhada de como o tópico é concebido pelo ensino formal. Essa análise é relevante porque, a partir dela, poderemos vislumbrar qual o *status* atual do tópico na gramática tradicional, se a tendência é para uma legitimação dessas construções ou se ainda são concebidas apenas como figuras de estilo, que, fora do âmbito literário, devem ser evitadas.

2. *Tipos de construções de tópico*

Em primeiro lugar, este estudo entende tópico segundo o conceito de Orsini & Vasco (2007, p. 1): "o sintagma nominal anterior, externo à sentença, normalmente já ativado no contexto discursivo, sobre o qual se faz uma proposição por meio de uma sentença-comentário".

(01) ***Dessa cerveja,*** **eu não bebo. (PONTES, 1987 p. 12, grifo nosso),**

(02) ***A Rosa,*** **eu falei com** ***ela*** **ontem. (*****Op. cit.*****, grifo nosso)**

(03) ***Essa bolsa aberta aí,*** **eu podia te roubar. (*****Op. cit.*****, p. 15, grifo nosso)**

(04) ***Bate muito sol*** **nesta janela. (*****Op. cit.*****, p. 36, grifo nosso),**

Como observado acima, as construções de tópico se apresentam no enunciado linguístico com formas e funções discursivas diferentes. No entanto, a nomenclatura dada a elas dependerá do autor e da perspec-

tiva teórica adotada. Este trabalho tomará como objeto de estudo as estratégias de tópico rotuladas por Pontes (1987), Vasco (2006) e Orsini (2003) de topicalização, deslocamento à esquerda, anacoluto e falso SVO /Tópico-sujeito, exemplificadas respectivamente acima.

Assim, serão analisados esses quatro tipos de estratégias de tópico, tanto com a perspectiva de Pontes (1987) como também de outros autores.

2.1. Topicalização

Na topicalização, o tópico possui vínculo sintático com a sentença-comentário. Assim, a topicalização ocorre quando um elemento da sentença como um objeto direto, objeto indireto, complemento nominal ou adjunto nominal é alçado à periferia esquerda da sentença, deixando seu espaço original vazio na sentença-comentário. Além disso, de acordo com Cunha (2010, p. 4) "Normalmente, esse elemento, se preposicionado na ordem direta, é despreposicionado quando passa a ocupar a posição de tópico". Como se pode evidenciar nos exemplos:

(01) *Meu cabelo* desta vez eu não gostei __ nem um pouco. (topicalização do objeto indireto) (PONTES, 1987, p. 18 grifo nosso)

(02) *Lago* também acho __ bonito. (topicalização do objeto direto) (ORSINI, 2003, grifo nosso)

(03) *A roupa* a escola faz ___. (topicalização do objeto direto) (MORAIS, 2006, p. 18, grifo nosso)

(04) *Isso aí* eu não tenho dúvida ___ (topicalização do complemento nominal) (PONTES, 1987, p. 19, grifo nosso)

(05) *Esse negócio* o prazo acaba __ (topicalização do adjunto adnominal) (*Op. cit.*, grifo nosso)

Em **(**01) o elemento tópico "meu cabelo" foi topicalizado de sua posição original, a construção deriva de "Eu não gostei nem um pouco do meu cabelo desta vez". Pode-se notar, então, que em (01) houve um deslocamento do objeto indireto à periferia esquerda da sentença, deixando o seu lugar de origem vazio. O mesmo ocorre em (02), (03), (04) e (05), mas com o elemento tópico desempenhando outras funções na sentença. Além disso, como apontado anteriormente o elemento se preposicionado na ordem direta, ao ser deslocado à frente da sentença perde a preposição como se pode notar pelos exemplos.

2.2. Deslocamento à esquerda

No deslocamento à esquerda, assim como na topicalização, há vínculo sintático entre o tópico e a sentença-comentário. Essa estratégia de construção de tópico ocorre quando um elemento da oração é alçado à periferia esquerda da sentença; mas diferente da topicalização que deixa seu espaço original vazio na sentença-comentário, no deslocamento à esquerda, esse espaço é preenchido, geralmente, por um pronome-cópia – também chamado de pronome-lembrete, correferente ao tópico. Botelho (2010, p. 57) ainda complementa que essa retomada do termo topicalizado por um termo na sentença-comentário pode se dar também por sintagmas nominais idênticos ou outras formas dêiticas e anafóricas. Assim, conclui o autor:

> No deslocamento à esquerda, portanto, há um movimento de um termo da oração-comentário para a posição de tópico, que é gerado da mesma forma que nas línguas de tópico. O termo da oração-comentário que sofre o deslocamento para a posição de tópico pode exercer nela diferentes funções sintáticas. (*Op. cit.*, p. 58)

Essa declaração pode ser elucidada com os exemplos abaixo:

(06) *A Rosa*, eu falei com *ela* ontem. (deslocamento à esquerda do objeto indireto) (PONTES, 1987, p. 14 grifo nosso)

(07) *O fio mais velho* tem seis... *Ele* vai fazê seis ano. (deslocamento à esquerda do sujeito) (MELO 2012, p. 81, grifo nosso)

(08) *O cara*, a gente viu *ele* na pracinha! (deslocamento à esquerda do objeto direto) (BOTELHO, 2010, p. 14, grifo nosso)

(09) *Esse problema de puxar pela criança* [..] eu acho que *isso* não funciona muito (deslocamento à esquerda do sujeito) (PAULA, 2012, p. 11, grifo nosso)

(10) *Os vizinhos*, qualquer coisa *eles* comunicam à gente (deslocamento à esquerda do sujeito) (*Op. cit.*, grifo nosso)

(11) *A pessoa*, muitas vezes, *a pessoa* não quer nada. (Deslocamento à esquerda do sujeito) (*Op. cit.*, grifo nosso)

(12) Mas *ela, a mangueira* é mais pra broco (deslocamento à esquerda do sujeito) (*Op. cit.*, grifo nosso)

Em (05), (06), (07), (09) o elemento tópico foi deslocado de sua posição original, no entanto, deixando em seu lugar um pronome-lembrete correferente ao tópico. Além disso, esse pronome-lembrete correferente ao tópico exerce a mesma função sintática que o elemento tópico desempenharia se estivesse na ordem direta. Já em (08) o tópico é re-

tomado por um pronome demonstrativo anafórico. Em (10) o tópico é retomado por um sintagma nominal idêntico a ele. Muito interessante é (11) em que um sintagma pronominal exercendo a função de tópico é retomado por um sintagma nominal. Não obstante, a esse último exemplo, Lambrecht (1996) vai rotular de deslocamento à direita ou construção antitópico. Para o autor, o tópico lexical é posicionado na final da sentença, contendo a informação sobre o tópico referente que é representado pelo sintagma pronominal.

2.3. Anacoluto

O anacoluto, chamado de "duplo sujeito" por Li & Thompson (1976) – nomenclatura imprópria na opinião de Pontes (1987) – que, corroborados por Chafe (*Op. cit.)*, os consideram as verdadeiras construções de tópico, já que de fato são as construções de tópico mais típicas nas línguas com proeminência do tópico. São chamadas pela gramática tradicional de "anacoluto" e, por Perini (2000), de tópico discursivo, entre outras classificações.

No anacoluto, um sintagma nominal – localizado no início da sentença – anuncia o tema do discurso e, em seguida, segue-se um comentário sobre ele. Mas, diferente da topicalização e do deslocamento à esquerda, não há vínculo sintático entre o tópico e a sentença-comentário nesse tipo de construção, ou seja, não se pode dizer que o tópico adveio de algum tipo de movimento sintático da sentença-comentário. Além disso, como destaca Pontes (1987), o comentário é composto por uma sentença completa com sujeito e predicado. Sendo assim, a relação entre tópico e comentário deve ser estabelecida semanticamente, como pontua Cunha (2010, p. 55):

> Um tipo de sentença em que a relação entre tópico e comentário não pode ser estabelecida no nível sintático e sim no semântico-discursivo. Sentenças de duplo sujeito não podem ser explicadas como derivações de sentenças sujeito-predicado pelo deslocamento para a esquerda de um elemento da estrutura frasal, deixando em seu lugar ou não um pronome cópia.

Em (13), (14) e (15) se podem evidenciar as postulações acima:

(13) ***E o almoço,*** **eu volto mais cedo. (PONTES, 1987 p. 97, grifo nosso)**

(14) ***Doce*** **eu gosto de gelatina, gosto de pudim. (ORSINI, 2003, grifo nosso)**

(15) ***O Flamengo,*** **eu odeio futebol. (BOTELHO, 2010, p. 53, grifo nosso)**

Em (13), como se pode notar, o elemento tópico não sofreu nenhum tipo de deslocamento ou topicalização, não exercendo, portanto, função sintática na sentença-comentário, uma vez que se pode verificar a sentença-comentário completa, com sujeito e predicado. Para entender essa sentença é preciso, então, recorrer ao nível do discurso. (PONTES, 1987). A autora explica que em (13) a patroa estava dando instruções à sua empregada quando disse – "Tina, pode botar a roupa na máquina. E o almoço, eu volto mais cedo". Sem o contexto, alguém poderia entender que a patroa voltaria mais cedo para almoçar, no entanto, o contexto revela que a patroa disse à empregada que ela poderia colocar a roupa na máquina, mas que em relação ao almoço, ela voltaria mais cedo do trabalho para prepará-lo. (PONTES, 1987, p. 98).

Esse enunciado (13) foi inteligível aos interlocutores porque as duas participantes do discurso já compartilhavam um conhecimento prévio, anterior ao discurso. Nesse sentido, levando em consideração a perspectiva de Lambrecht (1996), ainda que o referente "o almoço" não estava presente no contexto do discurso, ou seja, "aceso" na mente dos interlocutores, e nem tenha ocorrido previamente no momento da fala, sua compreensão é possível em virtude de esse referente estar alocado na mente dos interlocutores. Dessa maneira, ele pode ser compreendido, devido ao contexto situacional e às inferências feitas pelo destinatário.

Assim como (13), não há vínculo sintático entre os sintagmas nominais "doce" em (14) e "O Flamengo" em (15) e a sentença-comentário que lhes são correspondentes. A relação que há entre esses constituintes é puramente semântica e sua interpretação se faz possível pelo conhecimento prévio compartilhado entre falante e ouvinte no momento do discurso.

Enfim, entendemos que o anacoluto é muito comum na língua falada, assim como atestam os trabalhos de Vasco (2006), Pontes (1987) e muitos outros autores. Contudo, Pontes (1987, p. 40) pontua que o anacoluto também é utilizado na modalidade escrita formal, mas sob uma forma diferente:

> A norma gramatical contraria o uso do que os gramáticos chamam de "anacoluto", e então o escritor que internalizou estas normas "conserta", as frases que teimam em irromper de acordo com a estrutura de tópico. E frequentemente, disfarça-as sob a forma de "quanto a isso", "voltando a tal assunto" etc.

Finalizamos esta seção com um comentário de Pontes (1987) sobre essas sentenças – com a qual este estudo não só concorda, mas tam-

bém se baseia – que explicita de forma bastante contundente a análise que deve ser adotada para perfeita compreensão dessas sentenças:

> A análise dessas construções tópicas nos coloca inevitavelmente no nível do discurso. A interpretação semântica do tópico depende do contexto do discurso ou do contexto pragmático. Forçosamente, sente-se a necessidade de ultrapassar os limites de uma análise estreitamente sintática. (*Op. cit.*, p. 40)

2.4. Falso SVO

Esse tipo de sentença tópico-comentário é muito interessante, pois ela apresenta um sintagma nominal no início da sentença, seguido de um verbo e de outro sintagma nominal aparentando uma construção SVO. Na maioria das vezes, o primeiro sintagma nominal concorda com o verbo, contribuindo para reanálise dessa sentença como SVO, já que apresenta o que seria um sujeito, verbo e objeto direto. No entanto, consiste em uma sentença tópico-comentário em que o tópico, o primeiro sintagma nominal da sentença, corresponde a um locativo ou um adjunto da sentença-comentário deslocado à frente da sentença, geralmente, sem preposição. Para Pontes (1987, p. 35), essas sentenças levantam uma questão interessante, já que: “Elas têm sempre o sujeito (ou o que seria sujeito na ordem direta) posposto. Como o tópico está na posição inicial da oração, ele se confunde com um sujeito e a ordem da frase dá aparência perfeita de uma ordem de SVO”.

(16. a) *Essa janela* venta muito! (PONTES, 1987. p. 90, grifo nosso)

(16. b) Venta muito por essa janela.

(17. a) *Esse rádio* estragou o ponteiro (*Op. cit.*, grifo nosso)

(17. b) O ponteiro do meu rádio estragou.

Nessa perspectiva, em (16. a) o sintagma nominal tópico “essa janela” é reinterpretado como sujeito da oração por sua posição na sentença e aparente relação com o verbo. Contudo, essa sentença poderia ser explicada como uma derivação de (16.b). Nessa perspectiva, “essa janela” é um locativo, e não o sujeito da oração. Além disso, o verbo “ventar” não tem sujeito, já que é um verbo que indica fenômeno meteorológico – como ensinado na gramática tradicional. O mesmo ocorre em (17.a), mas, nesse caso, o verbo tem sujeito, como se pode observar em (17.b), no qual o sujeito do verbo “estragou” é o “ponteiro” e “esse rádio” funciona como adjunto adnominal, e não como sujeito. Portanto, apesar da aparência, os sintagmas nominais que estão à frente do verbo não corres-

pondem a sujeitos gramaticais, mas, sim, a tópicos. Além disso, Pontes (1987) salienta que tais construções não podem ser transformadas na voz passiva, como as construções SVO.

(18) *O ponteiro foi estragado pelo rádio.

(19) *Muito vento é batido nessa janela.

Apesar de tais construções poderem ser explicadas por algum tipo de vínculo sintático entre o tópico e a sentença-comentário, Pontes (1987) ressalta que não há uma equivalência de sentido entre (16.a) e (16.b), nem entre (17.a) e (17.a), sendo a intenção comunicativa do falante que determina a escolha entre uma delas. A autora salienta ainda que o falante, ao utilizar (16.a) e (17.a), o faz porque deseja pôr em relevo o elemento que está na posição de tópico na sentença.

3. O ponto de vista da gramatical tradicional sobre as sentenças tópico-comentário

Vasco (2006), ao analisar o tópico na visão da gramática tradicional, apresenta a seguinte postulação:

> Como se sabe essas gramáticas exibem, em seu conteúdo, regras que não se depreenderam da língua portuguesa falada e muito menos da escrita não literária, mas foram sistematizadas a partir da utilização que da língua escrita fizeram autores clássicos, em grande parte atuantes em épocas anteriores ao século XX. Outra questão relacionada à elaboração dos compêndios gramaticais normativos refere-se à variedade neles descrita. De modo geral, os textos-base para depreensão e estabelecimento das regras de caráter normativo são de origem lusa, distanciando-se ainda mais da variedade brasileira do português. Em consequência, nossas gramáticas tradicionais, de modo geral, não seguem uma norma brasileira (*Op. cit.*, p. 25)

Dessa maneira, devido ao fato de a gramática tradicional privilegiar a escrita em detrimento da oralidade em seus compêndios e utilizar, em sua maioria, textos-bases de origem lusa, ao se deparar com construções que advenham da modalidade oral da língua, tem dificuldades de reconhecê-las e aceitá-las como estruturas legítimas da língua portuguesa, uma vez que são estruturas diferentes, comparadas àquelas consideradas padrão. Dessa forma, essa limitação por parte da gramática tradicional se refletirá na estrutura sintática.

Nesse panorama, gramáticos insistem em não reconhecer as sentenças de tópico como construções legítimas da língua portuguesa, mesmo com o grande arsenal de trabalhos de vários linguistas mostrando a enorme ocorrência de tais construções na modalidade oral da língua, e

até na escrita. Esse reconhecimento não acontece porque as construções de tópico se diferenciam da ordem "padrão" canônica SVO adotada pelas gramáticas e, consequentemente, pela maioria dos professores de língua portuguesa como a única forma correta de se estruturar a sentença na língua portuguesa. Dessa maneira, quando as sentenças de tópico são utilizadas fora do âmbito literário, são consideradas como desvio da norma padrão e/ou da estruturação sintática correta da língua portuguesa. Assim, quando tais construções são citadas nos compêndios da gramática tradicional, são retratadas como recursos comunicativos, que são utilizados quando o falante deseja realçar determinado elemento de seu discurso, ou situadas em seções de estilística como figuras de estilo.

Abordaremos, a seguir, o ponto de vista da gramática tradicional em relação às construções de tópico. No entanto, cabe ressaltar que as estratégias de tópico-comentário analisadas neste estudo são denominadas de figuras de estilo (inversão, pleonasmo, anacoluto e hipálage) pela gramática tradicional. Não obstante, essa denominação pode mudar de gramático para gramático, e a correlação com uma das estratégias de tópico também pode variar, tanto no conceito como na nomenclatura dada a elas. Para esse estudo, consultamos obras de quatro gramáticos: Tersariol (1964), Cunha (2008), Azeredo (2011) e Bechara (2010).

3.1. Inversão

Bechara (2010, p. 469) define inversão como qualquer ordem frasal que saia do esquema SVO. Tais inversões sintáticas são chamadas pela gramática tradicional de hipérbato e anástrofe. Segundo Tersariol (1964), o hipérbato consiste na inversão da ordem das palavras ou mesmo das orações, já a anástrofe consiste na inversão da ordem natural das palavras correlativas.

Azeredo (2011, p. 489) acredita que as inversões sintáticas (anástrofe e hipérbato) podem dar ao elemento deslocado mais ênfase e relevo, chamando a atenção do ouvinte para o termo deslocado, como nos exemplos abaixo:

(01) ***A Davi*** **venceu Alexandre. (TERSARIOl, 1964, p. 240, grifo nosso**)

(02) **[...]** ***A dor*** **abrandará que me devora. (AZEREDO, 2010, p. 488, grifo nosso**)

Em (02), se colocarmos os elementos da oração na ordem SVO (Abrandará a dor que me devora), observaremos que o objeto direto "a

dor" foi deslocado à esquerda da sentença, deixando vazio o seu espaço original; já em (01), se colocarmos os elementos da oração na ordem SVO (Alexandre venceu a Davi), observaremos que o elemento deslocado à esquerda da sentença, que deixou vazio o seu espaço original, tem a função de objeto direto preposicionado. Azeredo (2011) pontua que, com o deslocamento do objeto direto em (01), o emissor põe em foco o sofrimento do sujeito poético, por sua posição privilegiada na oração. Dentro dessa perspectiva,

> Sendo a ordem direta um padrão sintático, a ordem inversa, como afastamento da norma, pode adquirir *valor estilístico*. E realmente se lança mão da ordem inversa para enfatizar esse ou aquele termo oracional. Posto no rosto da oração um termo sobre o qual queremos chamar a atenção do nosso ouvinte, quebra-se a norma sintática e consegue-se o efeito estilístico desejado. (BECHARA, 2010, p. 583)

Assim, fica evidente a relação entre a posição primária na sentença e a ênfase, de acordo com esses gramáticos. Portanto, no que diz respeito à inversão, segundo a gramática tradicional, além de outros fatores, está ligada ao relevo que o falante deseja dar a esse elemento.

3.2. Pleonasmo

Segundo Cunha (2008), o pleonasmo é um recurso de ênfase e se caracteriza pela repetição de um termo da oração para reiterar uma ideia. De acordo com Bechara (2010), é a repetição de algum elemento já expresso no discurso, para fins de clareza ou ênfase. O pleonasmo abordado pela gramática tradicional, que interessa a esse estudo, é o objeto direto pleonástico e o objeto indireto pleonástico. De acordo com Cunha (2008, p. 156), o objeto direto ou indireto pleonástico ocorre para dar maior relevo ao objeto, para isso é costume colocá-lo no início da frase e, depois, repeti-lo com a forma pronominal.

(03) ***Árvore, filho e livro*****, queria-*****os*** **perfeitos. (CUNHA, 2010, p. 157, grifo nosso)**

(04) ***Aos meus escritores*****, não** ***lhes*** **dava importância nenhuma (*****Op. cit.*****, p. 159, grifo nosso).**

(05) ***Palavras,*** **cria-*****as*** **o tempo e o tempo** ***as*** **mata. (*****Op. cit.*****, p. 157, grifo nosso)**

(06) ***A mim*****, resta-*****me*** **a independência para chorar. (TERSARIOL, 1964, p. 240, grifo nosso)**

(07) ***Ao pobre,*** **não** ***lhe*** **devo. (BECHARA, 2009, p. 483, grifo nosso).**

(08) *O lobo* o caçador *o* viu. (*Op. cit.*, grifo nosso).

Em (03), (05) e (08), como se pode observar pela ordem direta das orações: (Queria *árvore, filho e livro* perfeitos) (O tempo cria *as palavras* e o tempo mata *as palavras*) (O caçador viu *o lobo*), o objeto direto é alçado à periferia esquerda da sentença, mas deixa em seu lugar um pronome oblíquo átono, já em (04), (06) e (07), como se pode verificar pela ordem direta das frases: (Não dava importância nenhuma *aos meus escritores*) (A independência para chorar resta *a mim*) (Não devo *ao pobre*), o objeto indireto é alçado à periferia esquerda da sentença, deixando em seu lugar, contudo, um pronome oblíquo tônico.

Azeredo (2011, p. 489) declara que "no uso escrito, em geral, e no literário em especial, o pleonasmo tem geralmente a função de retomar, mediante um pronome, um sintagma nominal que serve de tópico à frase". Em seguida, o autor cita os seguintes exemplos:

(09) [...] *a alma*, essa voou [...] (*Op. cit.*, grifo nosso)

(10) *Tuas palavras antigas* deixai-*as* todas, deixe-*as*. [...] (*Op. cit.*, grifo nosso)

Diante disso, Azeredo (2011) mostra-se mais cauteloso e menos prescritivo do que os outros gramáticos. No entanto, não dá para saber se o "tópico" ao qual o autor se refere é o assunto/tema da conversação ou a construção tópico-comentário, objeto de estudo deste trabalho. Além disso, é interessante a função do pleonasmo na visão do autor, ao que parece esse conceito pode ser equiparado à função do pronome-cópia na construção de deslocamento à esquerda.

No entanto, surpreendentemente, Bechara (2010) falando sobre o reconhecimento do objeto direto na sentença cita o termo "topicalização" sem relacioná-lo a alguma figura de estilo ou coisa do gênero. Observe a declaração de Bechara (*Op. cit.*, p. 32) mediante (08): "reconhece-se o objeto direto mediante a transposição (topicalização) do objeto direto para a esquerda do verbo, o que permite, sem ser obrigatória, a presença dos pronomes pessoais a, as, o, os junto ao verbo, repetindo o objeto direto transposto". Apesar de Bechara (*Op. cit.*) usar o termo citado pela linguística (topicalização), o mesmo autor não utilizou a mesma nomenclatura em (7) em que chamou de pleonasmo do objeto indireto. Ao que tudo indica, Bechara (2010) concebe como "topicalização" somente os casos de objeto direto deslocado. Não cita, portanto, casos de topicalização com outras funções sintáticas ou outras estratégias de tópico em sua gramática. Não obstante, em relação aos gramáticos analisados neste es-

tudo, foi o único que citou o termo "topicalização", apesar de Azeredo (2011) fazer uma pequena referência no rodapé de seu livro às construções de tópico, citando Perini (2000).

3.3. Hipálage

De acordo com Azeredo (2011, p. 494), a hipálage "é a associação de um termo determinante a um termo que não é, logicamente, o seu determinado correspondente". Essa figura de estilo consiste na transferência de característica de um ser ao outro ou de uma coisa a outra. Segundo o autor,

> Seu efeito de sentido apoia-se na impertinência semântica provocada pela associação inadequada dos termos no fio da sintaxe. Esse expediente desloca a atenção do leitor para o objeto que o enunciador considera de maior importância para o seu discurso – o termo determinado ilógico –, deixando o termo determinado lógico em um plano secundário. (*Op. cit.*)

Já para Carvalho[15] (2010),

> A hipálage é um processo psíquico, como a sinestesia, que é a correspondência entre sentidos ou sensações diferentes. A hipálage, no entanto, é mais complexa que a correspondência sinestésica de sensações, e não raro diz respeito à sintaxe e não apenas à semântica. É por hipálage que dizemos que o sapato não entra no pé (na verdade, é o pé que não entra no sapato). Também por hipálage, a moça que engordou diz que determinado vestido não cabe mais nela (na verdade, é ela que não cabe mais no vestido).

Nesse sentido, Carvalho (2010) postula os seguintes exemplos:

(11) *Meu carro* furou o pneu. (CARVALHO, 2010, grifo nosso)

(12) *O tanque* vazou o óleo todo. (*Op. cit.*, grifo nosso)

Levando em consideração a perspectiva de Azeredo (2011), em (11), a impertinência semântica se estabelece pelo fato de o carro não poder ser logicamente o agente da ação do verbo "furar". Nesse sentido, isso também ocorreria em (12), já que não se pode atribuir ao "tanque" a ação estabelecida por esse enunciado linguístico. Quanto à intenção co-

---

[15] José Augusto Carvalho é Doutor em Letras pela USP e leciona no Curso de Mestrado em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo. Ainda que o autor não seja um gramático, ele se encontra referido nesta seção em virtude de ter classificado as construções: "Meu carro furou o pneu" e "O tanque vazou o óleo todo" – classificadas por Pontes (1987) como construções de tópico (denominada Falso SVO) – como exemplos de uma figura de linguagem, como comumente fazem os gramáticos.

municativa do falante, Azeredo (2011) postula que, ao colocar tal termo no início da oração, ele desvia a atenção do receptor para o objeto que ele considera de maior importância. Sendo assim, compreende-se por essa postulação que, se tais proposições estivessem na ordem direta (O pneu do meu carro furou) (Vazou o óleo do tanque todo), a ênfase não recairia nos elementos deslocados à esquerda em (11) e (12).

Apesar de Carvalho (2010) citar (11) e (12) como exemplos de hipálage, o autor sinaliza que tais construções sintáticas já foram referenciadas em trabalhos linguísticos sobre topicalização.

3.4. Anacoluto

Segundo Bechara (2010), o anacoluto é a quebra da estruturação gramatical da oração. Para explicitar sua postulação, o autor cita esta definição de anacoluto:

> Resulta esta anomalia em geral do fato de não poder a linguagem acompanhar o pensamento em que as ideias se sucedem rápidas e tumultuárias. É a precipitação de começar a dizer alguma cousa sem calcular que pelo rumo escolhido não se chega diretamente a se concluir o pensamento. Em meio do caminho dá-se pelo descuido, faz-se pausa, e, não convindo tornar atrás, procura-se saída em outra direção" (ALI *apud* BECHARA, 2010, p. 484)

Bechara (2010, p. 485) postula ainda que o anacoluto, "fora de certas situações especiais de grande efeito expressivo, é evitado no estilo formal", no entanto, não especifica quais seriam essas situações. Já em outra passagem, o autor é mais categórico: "O anacoluto, fora de certas situações especiais, é evitado pelas pessoas que timbram em falar e escrever corretamente a língua", assumindo, então, uma atitude prescritiva em relação ao uso do anacoluto no estilo formal, tanto na fala como na escrita, e o desconhecimento das funções comunicativas que o anacoluto pode desempenhar no discurso. Bechara (*op. cit.*) exemplifica o anacoluto com a seguinte oração:

(13) *Eu* parece-*me* que tudo vai bem (*Op. cit.*, p. 485, grifo nosso)

Em (13), o elemento à frente da sentença "eu" não tem vínculo sintático com o restante da oração, além disso, fica difícil explicá-lo como algum tipo de deslocamento sintático. É por essa falta de vínculo sintático entre o anacoluto e o restante da oração que os gramáticos o conceituam como quebra da estrutura gramatical.

Consoante Cunha (2008, p. 644), o anacoluto "é a mudança de

construção sintática no meio do enunciado, geralmente depois de uma pausa sensível". Contudo, o autor assume uma postulação menos prescritiva do que Bechara (2010), ao reconhecer que o anacoluto é um fenômeno muito comum, sobretudo, na modalidade oral da língua. Eis outros exemplos de anacoluto:

> **(14) *Umas carabinas* que guardava atrás do guarda-roupa, *a gente brincava com elas,* de tão imprestáveis. (AZEREDO, 2011, p. 645, grifo nosso)**
>
> **(15) Bom! Bom! Bom! *Eu* parece-*me* que não ofendi ninguém. (CUNHA, 2008, p. 645, grifo nosso)**
>
> **(16) *Eu,* não *me* importa a desonra do mundo. (TERSARIOl, 1964, p. 239, grifo nosso)**
>
> **(17) *Tua mãe* não há idade nem desgraça que *lhe* amolgue a índole rancorosa. (*Op. cit.*, p. 240, grifo nosso)**

Entretanto, (14), assim como (17), deveria ser enquadrado, na perspectiva da gramática tradicional, como exemplo de objeto direto e objeto indireto pleonástico, respectivamente, já que, em (14), por exemplo, o termo deslocado à esquerda da sentença faz o papel sintático de objeto direto do verbo "guardava" como se pode observar pela ordem direta da sentença (guardava umas carabinas atrás do guarda-roupa), deixando em seu lugar original um pronome pessoal, já (15) e (16) são mais parecidos com (13) de Bechara (2010). Ao que parece, esse tipo de anacoluto, em que o pronome pessoal "eu" não faz parte da estrutura sintática, é muito comum. Pontes (1987), assim como outros autores, já certificaram tal postulação em seus trabalhos.

Cabe ressaltar ainda que Azeredo (2011), ao citar (14), menciona Perini (2000) e a sua definição de tópico discursivo, na nota de rodapé de seu livro, assumindo, então, uma atitude menos prescritiva do que a do Bechara (2010). No entanto, Azeredo (*Op. cit.*) não cita outras estratégias de tópico e não menciona a frequência do uso do anacoluto como fez Cunha (2008).

4. Considerações finais

Diante do exposto acima, é notável que, embora os gramáticos façam alguma menção ao tópico como descrito pela comunidade linguística, e não, como simplesmente uma figura de estilo, tais autores não mencionam em suas obras as diferentes estratégias de tópico e, consequente-

mente, suas funções discursivas. Nesse sentido, podemos perceber que, de forma geral, esses autores acreditam que o elemento que se encontra na periferia esquerda da sentença, diferenciando-se da organização sintática usual SVO, tem um papel na sentença: chamar a atenção do ouvinte para o termo deslocado.

Portanto, as construções de tópico-comentário ainda não são reconhecidas pela gramática tradicional e, consequentemente, isso se reflete nos professores de língua portuguesa que, ao se depararem com essas construções nos textos orais ou escritos, produzidos por seus alunos, corrigem-nos, porque não conhecem as funções discursivas que essas construções desempenham no discurso.

Dessa forma, entendemos que a não aceitação dessas sentenças pelos professores de língua portuguesa decorre da falta de conhecimento das diversas funções comunicativas que essas construções podem desempenhar no discurso.

Dessa maneira, acreditamos que outras pesquisas que focalizassem as funções discursivas dessas sentenças, não só enriqueceriam os estudos que já existem na comunidade linguística sobre o tema, mas também e principalmente, auxiliariam professores de português no reconhecimento dessas funções, diminuindo o preconceito que as cerca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Edivalda Alves. *As construções de tópico do português nos séculos XVIII e XIX: uma abordagem sintático-discursiva*. 2006. – Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2011.

BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BOTELHO, José Mario. A ordem dos termos em português e a topicalização. *Revista Philologus*, Ano 10, n. 47. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2010, p. 20-32. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/revista/47/03.pdf>.

CARVALHO, José Augusto. *Conhecimento prático*. Disponível em:

<http://conhecimentopratico.uol.com.br/linguaportuguesa/gramatica-ortografia/21/artigo158412-1.asp>. Acesso em: 20-04-2014.

CUNHA, Antônio Sérgio. Estrutura tópico-comentário, A tradição gramatical e o ensino de redação. *SOLETRAS*. São Gonçalo: UERJ, n. 20, 2010. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/soletras/20/05.pdf>.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KENEDY, E. Tópicos e sujeitos no PB: uma abordagem experimental. *Revista da ANPOLL*, v. 31, p. 69-88, 2011. Disponível em: <http://www.professores.uff.br/eduardo/artigos_arquivos/anpoll_2011.pdf>.

LAMBRECHT, Knud. *Information Structure and Sentence Form*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

LI, C. N.; THOMPSON, S. A. Subject and topic: a new typology of language. In: LI, C. N. (Org.). *Subject and topic*. New York: Academic Press Inc., 1976.

MELO, Luciana de. *Topicalização e cultura de oralidade.* 2012 – Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MORAIS, Elaine Belford**.** *Topicalização de objetos e deslocamento de Sujeitos na fala carioca: um estudo sociolinguístico.* 2006. – Dissertação (mestrado em linguística). UFRJ, Faculdade de letras, Rio de Janeiro.

ORSINI, M. T. *As construções de tópico no português do Brasil*: *uma análise sintático-discursiva e prosódica.* 2003 – Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.

PAULA, Mayara Nicolau de. *As construções de deslocamento à esquerda de sujeito no PB: um estudo em tempo real de curta duração.* 2012. – Dissertação (mestrado). Departamento de Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 2000.

PONTES, Eunice. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.

TERSARIOL**,** Alpheu. *Biblioteca da língua portuguesa*. São Paulo: Irra-

diação,1964.

VASCO, S. L. *Construções de tópico na fala popular*. 2006. – Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.

______; ORSINI, Mônica Tavares. Português do Brasil: língua de tópico e de sujeito. *Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários*, Rio de Janeiro, UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, n. 2, p. 83-98, 2007.

ONOMÁSTICA E MUDANÇA LINGUÍSTICA: UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA TOPONÍMICA DA MICRORREGIÃO DE ARAPIRACA

Pedro Antônio Gomes de Melo (UFAL)
petrus2007@ibest.com.br

RESUMO

O presente artigo objetivou uma investigação sobre a dinâmica toponímica nos nomes identificadores dos municípios da microrregião de Arapiraca, localizada na mesorregião do Agreste Alagoano, procurando compreender o processo de mudança linguística – em particular a mudança toponímica – no léxico onomástico-toponímico municipal de Alagoas sob à luz das pesquisas onomásticas em diálogo com sociolinguística laboviana. Após as análises dos dados, ficou demonstrado que a estrutura morfossintática formada por elementos específicos compostos e o étimo latino são os mecanismos lexicais mais produtivos na constituição das bases dos topônimos. E ainda, a mudança por substituição sistemática se revelou a mais produtiva no processo de mudança linguística, sendo os traços sociais da emancipação político-administrativa das localidades e presença marcante da Igreja Católica os fatores condicionantes às mudanças toponímicas detectadas.

Palavras-chave: Mudança linguística. Onomástica. Topônimo.

1. *Considerações iniciais*

Língua e sociedade se encontram sempre em processo de construção; logo, quaisquer signos linguísticos assim como os nomes de lugares (topônimos) estão sujeitos à manutenção, variação e mudança ao longo do tempo.

Sob esse olhar, propomos refletir sobre a mudança lexical nos designativos municipais da microrregião de Arapiraca, localizada na mesorregião do Agreste Alagoano, procurando compreender os processos de constituição e mudança toponímica do léxico onomástico-toponímico municipal alagoano por meio de um recorte de um grupo social em Alagoas.

A toponímia corresponde a um *corpus* lexical vivo e funcional que se atualiza continuamente no léxico, ao ser utilizado pelos falantes, em todas as situações da fala, tornando-se passível de mudanças. Daí, os estudos toponomásticos viabilizam a compreensão de traços linguísticos e do homem denominador e, consequentemente, permite a percepção de vestígios das contribuições relativas aos aspectos do meio físico e socio-

cultural em que os topônimos foram gerados e suas transformações ao longo do tempo.

No dizer de Souza (2007)

> Considerando-se o nome próprio [de lugar] como fato de uma língua (como um signo linguístico que identifica e guarda uma significação precisa de aspectos físicos ou antropoculturais), o estudo toponomástico servirá como recuperação de fatos físico-geográficos e/ou sócio-histórico-culturais, em parte ou em sua totalidade, por que passaram os povos que habitaram temporária ou definitivamente a região pesquisada. (SOUZA, 2007, p. 36)

Assim, o acervo lexical de uma dada sociedade reflete o seu modo de ver a realidade e a forma como seus membros organizam o mundo que os rodeia. Logo, quando se nomeia lugares de forma primitiva e/ou quando se muda estas denominações ao longo do tempo, diferentes fatores podem motivar na escolha e/ou na mudança do topônimo, tanto de ordem físico-ambiental quanto na ordem antropocultural.

O percurso metodológico utilizado se constituiu das seguintes etapas: após levantamento dos topônimos da referida microrregião alagoana junto ao banco de dados do IBGE, investigamos a origem, a formação e as mudanças linguísticas ocorridas ao passar do tempo nestes designativos de municípios em Alagoas, com o escopo de desvendar o que levou a denominação e, por conseguinte, a mudança na referência onomasiológica.

No que diz respeito à tipologia da mudança toponímica, utilizamos a categorização apresentada por Dauzat (1926). Conforme esse autor, há dois tipos de mudanças: as substituições e as transformações. Nas primeiras ocorre troca de um topônimo por outro; nas segundas, ocorrem alterações no mesmo topônimo, no decorrer dos tempos. E ainda, para classificação taxionômica das motivações toponímicas, adotamos o modelo teórico apresentado por Dick (1990), no qual a citada pesquisadora apresenta uma categorização para os topônimos, contemplando 27 (vinte e sete) taxes: 11 (onze) relacionadas com o ambiente físico – taxionomias de natureza física –, e 16 (dezesseis) relacionadas com os aspectos sócio-histórico-culturais que envolvem o homem – taxionomias de natureza antropocultural.

Acreditamos que essa investigação constituirá num resgate linguocultural dessa microrregião do Estado, podendo refletir fatos e ocorrências de diferentes momentos da vida desta sociedade em virtude dos topônimos adquirem valores que transcendem o próprio ato de nomear.

2. *Situando a pesquisa*

Nesta seção, buscaremos apresentar algumas características do estado de Alagoas, enfatizando a mesorregião do Agreste Alagoano e a microrregião de Arapiraca, com a finalidade de situarmos o universo do grupo social do qual a pesquisa está inserida.

2.1. Microrregião de Arapiraca

Agreste (do latim *ager*: relativo ao campo, agricultor) designa uma área na Região Nordeste do Brasil de transição entre a Zona da Mata e o Sertão, que se estende por uma vasta área dos estados brasileiros da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. A área ocupada pelo Agreste se situa numa estreita faixa, paralela à costa. Possui como características principais: solos profundos, com relevo extremamente variável, associados a solos rasos, solos relativamente férteis, vegetação variável com predominância de vegetação caducifólia (decídua).

O território do Agreste Alagoano possui uma área de 5.271 km² que corresponde a aproximadamente 19% da área do Estado de Alagoas, que é de 27.793,343 km², segundo dados do IBGE. Está localizada na área central do estado de Alagoas. Por estar entre o sertão e a mata atlântica, apresenta características das duas regiões e é formada por três microrregiões: microrregião de Palmeira dos Índios, microrregião de Arapiraca e microrregião de Traipu. (IBGE, 2014).

A mesorregião do Agreste Alagoano tem uma economia baseada no comércio e na agricultura, desenvolve criação de caprinos e bovinos. Nos últimos anos, vem recebendo investimentos de pequenas represas, para conter a água que cai da chuva, ajudando assim no consumo e nas plantações familiares. Os principais produtos agrícolas desta mesorregião são o feijão e a mandioca.

A identidade territorial está caracterizada por sua história, pela mesma região fisiográfica, pela estrutura fundiária semelhante (com predominância da pequena propriedade), pela economia baseada na agricultura de subsistência (milho, feijão, inhame, batata-doce), como também, na agricultura de mercado (fumo, algodão, mandioca) e na pecuária (bovino de corte e de leite, ovinocultura). Nesta mesorregião, são encontrados minerais como amianto, argila, calcário e ferro. Possui solo essencialmente pedregoso, rios intermitentes (temporários) e vegetação rala de

tamanho pequeno (mirtáceas, combretáceas, leguminosas e cactáceas). Tecnicamente, o agreste junto ao sertão compõe o ecossistema denominado caatinga.

2.2. A microrregião de Arapiraca

Arapiraca é um termo de origem tupi: *ara* quer dizer periquito ou arara; *pira* pode ser traduzido como pousa; e *aca* significa ramo de árvore. Trata-se de uma espécie de angico branco, da família das mimosáceas (leguminosas), muito comum no agreste e no sertão.

A microrregião de Arapiraca está localizada na mesorregião do Agreste Alagoano, no estado de Alagoas; a sua economia está baseada, principalmente, na plantação de fumo.

Na região fumageira, existem mais de 30 mil estabelecimentos agrícolas, dos quais cerca de 10 mil são ocupados por famílias de pequenos produtores rurais. Essa produção é consorciada entre as culturas comerciais mais rentáveis e as lavouras de subsistência, o que explicaria a existência dessa área de predomínio da pequena produção familiar na região. Desde a década de 1990, a cultura do fumo vem diminuindo sua produção. As causas do declínio estão no preço internacional do fumo negro e nos altos custos de produção.

A microrregião de Arapiraca é constituída por 10 municípios, a saber: (1) Arapiraca, (2) Campo Grande, (3) Coité do Noia, (4) Craíbas, (5) Feira Grande, (6) Girau do Ponciano, (7) Lagoa da Canoa, (8) Limoeiro de Anadia, (9) São Sebastião e (10) Taquarana.

3. A toponímia e a mudança linguística

A toponímia, como ciência, surgiu no século XIX e se ocupa do estudo do signo toponímico, seus significados, sua formação, sua variação e mudança, como também sua importância para a língua e cultura social dos povos.

Trata-se de uma disciplina dinâmica e de caráter amplo, não só por não limitar a sua investigação aos aspectos linguísticos e à categorização dos nomes de lugar, mas ainda por se voltar para a investigação das motivações que impulsionaram o denominador no ato da nomeação.

Analisando o campo dos estudos toponímicos, Tavares & Isquerdo (2006) nos explicam que:

> Na dimensão linguística, o estudo dos topônimos – nomes de lugares – pode ser realizado sob diferentes perspectivas: análise de estratos linguísticos evidenciados pelos designativos, classificação taxionômica dos nomes e análise de taxes predominantes, discussão da motivação semântica dos nomes, estudo diacrônico referente às mudanças de nomes, análise da estrutura morfológica dos topônimos. (TAVARES & ISQUERDO, 2006, p. 3)

Em virtude da amplitude dos estudos toponímicos, a toponímia se constitui em uma ciência de cruzamentos, ou seja, interliga várias áreas do conhecimento, propiciando diferentes perspectivas de análises. Nas palavras de Dorion (1984):

> A toponímia, do mesmo modo que outras ciências humanas, se situa em uma dupla dimensão: a do *espaço* (denominada também “função toponímica”) e a do *tempo* (a “memória toponímica”). Em consequência, a toponímia tem uma relação essencial com a geografia (os nomes de lugar constituem o vocabulário próprio dessa ciência) e com a história (entendendo que os nomes são testemunho através do tempo, de uma forma determinada de relação entre o homem e o lugar). Por outro lado o nome de lugar é um signo linguístico e, como tal, interessa a semiologia. Assim mesmo é a expressão da percepção de um comportamento, pelo que implica a psicologia – sobretudo a psicologia social. Finalmente, a análise morfológica ou semântica do nome, tanto em sua origem como em sua evolução posterior são objeto de estudo da linguística e da psicolinguística, enquanto que a análise sintética ou sinóptica de grandes contingentes de nomes fica para o campo da sociolinguística e pode desembocar nos estudos propriamente sociológicos. (DORION, 1984, p. 103)

Pelo supracitado, podemos afirmar que a toponímia constitui um fio condutor de grande utilidade multidisciplinar, comprovando que a natureza pluralista dos designativos de lugares podem dialogar teoricamente com várias correntes teóricas. Neste estudo, buscaremos um diálogo entre a onomástica e a sociolinguística quantitativa.

3.1. O signo toponímico

Sabemos que o nome próprio é um fato da língua que não apenas identifica, mas também significa, por meio da investigação da motivação dos signos em função toponímica, é possível recuperar diversos aspectos da realidade de um grupo social.

O signo toponímico é um signo linguístico motivado pelas características físicas do ambiente ou pelas impressões, crenças e sentimentos do denominador no ato de nomear lugares, geralmente usado como forma

de marco referencial de identidade. Assim sendo, os signos toponímicos "adquirem valores que transcendem o próprio ato de nomear. Uma vez que o léxico presente na língua de um dado grupo reflete o seu modo de ver a realidade e a forma como seus membros organizam o mundo que os rodeia". (MELO, 2012, p. 54)

Carvalhinhos (2009, p. 83) nos alerta a observarmos que esse signo "não é o lugar em si, mas uma de suas representações, carregando em sua estrutura sêmica elementos da língua, da cultura, da época de sua formação, enfim, do homem denominador". Assim, ele "vai deixando de ser apenas um instrumento de marcação ou de identificação de lugares para se transformar em um fundo de memória, de natureza documental tão valiosa e significativa como os textos escritos" (DICK, 1996, p. 337)

O signo toponímico se caracteriza como o elemento linguístico comum que, revestido de função onomástica, integra um processo relacionante de motivação no qual se torna possível deduzir, muitas vezes, conexões hábeis entre o nome predominante dito e a área por ele designada. Funcionalmente, representa uma dupla marca linguística, exercendo não apenas um papel sígnico no universo do discurso, mas, também, funcionando como suporte de identificação, sendo símbolos ideológicos ou do imaginário popular que nos apontam direções, caminhos físicos ou posições situacionais.

O topônimo é o signo linguístico na função designativa de um espaço geográfico e/ou humano. Nessa função, segundo Dick (1980, p. 290), ele representa "uma projeção aproximativa do real, tornando clara a natureza semântica de seu significado", assim adquirindo "um significado que resume toda a história das relações econômicas, políticas, sociais, materiais e espirituais dos homens que vivem ou viveram no meio denominado" (CAMPS IGLESIAS & NOROÑA VILÁ, [s/d], p. 11-12)

Sendo assim, os topônimos são signos linguísticos semelhantes aos demais nomes próprios pertencentes ao mesmo sistema, mas não têm as mesmas características; ou seja: não possuem, como outros, uma natureza arbitrária ou convencional. O topônimo é motivado e não arbitrário, isso, porém, não significa que há uma relação natural entre o nome e lugar por ele nomeado.

3.2. A mudança linguística no léxico onomástico-toponímico

O léxico onomástico-toponímico pode ser compreendido como um indicador cultural, ele retrata o modo como a língua representa a visão de mundo de um povo evidencia a inter-relação que se estabelece entre língua, cultura e sociedade. Logo, sua dinâmica renovação e/ou ampliação lexical "está condicionada a fatores externos e internos à língua. [...] uma língua está sempre recebendo força centrífuga e força centrípeta em sentidos opostos, não excludentes, mas complementares" (MELO, 2010, p. 118).

A partir das pesquisas toponomásticas, é possível observar o passado, recuperar formas antigas e estudar o presente, acompanhando o movimento linguístico do signo toponímico. Portanto, analisaremos os topônimos – enquanto vultos históricos – a partir das mudanças linguísticas relevantes à sucessão dos nomes atribuídos a cada município da microrregião de Arapiraca, desde o seu surgimento até os dias atuais.

Cumpre ressaltarmos que, neste artigo, compreendemos a mudança toponímica como um tipo particular de mudança linguística em nível do léxico. Dessa maneira, buscaremos fornecer respostas às questões ligadas aos fatores influenciadores e/ou condicionadores (internos e externos) e seu encaixamento no processo de mudança toponímica, detectando os principais tipos e suas causas, em diálogo com a teoria da variação e mudança linguística laboviana.

Na proposta teórica de Weinreich, Labov e Herzog (*apud* FARACO, 2006), a mudança linguística é vista como uma consequência inevitável da dinâmica interna das línguas naturais. Apesar de nem sempre ser percebida como produto social e cultural por seus falantes, a língua se evidencia por ser dinâmica, variável, complexa e instável. De certa forma, reflete as mudanças pelas quais a comunidade passa, e está, em decorrência disso, sempre em processo de construção, submetendo-se, continuadamente, às alterações e influências de outras línguas.

Em nível onomástico-lexical, segundo Dauzat (1971), há dois tipos gerais de mudança toponímica: as substituições (troca de um topônimo por outro) e as transformações (alterações ocorridas no mesmo topônimo). Entre as primeiras, estão as espontâneas (naturais, fruto do uso popular), que se dão por eliminação do nome antigo por outro ou por mudança de língua; e as sistemáticas (aceitas ou impostas, fruto da imposição de autoridades ou de sugestão acatada pelas autoridades).

É importante destacarmos que só podemos considerar sistemática uma mudança toponímica quando há alguma fonte histórica que indique a intervenção do poder público como seu fator condicionante; quando isso não ocorre, consideramos a mudança toponímica como espontânea.

Já no segundo grupo, entre as transformações, o referido autor discrimina, ainda, as ocorridas no interior de uma mesma língua por mudança e/ou acidente fonético, alteração paronímica ou alteração meramente gráfica; das decorrentes da passagem do topônimo de um idioma para outro.

Com base em tais pressupostos, pretendemos investigar a mudança lexical dos topônimos nos quais se estabelecem uma conexão sociolinguística entre a cidade e o nome atribuído a ela, em que as partes formam um todo representativo, buscando relacioná-los aos atos onomásticos, especialmente aqueles ligados à microtoponímia municipal alagoana.

4. *Análise e resultados*

As análises dos dados seguiram as seguintes etapas: (i) Quantificação dos nomes e das taxionomias, analisando a maior ou menor frequência de classes ou itens lexicais e (ii) O estudo dos nomes a partir de um enfoque: a) Puramente linguístico (estudo dos aspectos etimológicos e morfossintáticos) e b) Linguístico-histórico e variacionista (relação entre a origem do nome e a história local e suas sucessivas mudanças ao longo do tempo).

Os topônimos serão apresentados em fichas lexicográfico-toponímicas. Essas se revelam necessárias para a interpretação dos designativos, pois vários campos conceituais da ficha fornecerão informações relevantes sobre cada um dos nomes dos municípios estudados.

4.1. A mudança linguística no léxico toponímico municipal alagoano da microrregião de Arapiraca

TOPONÍMICA-LEXICOGRÁFICA DE CRAÍBAS

Topônimo: Craíbas; **Taxionomia:** Fitotopônimo

Etimologia: O termo é de origem tupi *Carahyba* ou *karauatá* designa a árvore do ramo das bignoniáceas, muito comum na região. *"*planta bromeliácea".

Estrutura Morfológica: elemento específico simples: morfema lexical *craib-* + morfema classificatório vogal temática *a* + morfema flexional aditivo *-s*

Informações Enciclopédicas: Em 1865, Manoel Nunes da Silva Santos chegou à região onde está hoje o município de Craíbas, sendo um dos seus primeiros habitantes. Apesar de ser uma área pobre, estabeleceu-se ali mesmo, adquirindo uma grande extensão de terras pertencentes a Felipe Nogueira de Lima, composta basicamente de matas e árvores, principalmente a craibeira, que acabaria dando nome à cidade. Até 1892, Manoel Nunes foi o único proprietário do lugar. Com o falecimento de sua esposa, Josefa Teixeira da Silva, neste mesmo ano, iniciou-se a partilha de bens entre filhos e genros. As terras foram divididas e incrementou-se, a partir daí, o desenvolvimento da localidade. No começo do século XX Craíbas passou a ter características de um povoado. O crescimento socioeconômico do povoado determinou a sua autonomia administrativa. Dessa forma, pela Lei nº 2.471, de 28 de agosto de 1962, obteve a sua emancipação política. Antes dessa data, o município era conhecido por Craíba dos Nunes, uma referência à família de pioneiros que se instalou no lugar. O deputado estadual José Pereira Lúcio foi o autor do projeto, aprovado na Assembleia Legislativa e sancionado pelo então governador Luiz Cavalcante. A instalação oficial do município ocorreu em 23 de setembro de 1962. Até a realização das eleições municipais, Antônio Barbosa foi nomeado prefeito, interinamente. Em 1963, Manoel Pedro da Silva foi eleito prefeito, mas perdeu o mandato em 1965, quando a cidade voltou a ser distrito de Arapiraca. Somente após um plebiscito, realizado em 1982, o então governador Theobaldo Barbosa devolveu a autonomia político-administrativa a Craíbas.

Fonte: www.wikialagoas.al.org.br/index.php/Cra%C3%ADbas#Etimologia

No caso desse elemento específico simples, ocorreu uma mudança por substituição sistemática de *Craíbas dos Nunes* > *Craíbas*. Antes a cidade recebeu o primeiro nome de forma espontânea, e, posteriormente, por imposição de autoridades (aprovação pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo então governador Luiz Cavalcante), houve a redução sintagmática. Podemos dizer que houve uma substituição de um antropotopônimo *Craíbas dos Nunes* para um fitotopônimo *Craíbas.*

Como fator condicionante, destacamos a questão extralinguística da emancipação político administrativa do povoado.

TOPONÍMICA-LEXICOGRÁFICA DE FEIRA GRANDE

Topônimo: Feira Grande; **Taxionomia:** Dimensiotopônimo

Etimologia: composto latino: *feria,-arum* “dia de festa” + *grandis,-e* significa grande, de grandes proporções.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfema lexical *feir-* + morfema classificatório vogal temática *-a* + morfema lexical *grand-* + morfema classificatório vogal temática *-e*

Informações Enciclopédicas: Situado em posição estratégica para o comércio, pois fica próximo à estrada que liga Penedo à capital, sua feira semanal crescia a cada ano, passando a ser conhecida assim quando era vila e depois município, em 1954. Antes, no início de sua formação, era conhecida por Mocambo, devido ao ajuntamento de escravos fugidos da região sanfranciscana. A cidade deve, portanto, o seu topônimo ao fato de ter a maior feira entre as que se realizavam nos povoados e vilas das imediações. A primeira denominação do lugar, Mocambo, evoca a saga dos escravos nos quilombos, que foram a principal e mais bem organizada forma de resistência à escravidão no Brasil. Os quilombos eram aldeias ou comunidades de escravos que conseguiam escapar do cativeiro desumano e tentavam reconstituir sua original vida tribal livre. As comunidades quilombolas eram chamadas de mocambos, onde a população vivia num regime comunal. Embora o mais famoso quilombo tenha sido o de Palmares, eles existiram em diversas partes. Na verdade, enquanto durou a escravidão, houve resistência através de quilombos. Infelizmente não existem registros acerca desse ajuntamento de escravos, um possível quilombo ou simplesmente um mocambo, formado a partir de fugas das fazendas da área do São Francisco. Segundo os anais, Francisco José Gonçalves, procedente de Lagoa de Cima, município de Traipu, fixou residência na região, em data que não se pode precisar. Ele é considerado o pioneiro da colonização daquele território. A povoação iniciou-se com a chegada de outras famílias, atraídas pela fertilidade do solo. Em 30 de novembro de 1938, o povoado foi elevado à categoria de vila pelo Decreto-lei nº 2.435, com o nome de Mucambo, integrando o município de São Brás. A vila prosperou ainda mais com a construção do trecho ferroviário ligando Palmeira dos Índios a Porto Real do Colégio, em virtude do grande número de operários chegados para trabalhar na obra. Oficialmente, o nome Mucambo foi substituído por Feira Grande pelo Decreto-lei nº 2.902, de ano de 1943. A sua emancipação política se deu em 5 de abril de 1954 pela Lei nº 1.785. Desmembrado de São Brás, o município foi instalado pelo então governador Arnon de Mello, em 25 de abril de 1954.

Fonte: www.wikialagoas.al.org.br/index.php/Feira_Grande#Etimologia

Aqui, também, temos o mecanismo de substituição sistemática *Mucambo > Feira Grande*. Em termos toponomástico, houve uma troca de um ecotopônimo para um dimensiotopônimo. Interessante percebermos que ambos os topônimos se enquadram nas taxionomias de natureza física.

Quanto à estrutura morfossintática, houve a mudança de um elemento específico simples para elemento específico composto.

Como fator condicionante, destacamos a questão da emancipação político-administrativa que impôs a mudança do nome.

FICHA TOPONÍMICA-LEXICOGRÁFICA DE GIRAU DO PORCIANO

Topônimo: Girau do Ponciano; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: composto de origem latina: *gyrus* “derivado de giro” significa tipo de armadilha para caça de animais + *do* (classe indeclinável) + de greg. *poncio*

Estrutura Morfológica: elemento composto híbrido: morfema lexical *girau* + forma dependente *de* + *a* = *do* + morfema lexical *ponci-* + morfema derivacional *-ano*

Informações Enciclopédicas: Um dos primeiros proprietários do lugar chamava-se Ponciano. Para facilitar sua atividade de caçador construiu um girau, pequena armação de madeira onde ficavam os animais abatidos. Daí, o topônimo Girau do Ponciano. O povoamento se deve a um caçador de nome Ponciano que, acompanhado de dois companheiros, instalou um girau para suas caçadas, aproveitando a caça abundante. Assim se fundou a primeira propriedade. Anos depois, dona Cidade Rodrigues e seus filhos, Manoel e Antônio, implantaram nova propriedade. Trouxeram muito movimento para a região, dada a fertilidade de suas terras. Foi rápido o progresso de Belo Horizonte, primeiro nome do lugarejo. Em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, figura no município de Traipu o distrito de Belo Horizonte. Pelo Decreto-lei estadual nº 2909, de 30 de dezembro de 1943, o distrito de Belo Horizonte passou a denominar-se Ponciano. Elevado à categoria de município com a denominação Girau do Ponciano pela Lei estadual nº 2101, de 15 de julho de 1958, desmembrado de Traipu. Sede no atual distrito de Girau Ponciano, ex-Ponciano, constituído do distrito sede. Instalado em 1º de janeiro de 1959.

Fonte: www.wikialagoas.al.org.br/index.php/Girau_do_Ponciano

Detectamos três momentos na mudança toponímica, no primeiro momento do corotopônimo *Belo Horizonte* > antropotopônimo *Ponciano*, por substituição sistemática. Na segunda proposta de mudança *Ponciano* > *Girau do Ponciano*, mais uma vez, por substituição sistemática, ou seja, por imposição de autoridades, licenciada pelo poder público.

Quanto à etimologia, temos um caso de elemento composto híbrido formado por base greco-latina.

Como fator condicionante, destacamos a questão da emancipação político-administrativa, que impôs a mudança do nome *Girau do Ponciano*.

FICHA TOPONÍMICA-LEXICOGRÁFICA DE SÃO SEBASTIÃO

Topônimo: São Sebastião; **Taxionomia:** hagiotopônimo

Etimologia: composto latino: *sanus,-a,-um* significa “são, puro” + f. .ampliada de *sebastós* : augusto, magnífico, venerável. Do latim: *sebastianus*.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfemas lexicais: *são* (forma proclítica apocopada de santo) + morfemas lexicais *Sebasti-* + morfema derivacional sufixal *-ão*.

Informações Enciclopédicas: Antes, o povoado era conhecido como Salomé, em referência fonética a dois produtos trazidos em abundância pelos tropeiros que por ali passavam: sal e mel. Era um ponto intermediário onde faziam parada mercadores que transitavam pela região, cansados das longas viagens. Surgiram, por isso, pequenas e modestas hospedarias para abrigar esses viajantes. O nome atual é uma homenagem a um santo de muita devoção no interior. Há um fato, contudo, pouco conhecido. Tomou esta denominação quando da sua elevação a município, por iniciativa dos líderes locais, que desejavam manifestar a gratidão da comunidade ao governador Sebastião Marinho Muniz Falcão, que apoiou integralmente o movimento de emancipação. O desmembramento do povoado do município de Igreja Nova. Em 31 de maio de 1960 ocorreu a emancipação política, através da Lei 2.229 e, em homenagem ao santo e ao governador da época Sebastião Muniz Falcão, foi dado ao povoado de Salomé o nome de São Sebastião.

Fonte:
www.wikialagoas.al.org.br/index.php/S%C3%A3o_Sebasti%C3%A3o

Caso de mudança por substituição sistemática: *Salomé* > *São Sebastião.* No que diz respeito à estrutura morfossintática, houve uma mudança de um elemento específico simples para um composto.

O topônimo atual tem dupla motivação, isto é, sua origem na devoção dos habitantes pelo seu santo padroeiro, São Sebastião, e uma forma de homenagear o ilustre Sebastião Falcão, governador da época.

Atestando, assim, como fatores condicionantes nesta mudança toponímica, podemos apontar que identificamos a correlação de dois fatores extralinguísticos condicionadores na escolha do hagiotopônimo que designa esta cidade alagoana, o aspecto religioso representado pela devoção ao santo e o traço político refletido na homenagem ao governador em exercício na época.

FICHA TOPONÍMICA-LEXICOGRÁFICA DE TAQUARANA

Topônimo: Taquarana; **Taxionomia:** Fitotopônimo

Etimologia: O termo é de origem tupi – *ta'kwara* designa uma planta chamada pelos índios de cana brava, oca por dentro. Trata-se de um bambu da família das gramíneas. Segundo Tibiriçá (1985) de *tacuá-rana* planta que se parece com a taquara, falsa taquara (bambu).

Estrutura Morfológica: elemento específico simples: morfema lexical *taquaran-* + morfema classificatório vogal temática *a*.

Informações Enciclopédicas: O município de Taquarana teve seu território desmembrado de Limoeiro de Anadia no dia 24 de agosto de 1962, marcado por uma história que começou ainda em meados do século XVIII, partindo de uma fazenda de gado denominada de Cana Brava, pertencente à família Correia Paes. Ao instalar a fazenda Canabrava – com a criação de gado e diversificadas lavouras – em 1750, atraídos pelas belezas naturais do lugar e pela abundância de água, a família Correias Paes, proveniente do estado de Pernambuco, deu origem ao atual município de Taquarana, que até sua emancipação era conhecido por Canabrava dos Paes. Como na maioria dos municípios alagoanos, o povoado se expandiu a partir de 1821, com a construção da matriz de Santa Cruz, num local já afastado da fazenda. Ponto de passagem obrigatório – pela estratégica posição de proximidade com a estrada que ligava o Sertão à capital – alcançou o progresso rapidamente. Em 1938, foi elevada à condição de vila, ainda pertencendo a Limoeiro de Anadia. A autonomia administrativa, porém, só veio em agosto de 1962, através da Lei 2.465, que também alterou o nome da cidade de Cana Brava dos Paes para Taquarana, por sugestão de D. Rômulo de Farias, arcebispo de Maceió.

Fonte: www.wikialagoas.al.org.br/index.php/Taquarana

Como podemos observar na ficha lexicográfica-toponímica o fitotopônimo *Taquarana* do étimo tupi, significando "cana brava" substitui o antigo antropotopônimo *Cana Brava dos Paes*, mas, com o mesmo significado, retirando apenas o nome próprio individual *Paes.*

A influência da religião no território alagoano é marcante, sobretudo a Católica Apostólica Romana. Daí, fica evidente, neste caso de mudança toponímica como fator condicionante à materialização do discurso religioso na língua por meio do bispo, Dom Rômulo de Farias, que sugeriu o atual topônimo.

Quanto à estrutura morfossintática, temos a passagem de um elemento específico composto para um elemento específico simples.

FICHA TOPONÍMICA-LEXICOGRÁFICA DE COITÉ DO NÓIA

Topônimo: Coité do Noia; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: Composto de origem indígena tupi: *kuieté “cuia feita de coco cortado ao meio”*

Estrutura Morfológica: elemento composto híbrido: morfema lexical *Coite* (nome atemático) + forma dependente *de* + *o* = *do* + morfema lexical *noi-* + morfema classificatório vogal temática *-a*

Informações Enciclopédicas: Os pioneiros do lugar pertenciam à família Noia e lá havia pequenas árvores, que dão o fruto chamado coité, o qual, aberto ao meio, é usado como cuia para beber água, medir farinha ou outros cereais. O povo colhia os frutos na propriedade dos Noias, popularizando assim a localidade com tal denominação. A colonização das terras do atual município de Coité do Noia associa-se à história de Limoeiro de Anadia e Arapiraca. A família Noia, pioneira daquela região, era proprietária das primeiras quatro casas que lá existiam, pelos idos de 1880, conforme depoimento do mais antigo morador da cidade. Manoel Jô da Costa, oriundo de Limoeiro de Anadia, fixou-se naquela área pouco tempo depois, dedicando-se à agricultura e à atividade pastoril. O local se ligava a Limoeiro de Anadia e a Arapiraca por diversas veredas pequenas. Em razão da enorme quantidade daquelas árvores, o núcleo que começava a se formar recebeu o nome de Coité. Com o passar do tempo e a chegada de famílias procedentes de outros municípios, a comunidade foi aumentando. Desse modo, Manoel Marques, de Pernambuco, Manoel Cazuza, de Arapiraca, bem como as famílias Bernardino e Virgem, juntaram-se aos primeiros moradores do lugarejo, que tomou forma de povoado. Um intercâmbio maior entre o povoado e as cidades vizinhas, proporcionado pela abertura de novas estradas, contribuiu decisivamente para que Coité do Noia passasse a ocupar lugar de destaque na região. Tal fato determinou a sua elevação à categoria de município autônomo, através da Lei nº 2.616, datada de 21 de agosto de 1963. Desmembrado de Limoeiro de Anadia, teve sua instalação oficial em 24 de setembro de 1963.

Fonte: http://www.wikialagoas.al.org.br/index.php/Coité_do_Noia#Etimologia

Mais um caso de mudança por substituição sistemática: *Coité* > *Coité do Noia*. No que diz respeito à estrutura morfossintática, houve uma mudança de um elemento específico simples para um composto.

Como fator condicionante, destacamos a questão da emancipação político-administrativa que impôs a mudança do nome *Coité do Noia* pelo acréscimo do antropotopônimo.

No léxico toponímico, essa relação linguístico e extralinguístico fica evidente quando registramos os antropotopônimos, sejam prenomes ou apelidos de família, explicando sua origem, evolução e variação em

função de local, época e costumes, homenageando figuras consideradas de destaque das localidades nomeadas.

Podemos afirmar que estas marcas extralinguísticas são relevantes para a denominação do lugar, ou sua mudança, mostrando que a língua é um mecanismo muito importante na divulgação de aspectos socioculturais de uma determinada região. Observando que o ambiente físico e o sociocultural se complementam.

4.2. Topônimos municipais alagoanos da microrregião de Arapiraca que não apresentaram mudança linguística

No léxico onomástico-toponímico municipal alagoano, em relação à variação e mudança dos topônimos da microrregião de Arapiraca, detectamos que não registramos mudanças toponímicas, sejam por substituição ou transformação nos seguintes designativos:(1) Arapiraca, (2) Campo Grande, (3) Lagoa da Canoa, (4) Limoeiro de Anadia e (5) São Brás.

Esses topônimos se mantêm na referência onomástica sem alterações formais e semânticas desde a iniciação dos povoamentos até sua emancipação.

TOPONÍMICA-LEXICOGRÁFICA DE ARAPIRACA

Topônimo: Arapiraca; **Taxionomia:** Fitotopônimo

Etimologia: O termo é de origem tupi *arapi'raka*: *ara* quer dizer periquito (ou arara, de acordo com outros); *pira* pode ser traduzido como pousa; e *aca* significa ramo de árvore. Trata-se de uma espécie de angico branco, da família das mimosáceas, muito comum no agreste e no sertão, e que o povo, à sua maneira denomina de Arapiraca.

Estrutura Morfológica: elemento específico simples: morfema lexical *arapirac-* + morfema classificatório vogal temática *a*.

Informações Enciclopédicas: As terras onde hoje se situa Arapiraca pertenciam a Marinho Falcão, que as vendeu ao Capitão Amaro da Silva Valente de Macedo. No ano de 1848, o Capitão Amaro Valente enviou o genro Manoel André Correia dos Santos, juntamente com a família, àquela localidade, em virtude de uma séria contenda entre Manoel André e o cunhado, José Ferreira de Macedo. Após longos dias de trabalhos e perigos, o pioneiro alcançou uma planície onde resolveu parar. Fez acampamento embaixo de uma frondosa arapiraca e aí permaneceu vários dias. À sombra da árvore, levantou uma cabana de madeira coberta com cascas de angico, onde passou os primeiros dias, enquanto construía a primeira casa numa distância de aproximadamente cem metros, que

serviu de habitação para sua família. Desde esta época, Arapiraca conservou seu nome. Em seus primórdios, como distrito, Arapiraca esteve sob a jurisdição, sucessivamente, de Penedo, Porto Real do Colégio, São Brás e Limoeiro de Anadia. Como município independente, constituiu-se de território desmembrado de Palmeira dos Índios, Porto Real do Colégio, São Brás, Traipu e Limoeiro de Anadia. Pelo Decreto nº 1.071, de 24 de outubro de 1924, passou a pertencer à comarca de Palmeira dos Índios. Em 1931, passou à jurisdição da comarca de Anadia. Em 17 de setembro de 1949, finalmente, Arapiraca foi elevada à categoria de comarca.

Fonte: www.wikialagoas.al.org.br/index.php/Arapiraca

FICHA TOPONÍMICA-LEXICOGRÁFICA DE CAMPO GRANDE

Topônimo: Campo Grande; **Taxionomia:** Dimensiotopônimo

Etimologia: composto latino: *campus,-i.* significa planície, terreno plano+ *grandis,-e* significa grande, de grandes proporções.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfema lexical *camp-* + morfema classificatório vogal temática *-o* + morfema lexical *grand-* + morfema classificatório vogal temática *-e*

Informações Enciclopédicas: É um município ainda jovem, surgido no início da década de 60, que teve o nome escolhido pelos que lutavam por sua criação. Consta que o topônimo é uma referência à planície onde está situado, repleta de campos de grandes proporções, ideal para a pecuária e a agricultura. O município de Campo Grande tem o seu surgimento assinalado por volta de 1800, quando os primeiros colonizadores por lá chegaram. A criação de gado e de ovelhas, garantida por boas pastagens da planície, fez com que fossem se aglomerando algumas casas e pequenos sítios. A construção da estrada de ferro foi um fator que contribuiu para impulsionar o desenvolvimento do núcleo populacional. Em 1939, com a chegada dos trabalhadores para as obras da ferrovia e a implantação do acampamento, cresceu o movimento comercial do lugar. As famílias Leandro, Mandus e Pinheiro foram líderes e pioneiras do comércio naquele povoado. Comerciantes de várias regiões foram atraídos por essa pequena feira e grande foi o progresso da localidade. O movimento pela emancipação política começou a dar passos largos, Enfim, o município foi criado, desmembrando-se de São Brás, pela Lei nº 2.230, de 31 de maio de 1960, e instalado em 14 de agosto de 1960.

Fonte: www.wikialagoas.al.org.br/index.php/Campo_Grande#Etimologia

LEXICOGRÁFICA DE LAGOA DA CANOA

Topônimo: Lagoa da Canoa; **Taxionomia:** Ergotopônimo

Etimologia: composto latino: *lacus,-us* significa "lago, fonte" + *canaua*, canoa.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfema lexical *lago* + morfema classificatório vocal temática *–a* + forma dependente *de* + *a* = *da* + morfema lexical *cano* + morfema classificatório vocal temática *-a*

Informações Enciclopédicas: Distrito de Arapiraca antes de sua promoção a município, o lugar foi se desenvolvendo a partir de uma lagoa que atendia à agricultura e à pesca praticadas por seus primeiros habitantes. Como estes costumavam pescar de canoa na lagoa, o local passou a ser chamado de Lagoa da Canoa. Em épocas remotas, existia apenas a pequena lagoa na área onde foi edificada a cidade. Em 1842, dois casais – cujos nomes não constam nos anais – chegaram à região, construíram casas e implementaram a agricultura e a pecuária. Parte daí a colonização do território. Algum tempo depois, outras famílias também começaram a se instalar na localidade. Com a criação do município de Arapiraca, Lagoa da Canoa passou a integrá-lo na condição de povoado, mas com grande importância no contexto econômico, social e político. As fazendas de café trouxeram emprego e renda. Além disso, servia como ponto de apoio na estrada que ligava Arapiraca a Traipu e Girau do Ponciano. A sua evolução crescente culminou na elevação à categoria de município autônomo, em 28 de agosto de 1962, através da Lei nº 2.472. Desmembrado de Arapiraca, o novo município foi instalado oficialmente em 25 de janeiro de 1963. Logo após a emancipação, José Barbosa Ramos foi nomeado interinamente prefeito, para o período de 1962 a 1963. O primeiro prefeito eleito do município foi Antônio Francisco dos Santos, que governou de 1963 a 1969.

Fonte: www.wikialagoas.al.org.br/index.php/lagoa_da_canoa#Etimologia

FICHA TOPONÍMICA-LEXICOGRÁFICA DE LIMOEIRO DE ANADIA

Topônimo: Limoeiro de Anadia; **Taxionomia:** Fitotopônimo

Etimologia: composto de origem latina: *limon,-onis,* "planta da família das rutáceas + *anna* + *dies".*

Estrutura Morfológica: elemento específico composto de morfema lexical *lim-* + morfema classificatório vogal temática *-o* + morfema derivacional *-eiro*, forma dependente *de* + morfema lexical *an-* + morfema classificatório vogal temática *-a* + morfema lexical *di-* + morfema classificatório vogal temática *-a*

Informações Enciclopédicas: A tradição atribui o nome aos muitos limoeiros cultivados pelos primeiros colonizadores naquela área do Agreste. Inici-

almente, Antônio Rodrigues da Silva, dono de uma fazenda de gado, foi o primeiro proprietário da região. Segundo a tradição popular, havia um frondoso limoeiro naquele lugar onde costumavam descansar os caçadores que exploravam as matas. Afirma-se, principalmente, que foi encontrado um pé de limão ao lado da capela erguida em 1798 por Antônio Rodrigues. A referida capela estava sob a dupla invocação de Santa Cruz e de Nossa Senhora da Conceição do Limoeiro, por causa do pé de limão. Assim, em torno da capela e do limoeiro desenvolveu-se o povoado que, em razão de haver pertencido ao município de Anadia, ficou conhecido como Limoeiro de Anadia. Em 31 de maio de 1882, Limoeiro foi elevado à condição de Vila independente, pela Lei nº 866. Desmembrada de Anadia, teve a sua instalação oficial em 8 de janeiro de 1883. Fez parte da comarca das Alagoas (Marechal Deodoro) até 1883, quando passou a de Penedo, então criada juntamente com Anadia. Em 1938, passou a integrar à comarca de Anadia, criada nessa época. Finalmente foi elevada à categoria de comarca pela Lei nº 1.674, de 11 de novembro de 1952.

Fonte: www.wikialagoas.al.org.br/index.php/Limoeiro_de_Anadia#Etimologia

5. Considerações finais

Neste artigo, procuramos conhecer melhor o processo de transformação pelo qual passou a estrutura sociopolítica do município desde sua criação aos dias de hoje, observando as mudanças identificadas que ficaram registradas nos nomes que foram conferidos às cidades que constituem a microrregião de Arapiraca, demonstrando assim, que uma sociedade não é desvinculada da realidade em nível local.

No fenômeno linguístico de mudança toponímica, podemos destacar que dos 10 (dez) topônimos municipais aqui analisados, 6 (seis) topônimos apresentaram mudança em sua constituição por substituição sistemática e 4 (quatro) se mantiveram sem alterações. Sinalizando que houve uma tendência à mudança uma vez que 60 % do total do léxico estudado foi transformado ao longo do tempo.

É importante enfatizar que não registramos caso de mudanças por substituição espontânea, nem por transformações ou alterações no próprio topônimo. Sendo assim, o mecanismo de substituição sistemática se revelou o mais produtivo nesse processo de mudança linguística no léxico onomástico-toponímico municipal alagoano.

Como fatores condicionantes/motivadores à dinâmica da mudança, destacamos a questão da emancipação político-administrativa das localidades e presença marcante da Igreja, revelando a presença da fé e da crença, tradicionalmente católica, determinando as mudanças toponímicas.

Esses traços sociais condicionaram mudanças sistemáticas e estabelecidos por lei, normalmente sem consulta prévia à população dos municípios nomeados e a ela impostos pelas autoridades interessadas. Essa característica é bastante comum na toponímia.

Esses traços sociais ficam expressos em homenagens a figuras representativas que detêm o poder, geralmente integrantes da classe dominante, enquanto fonte motivacional recorrente na toponímia municipal de Alagoas ao longo da história, exercendo, desta maneira, uma forte influência na vida e na identidade da população de cada município desta microrregião

Quanto à estrutura morfossintática, os topônimos analisados apresentaram os três tipos de formas, a saber: 3 (três) elementos específicos simples: *Craíbas*, *Taquarana* e *Arapiraca*; 5 (cinco) elementos específicos compostos: *Feira Grande, Campo Grande, São Sebastião, Limoeiro de Anadia* e *Lagoa da Canoa* e; 2 (dois) elementos compostos híbridos: *Girau do Ponciano* e *Coité do Noia*. De acordo com os dados aqui analisados, podemos afirmar que a estrutura formada por elementos específicos compostos se revelou a mais produtiva lexicalmente.

Quanto à etimologia, podemos destacar que o étimo latino se revelou o mais produtivo na constituição das bases lexicais dos topônimos aqui analisados, cumpre ressaltarmos que, levando em consideração que um topônimo recebe influências internas e externas que podem ser únicas ou combinadas, apesar da existência dos povos indígenas na microrregião em foco, encontramos um número, relativamente baixo, de designativos de origem indígena, apenas 3 (três) topônimos de étimo tupi: *Craíbas, Taquarana* e *Arapiraca* e 1 (um) híbrido com base tupi: *Coité do Noia*, o que nos surpreendeu, pois esperávamos encontrar um índice maior nessa categoria.

Quanto à referência onomástica, compreendendo que no ato de nomear lugares esse nome pode ser dado por diversas motivações toponímicas, detectamos entre elas motivos políticos, religiosos, relativos à vegetação, à dimensão dos acidentes geográficos. Todavia, os resultados obtidos por meio da pesquisa mostraram a predominância dos nomes de natureza física, assim, ao escolher um nome o homem procurou retratar o que tinha de mais valioso no local. Na região do agreste alagoano, o estudo demonstrou a valorização dessa motivação toponímica em especial as espécies vegetações nativas da microrregião de Arapiraca o que consideramos uma tendência geral da toponímia brasileira.

É relevante percebermos que não importa qual o motivo na época da nomeação, mas a partir dela verificou-se que o nome de um lugar o torna único, o individualiza, o coloca no mapa, o nome não só representa um significado histórico, mas representa aspectos linguísticos, cultura, história, crença, os ideais daqueles que o habitam.

Finalizamos destacando que o estudo do léxico toponímico consiste em uma área e indagação linguística muito ampla, tornando este trabalho limitado na forma como aborda o assunto proposto, longe do ideal, mas que traduz o esforço do pesquisador com os problemas atinentes à toponímia alagoana, deixando para outro momento, perspectivas outras de investigação com maior aprofundamento de análises dos fenômenos toponomásticos.

Logo, ficam em aberto possibilidades para inquirições complementares, tendo em vista que é sempre possível a realização de análises mais exaustivas dos fenômenos linguísticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (*IBGE*). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 31-04-2014.

CARVALHINHOS, P. J. Interface onomástica/literatura: a toponímia, o espaço e o resgate de memória na obra de memórias da rua do ouvidor de Joaquim Manuel de Macedo. *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: CIFEFIL, v. 12, n. 10, p. 83-99, 2009. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xiicnlf/10/09.pdf>.

DAUZAT, Albert. *Le noms de lieux*: Origeneet évolution. Paris: Librairie Delagrave,1926.

DAUZAT, Albert. *Le noms de lieux*. Paris: Payot, 1971.

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxeonômicos*. 1980. – Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

______. Atlas toponímico: um estudo de caso. *Acta Semiotica et Linguis-*

tica, vol. 6, p. 27-44, 1996. São Paulo: SBPL.

DORION, Henri. Les relations entre la toponymie et les autres sciences sociales. *450 ans de noms de lieux française en Amerique du Nord*. Québec: Les Publications du Québec, 1984, p. 103-108.

CAMPS IGLESIAS, Alina; NOROÑA VILÁ, María Teresa. Aproximación al estudio de la toponimia cubana. *La Habana*: Academia de Ciencias de Cuba, Instituto de Literatura y Linguística, [s/d]

MELO, P. A. G. de. A formação neológica em textos jornalísticos escritos em língua portuguesa contemporânea no estado de Alagoas na última década do século XX. *Littera online*. Maranhão: UFMA, n. 2, v. I, p. 101-122, 2010. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/301/229>.

_____. Uma interface linguocultural: um estudo onomástico em topônimos da microrregião alagoana do Sertão do São Francisco. *Memento*, UNINCOR, Minas Gerais, v. 3, n. 1, jan.-jul. 2012.

SOUSA, A. M. de. *Desbravando a Amazônia Ocidental Brasileira: estudo toponímico de acidentes humanos e físicos acreanos*. 2007. – Tese (de doutorado). Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza.

TAVARES, Marineide Cassuci; ISQUERDO, Aparecida Negri. A questão da estrutura morfológica dos topônimos: um estudo na toponímia sul-mato-grossense. *Signum*: *Estudos Linguísticos*, Londrina, n. 9/2, p. 273-288, dez. 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/viewFile/3956/3160>.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria de mudança linguística*. Trad.: Marcos Bagno; revisão técnica Carlos Faraco; posfácio Maria da Conceição A. de Paiva e Maria Eugênia Lamoglia Duarte. São Paulo: Parábola, 2006.

SAUSSURE: SEU LEGADO E SUA INFLUÊNCIA NA LINGUÍSTICA MODERNA

*Paulo Mosânio Teixeira Duarte (*UFC)
saulus.conversus@gmail.com

RESUMO

Este trabalho se destina a avaliar a contribuição de Saussure (1977), mormente no que diz respeito à noção de língua e de signo. Consideramos não apenas o Curso, mas obras como a de Lopes (1997) e de Bouquet (2012). Hemos por bem mostrar contributos precedentes como de Gabelenz (COSERIU, 1980) para depois avaliarmos a contribuição do genebrino na glossemática de Hjelmslev (1975) e do Círculo Linguístico de Praga (FONTAINE, 1978). Deixamos para o final a sua gestação ambivalente de uma semiologia, hoje denominada de semiótica, semiologia ora vinculada a uma psicologia geral, a uma sociologia e, depois, a uma enigmática ciência fronteiriça entre as ciências humanas e a uma ciência da natureza. Foram avaliações sumárias, que podemos mais adiante desenvolver mais amplamente. Ficamos a dever uma incursão em Coseriu, cujo gênio de síntese e de autonomia, permitiu as bases de uma linguística de texto e de um sistema dinâmico, cujo eixo é a liberdade, conceito extraído de Kant, e o possibilismo. A inserção do mestre de Tübingen neste nosso texto empobreceria nosso trabalho e a valiosa contribuição do saudoso e erudito e genial Coseriu, que serviu de base para a excelente gramática de Bechara (2002).

Palavras-chave: Signo. Semiologia. Língua. Fala. Glossemática.

1. Introdução

Saussure (1977, p. 13) delimita como tarefa da linguística:

a) delinear a descrição e a história de todas as línguas que puder abranger;

b) buscar as forças que estão em jogo de modo permanente e universal em todas as línguas e, ao mesmo tempo, deduzir as leis gerais às quais se podem referir todos os fenômenos peculiares da história;

c) delimitar-se e definir-se a si própria.

Como vemos, o escopo estabelecido pelo mestre de Genebra requer demasiado fôlego. Descrever todas as línguas e traçar a história delas é um trabalho ingente, pois não temos condições de dizer com certeza que todas as línguas cuja história e descrição foram devidamente alcan-

çadas em sua totalidade. Por outro lado, é extremamente difícil procurar as forças que atuam de modo perene e universal em todas as línguas, bem como embasar as leis gerais atinentes aos fenômenos particulares à história das mesmas. Tarefa mais simples e que Saussure perseguiu ao longo dos seus cursos é delimitar e definir o objeto da linguística como estudo da língua com base em sistema de signos.

Isto posto, inferimos a partir do *Curso de Linguística Geral*, características de língua sobejamente difundidas:

a) a língua, sendo distinta da fala, é um objeto que pode ser estudado em separado.

b) a língua difere da linguagem por ser um sistema de signos nos quais o essencial é a conjunção do significante e do significado, sendo o primeiro uma imagem acústica e o segundo um conceito.

c) a despeito da diferença entre língua e fala, ambas são concretas, pois os signos linguísticos são associações confirmadas pelo consentimento coletivo.

A língua faz parte do organismo social, sendo, pois, exterior ao indivíduo que por si só não tem poder para criá-la nem exercer modificação sobre ela. Não tem existência senão como decorrência de um contrato interindividual. Neste particular, percebemos influência de Dürkheim que insistia na existência do fato social como entidade coercitiva sobre o indivíduo.

Como bem diz Coseriu (1980) a esse respeito ao falar das similaridades e diferenças entre as posturas de Georg von der Gabelenz e Dürkheim e Saussure:

> As ideias de Gabelentz não se mantêm, é verdade, sem modificações em Saussure. Muitas vezes o que em Gabelentz era apenas intuição ou, noutras vezes, mera observação marginal, converte-se em Saussure em tese explicitamente formulada, em parte de um sistema. Com seu espírito geométrico, Saussure transforma em antinomia o que em Gabelentz era apenas distinção metodológica, e em princípio o que em Gabelentz não era, muitas vezes, senão constatação. Além disso, ele combina as distinções de Gabelentz com teses de outros autores. Assim, por exemplo, a teoria saussuriana da língua e da fala é uma combinação da distinção puramente fenomenológica de Gabelentz e das teses de Dürkheim sobre o fato social; por outro lado, essa mesma teoria relaciona-se também com Madvig e, através Madvig, com Hegel. Entretanto, o núcleo do que Saussure deve a Gabelentz permanece perfeitamente identificável. (COSERIU, 1980, p. 257-258)

Gabelentz foi de fato um inovador e um precursor de proa. As noções de língua e fala, sincronia e diacronia, solidariedade, já se encontram em sua obra. Também as noções de linearidade do significante já se encontram em sua obra, bem como a comparação da interação linguística com a interação econômica no âmbito pecuniário. Gabelentz, tal como Saussure, identifica a língua como sistema complexo de cujos recursos os falantes fazem uso inconscientemente (COSERIU, 1980, p. 254-257). Na verdade, Saussure retoma uma longa tradição que bem se assentou nos estoicos que reconheciam três facetas: *semainon*, *semainomenon*, e *pragma*, respectivamente e aproximativamente, *nome*, *significado* e *objeto*. Evocam Saussure ao estabelecer uma diferença entre o *lógos* e o *não lógos*, ou sejam, o que está na linguagem e o que está fora dela. Platão discorre amplamente sobre o arbitrário do signo, no *Crátilo*. Aristóteles também especulou sobre o signo, reconhecendo sua expressão e seu conteúdo. Na longa trajetória de estudo sobre o signo, não podemos esquecer John Locke que falou explicitamente de um ramo da filosofia chamado semiótica.

Voltemos a Gabelentz. Não vamos nos prolongar no caráter precursor das investigações linguísticas do estudioso que foi injustamente esquecido, mas foi resgatado e aquilatado, e devidamente, por Saussure que soube tirar de suas postulações as devidas consequências. Lamentamos apenas que Saussure não o tenha mencionado em sua obra, o que não implica de forma alguma má fé do autor da *Mémoire*. Teria sido um erro de edição, já que Gabelentz tem notória semelhança com Saussure? Isto nos parece um desafio de natureza filológica. Não olvidemos que os cursos de Saussure são três, um deles editado por Bouquet e Engler (2012) e Godel (*apud* LOPES, 1997), porém não nos estenderemos na comparação das edições. Fica para outro momento.

O genebrino é consciente das relações que a linguística mantém com as outras ciências, nomeadamente a etnografia e a pré-história. Percebemos, no entanto, uma certa simpatia do estudioso para com a psicologia, já que a base psicológica se encontra nas manifestações materiais e mecânicas, a exemplo da troca de sons.

Saussure dá como certo de que a língua não se confunde com a linguagem. Todavia a tem como certo de que ela é uma parte essencial desta mesmo linguagem. Afinal, é um produto social da faculdade de linguagem e um aparato de convenções imprescindíveis incorporadas pela sociedade para facultar a manifestação desta faculdade nos indivíduos. É neste ponto que o Mestre difere de outros autores. Citemos, por exemplo,

Bloomfield (1933). Este linguista americano julga a língua como resultado de comportamento aprendido, fiel que é às diretrizes do behaviorismo radical. A língua é simplesmente mero comportamento e não existe faculdade de linguagem inata. Mesmo um mentalista como Sapir (1980) rejeita bases inatas para a linguagem e, consequentemente, para a língua. As emissões vocais pelo aparelho fonador de fato são complexas, porém este aparelho nada mais é do que adaptação de órgãos de diferentes sistemas que se conjugaram para poderem exercer o intercâmbio social.

Saussure não deixa muito clara sua posição quanto à definição de linguagem. Não se detém prolongadamente sobre a estrutura da mente humana como faz Chomsky, porém não nega os vieses biológicos inerentes à faculdade de linguagem como podemos depreender do trecho abaixo:

> Broca descobriu que a faculdade de falar se localiza na terceira circunvolução frontal esquerda; também nisso se apoiaram alguns para atribuir à linguagem um caráter natural. Mas sabe-se que essa localização foi comprovada por tudo quanta se relaciona com a linguagem, inclusive a escrita, e essas verificações, unidas às observações feitas sobre as diversas formas de afasia por lesão desses centros de localização, parecem indicar: 1º, que as perturbações diversas da linguagem oral estão encadeadas de muitos modos às da linguagem escrita; 2º, que, em todos os casos de afasia ou de agrafia, e atingida menos a faculdade de proferir estes ou aqueles sons ou de traçar estes ou aqueles signos que a de evocar por um instrumento, seja qual for, os signos duma linguagem regular. Tudo isso nos leva a crer que, acima desses diversos órgãos, existe uma faculdade mais geral, a que comanda os signos e que seria a faculdade linguística por excelência. E somos assim conduzidos a mesma conclusão de antes. (SAUSSURE, 1977, p. 18)

Saussure não se prolonga todavia em pormenores sobre a faculdade de linguagem. Não procede como Chomsky com sua teoria dos princípios e parâmetros, que é a marca registrada de sua teoria, não obstante os diversos percursos e percalços pelos quais ela passou. O objetivo de Saussure era estabelecer um objeto para a linguística e não convinha que se detivesse em detalhes de natureza cognitiva. Mesmo porque existe muita controvérsia sobre a natureza da linguagem e de sua relação com a mente humana (KENEDY, 2013), que leva a controvérsias entre modularismo e conexionismo.

No entanto, Saussure adota um ponto de vista semiológico para caracterizar a linguagem sem recorrer a hipóteses cognitivas. Ao lado do referido ponto de vista, apõe um enfoque de cunho dialético, o qual extraímos de Lopes (1997, p. 122).

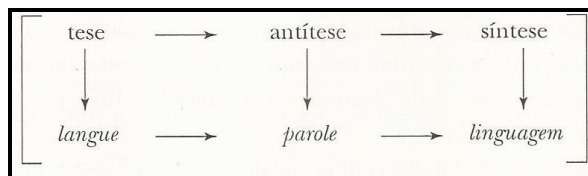



Figura 1

A nosso ver, há uma distância muito grande entre Saussure e Chomsky, convém ressaltar. Além de ter estabelecido hipóteses sobre o funcionamento da mente no que concerne à linguagem humana, Chomsky lançou ideias abstratas sobre a língua de forma a concebê-la como sistema formal e formalizado. Uma ideia cara ao autor é a de recursividade, que subjaz à noção de competência ligada ao falante e ouvinte ideal que conhece muito bem sua língua, não sofre lapsos de memória e é capaz de construir extensas frases desde que sejam gramaticais. Não importa a extensão das frases nem dos sintagmas, pois estamos diante de um construto que é o falante e ouvinte ideal. O ideal é que as entidades frasais obedeçam a regras que as tornam gramaticais. Sua ininteligibilidade para o leitor se deve a fatores reais como problemas de memória e de, pelo tamanho das unidades sintáticas, dificultar as relações lógicas.

É bom termos em mente que Saussure teve marcada formação sociológica oriunda de Bréal (1992), embora não tivesse absorvido as diretrizes sociológicas no plano da descrição linguística. Para Saussure, a língua é fundada em alicerces sociológicos, mas isto não implica que a sociologia deva servir de base para a descrição tal como fez Bréal na descrição diacrônica das mudanças de sentido.

As ideias saussurianas derivam de uma longa tradição. Whitney, muito admirado pelo mestre de Genebra, já tinha reconhecido o papel social da língua, seu papel instrumental. No entanto, Saussure o critica por considerar a língua uma instituição social semelhante às outras em todos os pontos e por ter exagerado a escolha humana nos órgãos vocais. Porém, o genebrino reconhece um ponto essencial nas teses do linguista americanos: "[...] a língua é uma convenção e a natureza do signo convencional é indiferente. A questão do aparelho vocal se revela, pois, secundária no problema da linguagem". (SAUSSURE, 1977, p. 18)

Sobre a língua e o arbitrário do signo, o mesmo Whitney admitiu que "a língua é uma instituição pura". Sendo assim, o linguista americano pousa a língua na sua correta direção. Mas, pondera Saussure em tom de crítica a Whitney, imbuído ainda de certa ideologia historicista:

> Mas ele não foi até o fim e não viu que tal caráter arbitrário separa radicalmente a língua de todas as outras instituições. Isso se vê bem pela maneira por que a língua evolui; nada mais complexo: situada, simultaneamente, na massa social e no tempo, ninguém lhe pode alterar nada e, de outro lado, a arbitrariedade de seus signos implica, teoricamente, a liberdade de estabelecer não importa que relação entre a matéria fônica e as ideias. Disso resulta que esses dois elementos unidos nos signos guardam sua vida própria, numa proporção desconhecida em qualquer outra parte, e que a língua se altera ou, melhor, evolui, sob a influência de todos os agentes que possam atingir quer os sons, quer os significados. Essa evolução é fatal; não há exemplo de uma língua que lhe resista. Ao fim de certo tempo, podem-se sempre comprovar deslocamentos sensíveis. (SAUSSURE, 1977, p. 90)

A língua é focada, em Saussure, nos desdobramentos de seu método como sistema de signos em que o importante é a relação entre significante e significado. Saussure rejeita, assim, rejeita a língua como mera nomenclatura. A língua é focada, em Saussure, nos desdobramentos de seu método como sistema de signos em que o importante é a relação entre significante e significado. Saussure rejeita, assim, rejeita a língua como mera nomenclatura. Descarta o que Eco (1974) chamada de *metafísica do referente*, assim expressa com veemência:

> [...] comumente falamos numa coisa chamada "Alpha Centauri", mas sem jamais tê-la experimentado. Com algum estranho aparelho, um astrônomo passou alguma vez por essa experiência. Mas nós não conhecemos esse astrônomo. Conhecemos apenas uma unidade cultural que nos foi comunicada através de palavras, desenhos, ou de outros meios. Em defesa ou pela destruição dessas unidades culturais (como de outras, tais como "liberdade", "transubstanciação" ou "mundo livre", estamos dispostos até mesmo a enfrentar a morte. Quando a morte chega, e só depois, ela é o único referente, o único evento não semiotizável (um semiótico morto não mais comunica teorias semióticas). Mas até um instante atrás é ela usada quando muito como unidade cultural. (ECO, 1974, p. 15)

Assim, o referente é construído pelo sentido e podemos entender seres míticos, como unicórnio e Pégaso, fenômenos religiosos, como ressurreição e reencarnação, entidades históricas, como Napoleão, César, entre outros.

Saussure está por ser devidamente compreendido vez que existem obras que precisam ser merecidamente consideradas, como os *Escritos de Linguística Geral,* editados por Simon Bouquet (SAUSSURE, 2002) e as de Godel (*apud* LOPES, 1997), isto sem considerar obras interpretativas, como *Identidade e a Diferença,* de Lopes (1997) e *Introdução à Leitura de Saussure,* também de Bouquet (2004). Há que considerar-se como ponto de partida o princípio da negatividade de natureza profundamente dialética, conforme extraído da passagem abaixo:

24 [Signos e negatividade]

Existe na língua:

1º Se for considerada em um momento dado: não apenas signos, mas também significações não separáveis dos signos, visto que estes não mereceriam mais seu nome sem a significação.

Em compensação, o que não existe são

a) as significações, as ideias, as categorias gramaticais fora dos signos; elas existem, talvez, exteriormente ao domínio linguístico; e uma questão muito duvidosa, a ser examinada, em todo caso, por outros que não o linguista;

b) as figuras vocais que servem de signos não existem mais na língua instantânea. Elas existem, então, para o físico, para o fisiologista, não para o linguista e nem para o sujeito falante. Assim como não há significação fora do signo a, assim também não há signo fora da significação.

2º Se, ao contrário, a língua for considerada ao longo de um período: Então, não existe mais signo nem significação, mas apenas figuras vocais. É o domínio da fonética.

1º A figura vocal, em si mesma, nada significa.

2º A diferença ou identidade da figura vocal em si mesma nada significa NADA.

3º A ideia em si mesma não significa nada.

4º A diferença ou a identidade da ideia em si mesma não significa NADA.

5º A unido do que tem uma significação para a língua é

a) a diferença ou a identidade da ideia SEGUNDO OS SIGNOS

b) a diferença ou a identidade dos signos conforme a ideia; as duas coisas estando, além disso, indissoluvelmente unidas.

A língua consiste, então, na correlação de duas series de fatos

1º Consistindo, cada um, em oposições negativas ou em diferenças, e não em termos que ofereçam uma negatividade em si mesmos.

2º existindo, cada um em sua própria negatividade, desde que, a cada instante, uma DIFERENÇA da primeira ordem venha se incorporar a uma diferença da segunda e reciprocamente.

Uma das consequências desse fato é que só se pode considerar uma unidade linguística qualquer (na perspectiva por época) fazendo intervir, explicitamente ou implicitamente, pelo menos quatro termos:

> 1º o signo em questão;
>
> 2º urna outro signo diferente;
>
> 3º uma parte (que será sempre muito [mais] pequena do que se pensa) do que está contido;
>
> 4º uma parte (igualmente muito pequena) [...]. (SAUSSURE, 2002, p. 67-68)

A propósito dos *Escritos de Linguística Geral*, vale a pena defender a tese de que eles instigam uma longa investigação, de tal maneira que podemos "construir" dois Saussures diferentes. À guisa de exemplificação, extraímos de Vinhais (2010) um fragmento da tabela de comparação entre o *Curso de Linguística Geral* e os *Escritos*:

Curso de Linguística Geral	*Escritos de Linguística Geral*	ANÁLISE COMPARATIVA
Trata da dificuldade em distinguir valor de significado, e da confusão que estes conceitos geram. O valor é determinado pelo concurso do que existe fora. Fazendo parte de um sistema, há não apenas a significação, mas também um valor, e são coisas diferentes.	"Nunca é demais repetir que os valores dos quais se compõe primordialmente um sistema de língua (um sistema morfológico), um sistema de sinais, não consistem nem nas formas nem nos sentidos, nem nos signos nem nas significações. Eles consistem na solução particular de uma certa relação geral entre os signos e as significações". (SAUSSURE, 2002, p. 30-31) "(...) Assim como não há significação fora do signo *a*, assim também não há signo fora da significação". (SAUSSURE, 2002, p. 67).	No *Curso de Linguística Geral* o autor está abordando a dificuldade em se distinguir valor de significado e, para tal, também recorre ao que é o valor linguístico. Nos *Escritos de Linguística Geral* percebe-se a forma é tratada por aquilo que entendemos por significante, tentando mostrar que signo em sua totalidade não é a mesma coisa que significações. Consideramos que, no *Curso de Linguística Geral*, a tentativa de separar significação do signo, em sua totalidade e em seu valor, foi mais frutífera e mais clara do que nos excertos que localizamos nos *Escritos de Linguística Geral*.
O significado tem uma relação verticalizada com o significante, aparece como contraparte da imagem auditiva.	"Assim, não apenas não haverá termos positivos, mas diferenças; mas, em segundo lugar, essas diferenças resultam de uma combinação da forma e do sentido percebido". (SAUSSURE, 2002, p. 62)	Saussure propõe no *Curso de Linguística Geral* que se considere a relação do significante com o significado, propondo-a verticalizada. Nos *Escritos de Linguística Geral*, propõe apenas uma combinação entre forma (entendemos forma como significante) e sentido (entendemos sentido como significado).

Tabela 1 (VINHAIS, 2010)

Vale mencionar, mesmo tomando como base o *Curso de Linguística Geral*, que outros autores que reconhecem a língua como sistema de signos são citados num longo estudo empreendido por Coseriu (1980, p. 15-66) como Locke, Aristóteles, Boércio e os gramáticos de Port-Royal. Menção especial cabe a Gabelenz para o qual Coseriu dedicou um capítulo inteiro (COSERIU, 1980, p. 213-265), mostrando passagens emparelhadas com as existentes do *Curso de Linguística Geral*, as quais demonstram familiaridade de Saussure com as ideias do linguista alemão. Isto posto, trataremos das ideias saussurianas no que concerne ao legado deixado em diversas escolas. Começamos por Hjelmslev (1975).

2. O legado hjelmsleviano

Hjelmslev (1975) tomou muito a sério o aforismo saussuriano de que a língua é forma e não substância. Claro que, junto à noção de forma vem a de valor, que supera o princípio do atomismo, do indivíduo e da substância, próprios do século em que predominou o historicismo e o positivismo. Assim, o todo é maior que soma das partes e o que vigora é a relação em função da qual um ente ganha seu *status*. Hjelmslev acabou por construir um modelo hipotético-dedutivo, que consuma a mais alta expressão do formalismo estruturalista, a glossemática. Para o linguista dinamarquês, a língua constitui-se de uma rede de funções sendo estas compreendidas no sentido matemático do termo. Conforme estabelece Llorach (1981):

> Es *función* toda dependencia establecida entre una clase y su elemento (una cadena y su parte, o un paradigma y su miembro) o entre los elementos (partes o miembros) entre sí. Por ejemplo, hay función entre una frase y los grupos fónicos que la forman; hay función entre el paradigma casual y el acusativo, o entre los grupos fónicos entre sí, o entre el acusativo y el ablativo. Los términos de una función serán sus *funtivos*, esto es, objetos que tienen función con otros objetos. Como puede haber función entre funciones, éstas pueden ser también *funtivos*. Los *funtivos* que no son a su vez funciones, se llamarán *magnitudes* como, en los ejemplos anteriores; los períodos, las frases, las palabras, las sílabas, el acusativo o el ablativo. (LLORACH, 1981, p. 32):

Existem três tipos de relação entre funtivos:

a) A implica B e B implica A (duas constantes);

b) A implica B, mas B não implica A (uma constante e uma variável);

c) nem A implica B nem B implica A (duas variáveis).

Estas relações funtivas podem dar-se no paradigma e no sintagma, recebendo denominações distintas conforme apareçam no primeiro ou no segundo. Dada a complexidade do quadro, apresentamos a tabela ilustrativa apresentada em Llorach (1981, p. 34).

Funciones		(Según intervengan en el decurso o en el sistema)	
		Relación (decurso)	**Correlación** (sistema)
(Según la naturaleza de sus funtivos) / (Una o más constantes) Conexión	*determinación* (constante y variable)	*selección*	*especificación*
Conexión / Reciprocidad	*interdependencia* (dos constantes)	*solidaridad*	*complementaridad*
(Funtivos homogéneos) Reciprocidad	*constelación* (dos variables)	*combinación*	*autonomía*

Tabela 2

O signo constitui um tipo de funtivo. Coseriu (1979c) interpreta a referida função do seguinte modo: uma relação de covariação entre forma da expressão e forma do conteúdo de modo que só existem signos diferentes se houver mudança simultânea nas duas formas. Exemplificamos com o italiano, tomando como exemplo as formas masculinas do artigo:

PE – Plano da Expressão ⟶ PC – Plano do Conteúdo

Lo (diante de palavras como *scolaro* e *zero*)

L’ (diante de palavra começadas com vogal) ⟶ artigo definido masculino singular

Il (nos demais ambientes)

Existe uma variação no plano da expressão que não corresponde todavia a uma variação no plano do conteúdo. Trata-se, portanto, do mesmo signo, ou, em termos gramaticais, do mesmo morfema. Exemplificando em português, com as duas desinências do imperfeito do indicativo *-va* e *-vam* (pronunciada como um ditongo ou monotongo) ambas as formas formam em conjunto um signo de imperfeito. São a mesma unidade no plano do conteúdo. Conforme diria em termos modernos Gleason [s/d]: são forma em distribuição complementar ou morfes que no conjunto perfilam o morfema de imperfeito do indicativo. Parece-nos, no

entanto, que Hjelmslev nunca usou o termo *morfe*.

O modelo hjelmsleviano é muito hermético. Por causa disto, nunca foi devidamente difundido, embora parte dos seus desdobramentos tenham ocorrido na semiótica greimasiana. Em primeiro lugar, parte de uma isomorfia dos planos da expressão e do conteúdo. Em termos simples, as categorias básicas que o plano cenemático (fonológico) apresenta também se fazem presentes no plano pleremático (relativo ao léxico e a gramática). Em ambos os planos existem as seguintes noções:

a) constituintes x expoentes: no plano cenemático, os cenemas e os prosodemas; no plano pleremático, os pleremas (raízes e afixos) e os morfemas (de gênero e número);

b) centralidade x marginalidade: por exemplo, vogais e consoantes no plano cenemático; raízes e derivativos no plano pleremático.

Hjelmslev parece separar léxico de gramática. No léxico, existem as raízes e os afixos derivativos; na gramática, os morfemas que podem ser extensos, no caso, os morfemas verbais, vez que se estendem por toda a frase e a caracterizam; e os intensos porque se confinam em um sintagma como os morfemas nominais de gênero e número. Aproveitamos o ensejo para acrescentar aqui que, no bojo da beleza platônica que representa um modelo hjelmsleviano, tão abstrato quanto o pensamento pode alcançar, a noção de extenso e intenso vale para os cenemas: a entonação é extensa porque permeia toda a frase e o acento, usado para dar ênfase a um segmento da frase, é de natureza intensa.

Essas noções de tensividade, a nosso ver, foram inspiradas em Ferdinand de Saussure quando o linguista suíço estuda a estrutura silábica em exaustivo estudo sobre plosão, explosão e implosão. Hjelmslev, tomado de *insight*, viu a possibilidade de estender o conceito de tensão ao âmbito de toda a sua glossemática. E quiçá o conceito de tensividade tenha inspirado a semiótica greimasiana.

Por ser muito abstrata e carregada de uma nomenclatura esotérica, a glossemática não teve a merecida difusão. E não esqueçamos que foi escrita em dinamarquês. Poucos autores se aventuraram a aplicá-la em suas línguas como Llorach (1981) e Togeby (1965), entretanto parece-nos que a incursão na fonologia ainda é um desafio, talvez porque a renegação da substância seja um grande problema no estudo do que Hjelmslev chama de cenemática. Coseriu (1979b) critica acerbamente o

geometrismo das postulações do mestre dinamarquês. Afirma que suas bases nominalistas impedem uma verificação empírica do modelo. Acoima a glossemática de platônica, indiferente ao uso. São longas suas críticas a Hjelmslev e cremos não valer a pena citá-las aqui. Coseriu não esconde sua simpatia pela fonética como coadjuvante nos estudos fonológicos, no que está plenamente de acordo com Trubetskoy e Martinet (cf. COSERIU, 1979b, p. 130-173).

Cremos que há decerto uma proliferação terminológica um tanto exótica na glossemática, mas particularmente não podemos deixar de reconhecer seus méritos. Falta denodo por parte de muitos autores para verificar as implicações dela numa análise linguística, o que se torna temerário por causa do forte esteio formalista. Todavia, as tentativas de linguistas do porte de Llorach (1981) mostram a possibilidade de aplicação da glossemática no seio da gramática.

A glossemática tem a vantagem de associar categorialmente segmento, o fonema, e suprassegmentos, a entonação ou sintonema, como é chamado no jargão hjelmsleviano. São respectivamente constituintes e expoentes.

É tentador e desafiante examinar o estudo glossemático numa categoria como a de modo, em que não raro há disparidade entre forma e sentido como em:

a) João lamenta que o pai esteja doente (fato, realidade no subjuntivo).

b) Embora esteja chovendo, irei dar aula (*idem*)

c) Confio que as coisas deem certo neste mundo conturbado (*idem*)

3. O Círculo Linguístico de Praga

O Círculo Linguístico de Praga divergia das propostas de Saussure em alguns pontos. Em primeiro lugar, por admitir uma pancronia, apenas porque o sistema guarda resíduos do passado. Ora, se o falante tem consciência disto, trata-se de uma consciência sincrônica da diacronia. Esta só se estabelece de fato quando existem incursões especializadas de estudiosos. Saussure, a propósito quando trata da pancronia, admite a possibilidade de esta existir, porém adverte que os resultados serão sem-

pre parciais. Devemos insistir no fato de que o sistema tal como o entendemos é dinâmico, e mesmo sendo assim, pode-se ter consciência da dinamicidade. Pode-se, por exemplo, verificar identidade parcial entre o verbo *vir* pleno e o verbo *vir* como auxiliar em exemplos como *João vem a escola* e *João vem vindo* uma vez que permanece o *sema* relacionado à direcionalidade do movimento. Dir-se-á o mesmo com relação a arcaísmos ou fenômenos sujeitos ao rendimento funcional, com fez Martinet (1973) ao estudar a diferença entre exemplos como *pâte* e *patte* em que as duas vogais tônicas tendem a desaparecer por franco rendimento. Feliz é a lição de Coseriu (1979a) que diz claramente ser a língua funcional sincronicamente, embora constituída diacronicamente.

Um outro fator criticável é a noção de teleologia nos sistemas que buscaria, por ser precário, um equilíbrio. A noção referida é um *a priori* acerbamente criticada por Coseriu (1979a), pois trata-se de uma *neoversão* do sistema como entidade viva, contra o que se insurge o mestre de Tübingen. No entanto, muitos estudos praguenses foram de grande valia entre os quais o de Trubetzkoy sobre Fonologia, no que concerne à natureza distintiva do fonema e às funções delimitativas e culminativas fonologicamente constituídas. Isto sem falar nos estudos jakobsonianos sobre diacronia eslava.

Acrescentemos que o Círculo Linguístico de Praga era um círculo heterogêneo que congregava estruturalistas dos mais diversos matizes como Martinet, Tesnière e funcionalistas como Bühler e Jakobson, embora este último oscilasse entre o estruturalismo e o funcionalismo. São conhecidas as funções da linguagem postuladas pelos mesmos, embora diferentes quanto ao número e abordagem. São, respectivamente, conforme os conhecidos fatores sobre os quais não comentaremos:

a) Bühler:

   Fatores: contexto, emissor, receptor. Funções respectivas: referencial, expressiva, conativa.

b) Jakobson:

   Fatores: contexto, emissor, receptor, canal, código, mensagem. Funções respectivas: referencial, expressiva, conativa, fática, metalinguística, poética.

As funções remetem a fatores extralinguísticos e nisto diferem daquelas estabelecidas por Halliday, a ideacional, interpessoal, a textual, que partem de funções para o interior do sistema daí o nome de sistêmica

atribuído à proposta do linguista britânico. Ademais, Jakobson postulou no feixe de funções uma função predominante no interior do texto, o que é difícil de ser detectado. Prova disto, é que no seu livro *Linguística e Comunicação* [s/d], ao analisar a propaganda *I like Ike* (*Ike* é hipocorístico de *Eisenhauer*, então candidato à presidência da república nos EUA), identificou a função conativa. Para alguns, seria mais óbvia a função poética, a projeção do eixo das equivalências no eixo das simultaneidades, a mais linguística das funções, pois o centro é a mensagem. Daí merecer mais atenção de Lopes [s/d] que, conjugando Jakobson e Peirce, considera a função poética como interpretante do contexto, por oposição à função metalinguística, confinada ao código, a *langue*.

Muito consequentes, pelo menos no âmbito da função textual, foram os estudos de Danes e Mathesius, o que não significa que Jakobson não tenha apresentado proposta digna de ser considerada, como esta abaixo, extraída de Bechara (2002), no que diz respeito às funções verbais:

> Tomando em consideração os atos de fala relacionados com as funções verbais, distingue
>
> Jakobson:
>
> a) o ato de fala em si mesmo (F)
>
> b) o conteúdo do ato de fala, isto é, o comunicado (C)
>
> c) o acontecimento, isto é, tanto o ato de fala quanto o comunicado (A)
>
> d) os participantes neste acontecimento (P)
>
> Desta relação se extraem quatro conceitos fundamentais:
>
> a) um acontecimento comunicado (AC)
>
> b) o próprio acontecimento do falar (AF)
>
> c) os participantes no acontecimento comunicado (PC)
>
> d) os participantes no acontecimento da fala (PF) (BECHARA, 2002, p. 210-211)

Muito há que dizer sobre o Círculo Linguístico de Praga, mas cremos que, nos limites de um artigo, já nos pronunciamos o suficiente.

4. *Linguística: fonologia e gramática. Ilustração da proposta saussuriana*

É bom lembrarmos que no *Curso de Linguística Geral* há duas definições de fonema:

a) entidade opositiva, relativa e negativa;

b) entidade que pertence à língua, pois o som por si mesmo é coisa secundária que a língua coloca em funcionamento.

O item B parece não descarta o item A, pois a matéria pode ser participante da forma, desde que constitua elemento distintivo dentro dela, como bem disse algures Coseriu: a língua é uma forma numa substância. O linguista ítalo-romeno se opunha tenazmente ao Formalismo da glossemática de Hjelmslev, que reduziu o fonema a uma entidade muito abstrata que ele chamou de *cenema* (do grego *kenós*, “entidade vazia”). Para Coseriu (1979b), a glossemática tem um forte viés platônico, vez que nela se vislumbra aquilo que é caro às posturas idealistas: a identidade entre ser e pensamento. No entanto, apesar da aparente complementaridade entre A) e B), indagamo-nos se o exposto em B) não se refere à manifestação do fonema no eixo sintagmático, em virtude da afirmação *coisa secundária que a língua coloca em funcionamento*. Há a nosso favor todo um longo capítulo sobre a estrutura fonêmica na cadeia falada. Seria porque Saussure só consideraria sintagmática a sílaba? Seria o fonema entidade ideal na langue, sem a presença de traços distintivos? A pesquisar.

O signo, enquanto entidade sincrônica, encontra algumas possíveis objeções na descrição linguística. O problema já avulta em Morfologia. Todos conhecem os famosos casos de relações paradigmáticas em que embora haja motivação significante, não há motivação significativa. A exemplo de: *conduzir, condução, condutor; receber, recepção, receptor.*

Se considerarmos as relações paradigmáticas via significante, darnos-emos conta de que existem entidades mórficas, por exemplo, *con + duzir, con+du+ção, con+du+tor*; *re+ceber, re+cep+ção, re+cep+tori.* Falta também uma condição para a existência do signo: o significado. Rocha (1998), em sua obra sobre morfologia, propõe uma alternativa: a lexicalização estrutural, que consiste na subtração de sílabas do verbo para gerar nomes e adjetivos: *condu*(*zir*) + *ção* > *condução*; *receb*(er) + *ção* > *recepção*.

A complexidade da proposta aumenta em casos como estes:

a) corrigir/correção/correto

   erigir/ereção/ereto

b) suprimir/supressão/supressivo

   reprimir/repressão/repressivo

   deprimir/depressão/depressivo

c) reter/retenção

   conter/contenção

   deter/detenção

A supressão silábica nos casos supra vem, mas seguida de alteração no radical, a não ser que apresentemos processos deselegantes, como: *er*(*eção*), *repr*(*essão*). Em c) ainda teríamos que postular a trocar de [e] por [eN]. Em alguns exemplos, há forte alteração de sentido, como *erigir*/*ereção*, em que verbo e nome são diversos semanticamente.

A propósito existem, além de problemas fonológicos patentes, divergências de sentido ao lado de convergências entre verbos e derivados:

a) por/posição

   apor/apos(ição)

   repor/reposição

Todavia:

b) supor/suposição

   propor/proposição

   depor/deposição

A lista b) destoa semanticamente da lista a). Além disto, verifiquem-se os resultados na cadeia de significantes: *repos*(ição), *depos* (*ição*).

O problema piora com os chamados derivados regressivos, identificáveis precariamente com um critério semântico: correspondência entre nomes de ação e verbos correspondentes. Qual vem primeiro: troca e trocar? Não sabemos. Said Ali (1966) julga que a questão é diacrônica, mas cremos que só em parte, como deduzimos de:

a) *cansar* > *cansaço*, mas *descansar* > *descanso*;

b) *mata* > *desmatar* > *desmate*.

Está claro que o nome é o derivado. Mas por analogia e não por critérios diretos de adição de prefixos e de sufixos.

Na lexicalização estrutural, já referida de fato a redução silábica com posterior acréscimo de morfema é um processo esdrúxulo em português. Poderíamos sim colocar na lexicalização estrutural o que as gramáticas estruturais chamam de *morfema subtrativo*. A exemplo de: *anão*/ *anã*, *capitão*/*capitã*, *mau*/*má*. O morfema é a subtração do que a gramática tradicional chama de semivogal. Sendo esses casos de natureza marginal, melhor seria colocá-los à parte, com reais exemplos de lexicalização estrutural. A vogal complexa (pois o que existe na verdade é uma vogal e não um ditongo, conforme explicita Saussure na estrutura silábica) se simplifica numa vogal mais simples. Melhor é ignorar exemplos de lexicalização estrutural como diacronia na sincronia, porque aquela se presentifica nesta. Vale o mesmo para alguns casos de derivados regressivos.

Em sintaxe, fatores discursivo-pragmáticos intervêm na transitividade como o pronome oblíquo átono em exemplos como *Beijo-lhe* as *mãos* (cf. LIMA.1985). *Lhe* é classificado por Lima como objeto indireto, mas a valência de *beijar* é do tipo (SN, SN). Não cremos que o falante “sinta” o pronome como actante. Examinemos exemplos como estes:

a) João não mora, se esconde

b) Miriam prometeu amar o marido para sempre

c) A água fervendo de tão quente quase evaporou toda

d) Vende-se casas

e) Falam mal de professores nos colégios.

f) José vai à Universidade.

g) Leo vem de Brasília

No primeiro caso, o foco é contraste entre verbos, o que impede a entrada de actantes. No segundo e no terceiro, as formas nominais impedem a entrada do sujeito. No quarto e no quinto, houve redução de valência, por ser importante apenas a informação verbal, não os agentes, semanticamente humanos. Esta intervenção funcional demove irreversi-

velmente os agentes. Entra em jogo a função textual da linguagem, vinculada à informação, no sentido funcionalista do termo (cf. HALLIDAY, 1985). Nos dois últimos fatores frequenciais, implicam não reconhecer-se na valência abstrata, respectivamente, os papéis de origem e de meta, pois, nas situações comunicativas, estes costumam ser implícitos.

Como vemos, fatores puramente estruturais não são suficientes no reconhecimento das funções e dos papéis, no sentido funcionalista destes termos.

5. *E a semiologia?*

É conhecido o esquema de comunicação apresentado por Saussure no *Curso de Linguística Geral*:

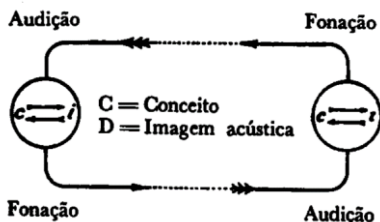



Figura 2 (*Curso de Linguística Geral*, p. 20)

O genebrino explica o esquema desta interação:

A) a parte externa constante de vibração de sons que migram da boca do falante ao ouvinte é um dos aspectos.

B) uma parte psíquica e a outra de caráter não psíquico incluindo a segunda não excluem os fatos fisiológicos dos quais os órgãos são a sede e os fatos físicos externos ao indivíduo.

C) no circuito de postulado, é ativo o que sai "do centro de associação de uma das pessoas ao ouvido da outra, e passivo tudo o que vai do ouvido desta ao seu centro de associação".

Já citamos o conhecido aforismo saussuriano segundo o qual significante e significado são ambos de natureza psíquica. Porém uma questão se avulta: existe um fenômeno inteiramente psíquico, que é o conceito. Na interação, há um caráter psicofísico: a emissão sonora e a atividade sobre o outro, no concernente ao conceitual. O significante, no eixo

sintagmático ganha uma dimensão psicofísica, reiteramos. No plano paradigmático, podemos falar, talvez, do significante como entidade psíquica.

Saussure explica da seguinte maneira:

> Esta análise não pretende ser completa; poder-se-iam distinguir ainda: a sensação acústica pura, a identificação desta sensação com a imagem acústica latente, a imagem muscular da fonação etc. Não levemos em conta senão os elementos julgados essenciais; mas nossa figura permite distinguir sem dificuldade as partes físicas (ondas sonoras) das fisiológicas (fonação e audição) e psíquicas (imagens verbais e conceitos). De fato, é fundamental observar que a imagem verbal não se confunde com o próprio som e que é psíquica, do mesmo modo que o conceito que lhe está associado. (SAUSSURE, 1977, p. 20)

Mais adiante, em função do esquema, apresenta uma proposta em que fundamenta essa relação emissora e receptiva:

> Pelo funcionamento das faculdades receptiva e coordenativa, nos indivíduos falantes, é que se formam as marcas que chegam a ser sensivelmente as mesmas em todos. De que maneira se deve representar esse produto social para que a língua apareça perfeitamente desembaraçada do restante? Se pudéssemos abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua. Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo. (SAUSSURE, 1977, p. 21)

Uma vez tendo exposto o esquema comunicativo, ainda que rudimentar, para evitar talvez aspectos cognitivos ligados à antecipação e à reconstrução de mensagens entre emissor e receptor, Saussure apresenta o esboço de sua semiologia:

> Pode-se, então, conceber urna ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social; ela constituiria uma parte da psicologia social e, por conseguinte, da psicologia geral; chamá-la-emos de semiologia 1 (do grego *semeion*, "signo"). Ela nos ensinará em que consistem os signos, que leis os regem. Como tal ciência não existe ainda, não se pode dizer o que será; ela tem direito, porém, à existência; seu lugar está determinado de antemão. A linguística não é senão uma parte dessa ciência geral; as leis que a semiologia descobrir serão aplicáveis à linguística e está se achará destarte vinculada a um domínio bem definido no conjunto dos fatos humanos. (SAUSSURE, 1977, p. 24)

Esta semiologia, segundo o *Curso de Linguística Geral*, não descaracterizaria a linguística, uma vez que

> (...) quando se percebe que o signo deve ser estudado socialmente, retêm-se apenas os caracteres da língua que a vinculam às outras instituições, as que

> dependem mais ou menos de nossa vontade; desse modo, deixa-se de atingir a meta, negligenciando-se as características que pertencem somente aos sistemas semiológicos em geral e à língua em particular. O signo escapa sempre, em certa medida, a vontade individual ou social, estando nisso o seu caráter essencial; é, porém, o que menos aparece à primeira vista. (SAUSSURE, 1977, p. 25)

No entanto, Saussure titubeia no que se refere ao mister da semiologia. Não nos mostra em nenhum momento o formato desta psicologia geral. Segundo Naville (*apud* LOPES, 1997), o carro-chefe seria a sociologia:

> F. de Saussure insiste sobre a importância de uma ciência amplamente geral, a que chama *semiologia,* e cujo objeto seriam as leis da criação e da transformação dos signos e de seus sentidos. A semiologia é uma parte essencial da sociologia. Como o mais importante dos sistemas de signos é a linguagem convencional humana, a ciência semiológica mais avançada é a linguística, ciência das leis da vida ela linguagem. (NAVILLE, *apud* LOPES, 1997, p. 70)

Como se não bastasse tanta hesitação, citamos ainda, para esclarecimento de quem nos lê, o excerto abaixo, na senda de Wunderli (*apud*, LOPES, 1997):

> Discutimos para saber se a linguística pertenceria a ordem das ciências naturais ou das ciências históricas. Ela não pertence a nenhuma das duas, mas a um compartimento das ciências que, se não existe ainda, deveria existir com o nome de *semiologia*, quer dizer: ciência dos signos, ou estudo do que acontece assim que o homem tenta significar seu pensamento por meio de uma convenção necessária. (WUNDERLI, *apud* LOPES, 1997, p. 70):

Bouquet (2012, p. 159) cita as aulas de Saussure, em que este defende a presença de uma semiologia, presença que, segundo o autor, corresponde a uma *perspectiva radical* e um *requisito metodológico radical.* Bouquet depois nos mostra formulações pouco claras sobre a relação entre psicologia e linguística. Conseguiria esta adentrar aquela ou vice-versa? Os fenômenos da língua, caso fossem acatados na psicologia, bastariam por si sós, conforme citação na página 170. Psicólogos e até filósofos considerariam a língua como nomenclatura, existe “a determinação recíproca dos valores da língua pela sua própria coexistência” (citação colhida por Bouquet, página 171). Na página 172, Bouquet remete em citação, a “um estudo do fenômeno sócio-histórico que atrai que atrai imediatamente o turbilhão de signos na coluna vertical [...]. O início de uma compreensão por parte dos psicólogos só pode vir de um estudo das transformações fonéticas”.

Nos termos em que a semiologia foi posta, demasiadamente ambivalente ou obscura, oriunda de passagens esparsas que requerem sínte-

se, trabalho para linguistas, filósofos e filólogos. Até hoje está por ser gestada, justamente por não saber-se que carro-chefe considerar. Em alguns trechos, chegamos mesmo a pensar que a linguística o é. E a semiótica discursiva greimasiana nasceu sem o carro-chefe, e com pragmática mal assumida como a debreagem e a embreagem, colocadas no nível discursivo, o que não nos convence. Sem falar de modalidades, como alética, epistêmica, veredictória, que são pragmáticas, queiramos ou não.

A propósito, vale ressaltar que na linguística funcional sistêmica, Halliday (1985) reconhece a pragmática como função incorporada no sistema. Vale o mesmo para a funções ideacional ou representativa e interpessoal, ligada às trocas.

Difícil deixar a pragmática de lado, face a um exemplo como o dos *Cânticos dos Cânticos*, em que a amada tem peitos grandes como a torre dos Líbano, e dentes brancos alinhados como ovelhinhas. Belo e receptivo para um pastor que deseja mulheres fortes e prontas para o pastoreio. Mas belo em nossa cultura? A semiótica precisa de ancorar-se na cultura dos povos, acreditamos. Eco (1980, p. 136) propõe uma teoria da produção sígnica, que envolveria:

a) o processo de MANIPULAÇÃO do continuum expressivo

b) o processo de CORRELAÇÃO da expressão formada por um conteúdo;

c) o processo de CONEXÃO entre estes sinos e eventos reais, coisas ou estados do mundo.

Advoga pela conjunção dos três princípios, e, “uma vez colocado o problema da formação do continuum expressivo, nasce o da sua relação com o conteúdo e com o mundo”.

6. Considerações finais

Terminamos nosso trabalho sem falarmos de Coseriu, que precisa de um artigo especial, que o coloque no devido lugar de proa, de estudioso que rejeitou noções de sistemas exteriores ao indivíduo, que propôs um sistema cuja base é o homem no seio de um sistema possibilista, que reuniu em feliz síntese Aristóteles e Humboldt para falar de saberes, competência linguística, do falar em geral, sem esquecer o indivíduo.

Noutra obra (1979b), conjuga propostas saussurianas com as de Bühler, sobre ação e ato linguístico.

Para outro momento, discutiremos o arbitrário, absoluto ou relativo em Saussure e cotejá-lo com a iconicidade, cara ao funcionalismo, extraído de Peirce. A extensão e a natureza do assunto dispersariam nosso trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

BLOOMFIELD, L. *Language.* New York: Henry Holt Company, 1933.

BOUQUET, Simon. *Introdução à leitura de Saussure.* São Paulo: Cultrix, 2004.

BRÉAL, Michel. *Ensaio de semântica.* São Paulo: PUC-SP, 1992.

COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história:* o problema da mudança linguística. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979a.

______. *Teoria da linguagem e linguística geral.* Trad.: Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979b.

______. *Lições de linguística geral.* Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979c.

______. *Tradição e novidade na ciência de linguagem*. Rio de Janeiro: Presença, 1980.

ECO, Umberto. *As formas do conteúdo.* São Paulo: Perspectiva, 1974.

______. *Tratado geral de semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1980

FONTAINE, Jacqueline. *O círculo linguístico de Praga*. São Paulo: Cultrix, 1978.

GLEASON Jr., H. A. *Introdução à linguística descritiva*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, [s/d].

HALLIDAY, M. A. K. *Introduction to a functional grammar*. Baltimore: Edward Norton, 1985.

HJELMSLEV, Louis T. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem.* São Paulo: Perspectiva, 1975.

JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação.* São Paulo: Cultrix, [s/d].

KENEDY, Eduardo. *Curso básico de linguística gerativa.* São Paulo: Contexto, 2013.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

LLORACH, Emílio Allarcos. *Gramática estructural.* Madrid: Gredos, 1981.

LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, [s/d].

LOPES, Edward. *A identidade e a diferença*: raízes históricas das teorias estruturais da narrativa. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

LYONS, John. *Introdução à linguística teórica.* São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979.

MARTINET, André. *Elementos de linguística geral*. Lisboa: Sá da Costa, 1973.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis *Estruturas morfológicas do português.* Belo Horizonte: UFMG, 1998.

SAID ALI, Manuel. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

SAPIR, Edward. *A linguagem.* São Paulo: Perspectiva, 1980.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral.* São Paulo: Cultrix, 1977.

______. *Escritos de linguística geral.* Organizados por Simon Bouquet. São Paulo: Cultrix, 2012.

TOGEBY, Knud. *Structure inmanente de la langue française*. Paris: Larousse, 1965.

VINHAIS, Eminéia Aparecida. Saussure: uma teoria e dois destinos? *Revista Eutomia*. Ano III, v. 2, Dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.revistaeutomia.com.br/volumes/Ano3-Volume2/linguistica-artigos/linguistica_eminea_aparecida_vinhais.pdf>. Acesso em: 31-05-

2014.

O TEXTO E A PESQUISA LINGUÍSTICA, FILOLÓGICA E LITERÁRIA[16]

José Pereira da Silva (UERJ)
pereira@filologia.org.br

Antonio Carlos Santana de Souza e Maria Leda Pinto (Orgs.). *Produção de texto oral e escrito*: estudos e pesquisas da pós-graduação. Curitiba: Appris, 2014.

http://www.editoraappris.com.br

É interessantíssima a relação entre texto e pesquisa nas atividades do profissional de letras, seja como docente, explorando os textos de outros ou ensinando a produzir e interpretar com segurança, seja como pesquisador, produzindo ou restaurando conhecimento já fixado.

Apesar das importantes reflexões trazidas pelos autores deste volume, não poderei ater-me com profundidade em análises abrangentes que remetam o leitor a todos os capítulos ricamente apresentados aqui. Por isto, serão feitas referências específicas aos capítulos produzidos por Marcelo Módolo, Helena Nagamine Brandão, Silvane Aparecida de Freitas, Maria Leda Pinto e Léia Teixeira Lacerda, sem qualquer sombra de menosprezo pelos demais trabalhos.

I

Quando Marcelo Módolo (2014) reflete sobre a correlação, demonstrando que ela proporciona “vigor a um raciocínio, estabelecendo coesão entre sentenças e sintagmas”, fazendo menção especial aos “textos apologéticos e enfáticos”, apresenta uma lição clara sobre a importância da correlação na estrutura de um texto, lembrando que ela “concorre para que se destaquem as opiniões expressas, a defesa de posições,

[16] Uma versão deste texto, escrita em 2013, saiu como prefácio do livro *Produção de Texto Oral e Escrito*: *Estudos e Pesquisas da Pós-Graduação*”, organizado pelos professores Antonio Carlos Santana de Souza e Maria Leda Pinto.

a busca de apoio, muito mais do que por informarem com objetividade os acontecimentos". (MÓDOLO, 2014, p. 76)

A correlação é, sem dúvida, de grande importância na retórica, que Luís Antônio Verney (1991) definiu como "a arte de persuadir".

Além dessa importante lição, ainda pode ser destacada a relação demonstrada relativamente a elementos hoje estudados profundamente pela análise do discurso, lembrando que os interlocutores (autor e leitor) não podem jamais se ignorar durante o diálogo, sendo absolutamente necessário que sejam observadas "a constituição do locutor e do interlocutor, a seleção e elaboração de um tópico conversacional e as rotinas da conversação", porque "o texto é o resultado dessas negociações". (MÓDOLO, 2014, p. 78)

Parece até que Marcelo Módolo está se lembrando do belo poema de João Cabral de Melo Neto (1975, p. 19), que ensina: "Um galo sozinho não tece uma manhã:/ ele precisará sempre de outros galos."

II

Pelo espaço que me coube como prefaciador não pude apontar tantas importantes lições apresentadas por Helena Nagamine Brandão no capítulo que tão bem desenvolve.

Ainda na mesma linha de raciocínio em que o texto (tanto escrito quanto oral) é visto como o tecido de mensagens (explícitas ou não) entre locutores, ao modo dos galos de João Cabral, ensina a professora Helena:

> Quando se recebe um panfleto, deve-se ser capaz de determinar se ele pertence ao tipo de discurso religioso, político, publicitário...; ou seja, em qual cena englobante é necessário se colocar para interpretá-lo, em nome de quê o referido folheto interpela o leitor, em função de qual finalidade ele foi organizado. (BRANDÃO, 2014, p. 219-220)

Sem essa percepção globalizante, situando-se o discurso no contexto em que é produzido e transmitido, o texto pode tomar um sentido não correspondente à intenção do enunciador. Daí se conclui que o texto não é completamente produzido pelo enunciador. Este é apenas o primeiro "galo", que inicia diálogo, porque o restante do texto é construído pela "leitura" do destinatário, leitor ou enunciatário, ajudado pelo contexto.

Ciente do sentido etimológico e ainda atual da palavra "texto", Brandão nos lembra que a sua tessitura "não é imposta pelo tipo ou pelo

gênero de discurso, mas instituída, construída pelo próprio discurso". (*Idem*, p. 220) Ou seja, exemplificando com o discurso publicitário:

> em vez de seguir as normas que instituem o gênero de discurso publicitário, um anúncio pode apresentar uma cenografia variante ao simular uma conversa íntima, numa linguagem coloquial entre a locutora (que fala sobre sua vida, suas realizações) e a leitora. (*Idem, ibidem*)

Segundo Dominique Maingueneau, citado por Helena Nagamine Brandão, o texto é realmente construído pelo quadro cênico, em que o leitor é transformado em coautor do texto. Neste caso, o enunciador exerce um papel específico e fundamental na construção do sentido, utilizando a linguagem de uma forma pessoal, criando ou transgredindo códigos genéricos e dando início ao processo, porque "é a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para constituir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala [...] Desse modo, a cenografia é ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra". (MAINGUENEAU, 2001, p. 87, *apud* BRANDÃO, 2014, p. 220)

Há textos em que o gênero é mais determinante que em outros, marcando muito fortemente o seu estilo e inibindo a criatividade do autor, como é o caso de

> cartas comerciais, requerimentos, lista telefônica, textos cartoriais e administrativos são fórmulas e esquemas composicionais pré-estabelecidos sobre os quais há forte controle sendo, portanto, pouco ou nada sujeitos a variações estilísticas (BRANDÃO, 2014, p. 222)

Em compensação, há gêneros textuais em que o estilo individual pode ser mais livre e ricamente explorado. Assim, "certos tipos de anúncios publicitários, letras de música, textos literários constituem gêneros que incitam à inovação, provocam rupturas em relação ao esperado, revelando-se inusitados em relação ao gênero original". (*Idem, ibidem*)

III

Como já é natural, tudo que fazemos pode ser ótimo, mas pode ser melhorado sempre. Por isto, a revisão e as reformulações dos textos são ilimitadas e não podem ser descartadas. Para isto, lembra a professora Silvane Aparecida de Freitas,

> A reflexão gramatical deve ocorrer no âmbito de estratégias orientadas para a resolução de problemas linguísticos: manifestados em intervenções orais, na interpretação ou no aperfeiçoamento de textos; antecipados pelo professor a partir de debates, de leitura de obras e de textos produzidos pelos alu-

> nos. (FREITAS, 2014, p. 274)

Na escola, para se conseguir um conhecimento assistemático da estrutura linguística cada vez melhor, a leitura deve estar integrada à escrita, através da "prática da análise linguística". (*Idem, ibidem*)

Em seu trabalho sobre "Análise linguística no ensino médio", Márcia Mendonça (2006, p. 204) a apresenta como

> uma alternativa complementar às práticas de leitura e produção de texto, dado que possibilita a reflexão consciente sobre fenômenos gramaticais e textual-discursivos que perpassam os usos linguísticos, seja no momento de ler/ escutar, de produzir textos ou de refletir sobre esses mesmos usos da língua. (FREITAS, 2014, p. 275)

E a professora Silvane conclui, pouco adiante, comentando que "A análise linguística inclui tanto o trabalho sobre as questões tradicionais de gramática quanto questões amplas a propósito do texto" (*Idem, ibidem*), levando o estudante "a refletir sobre a língua, conhecer sua estrutura e relacioná-la com a significação maior, a funcionalidade". (*Idem*, p. 278)

Cabe à escola ensinar como deve ser utilizada a língua em situações formais, tanto da língua falada quanto da escrita. Mas isto não a exime de ensinar como funciona o idioma em todos os seus níveis, visto que é nessa enorme variação que ela é praticada na comunicação diária. Pelo contrário, é a partir do conhecimento de sua funcionalidade na produção de textos orais e escritos que se deve aprender a língua.

A exploração do silêncio e do ritmo da frase na construção dos sentidos é extremamente importante, no texto oral. Do mesmo modo, a sua marcação pela pontuação no texto escrito precisa ser cuidada com muito carinho, porque ela "é fundamental na produção de significados de um texto, é a partir dela, que podemos marcar melhor a expressividade, as ironias, as interrupções de pensamento, os sobressaltos, as admirações, as explicações". (*Idem*, p. 279)

A língua escrita não é natural como a língua oral. Por isto, caberá ao professor explicar as normas que deverão ser

> aprendidas pelo aluno e usadas na escrita de textos, tais como: pontuação, escrita correta das palavras, maiúsculas, segmentação de palavras, frases e parágrafos, adequação dos tempos verbais, uso adequado do discurso, conforme a situação comunicativa. (*Idem*, p. 280-281)

Citando a portuguesa Olívia Figueiredo (2005, p. 109), Silvane

Aparecida de Freitas lembra que

> [...] o aluno precisa produzir e reproduzir os seus próprios textos, comentá-los e reescrevê-los. Assim, a sua *competência gramatical* vai-se adquirindo na prática da escrita-leitura e na reflexão sobre o *funcionamento da língua* aquando da produção-recepção de textos, sejam eles orais e escritos. (FIGUEIREDO, *apud* FREITAS, 2014, p. 284)

Todo e qualquer texto (oral ou escrito) produzido é constituído de elementos da língua e jamais será totalmente criado pelo enunciador, como ilusoriamente parece. Na verdade, todas as palavras articuladas e cada sílaba pronunciada ou escrita, já fazem parte do sistema linguístico apreendido e utilizado na produção e compreensão do texto.

Por isto, refletindo sobre os valores temporais e aspectuais utilizados nas sequências textuais e a importância de sua seleção na significação textual, a professora Silvane se abona com Ana Cristina Macário Lopes (2005, p. 154), para lembrar que a relação aspectual e temporal "que permite a representação dos eventos que se sucedem no eixo cronológico e configuram a história contada são recursos linguísticos/gramaticais", evidenciando que é "importante uma real articulação entre prática de leitura e de escrita, centradas no texto e reflexão sobre a língua". (FREITAS, 2014, p. 289)

Defendendo que é preciso se "preocupar com os usos efetivos da linguagem, seu funcionamento e a produção de significados dos textos", a professora Silvane, implicitamente, concorda com Regina Zilberman, quando escreveu que "a leitura proposta pela escola só se justifica se exibir um resultado que está além dela" (ZILBERMAN, 2002, p. 21-22, *apud* PINTO & LACERDA, p. 294), lembrando ainda que

> Em depoimentos de escritores sobre suas leituras de infância, verifica-se que sua atitude perante os livros não coincide com as expectativas da escola, e vice-versa: a escola não lhes oferece o modelo desejado de aproximação aos textos literários. (*Idem, ibidem*, p. 295)

IV

Citando Maria Cecília Cortez Christiano de Souza (1993, p. 356), que trata da trajetória de um escritor ilustre, Maria Leda Pinto e Léia Teixeira Lacerda destacam que uma possível forma de análise das "representações históricas sobre a leitura pode ter como base relatos de aprendizagem, autobiografias, onde aquele que se tornou escritor reconstrói sua trajetória de aprendiz de leitor". (SOUZA, *apud* PINTO & LA-

CERDA, 2014, p. 304)

Nessas autobiografias, seus autores colocam “em cena as diferentes maneiras de ler, de tratar o texto escrito, de instalar a relação entre o leitor e o texto”, de tal modo que “podem retratar tanto a experiência singular de solidão do leitor face ao texto, quanto a experiência da leitura como uma relação de troca e de convívio”. (*Idem, ibidem,* p. 304-305)

V

Concluindo, agradeço pelo prazer que os organizadores deste volume me concederam de poder fazer uma pré-leitura de sua produção, assim como ao professor Nataniel, que entrou em contato comigo a respeito dessa possibilidade.

Além dos quatro capítulos aqui citados, foram incluídos ainda, neste interessante volume, os seguintes capítulos, que vale a pena serem lidos: “Variação, aquisição e representação mental da gramática”, de Maria Cecília Mollica, Cynthia Patusco Gomes da Silva, Samara Moura e Thaís Lofeudo; “A tabatinga revisitada: a manutenção [de] um léxico de origem africana em Minas Gerais (MG – Brasil)”, de Margarida Maria Taddoni Petter; “Língua adicional, criolização e descriolização”, de Antonio Carlos Santana de Souza; “As orações interrogativas nas línguas indígenas brasileiras”, de Nataniel dos Santos Gomes; “Revendo ‘a análise de um valor’ (Leite et alii, 1991”, de Miguél Eugenio Almeida; “Aspectos semântico-lexicais do vocabulário de curandeiros radicados na fronteira de Aral Moreira – MS – um estudo sociolinguístico”, de Elza Sabina da Silva Bueno e Jefferson Machado Barbosa; “O ensino de inglês nas escolas públicas em Mato Grosso do Sul”, de Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros; e “Curso de letras de Nova Andradina – MS: construção da maturidade – (bacharelado e mestrado acadêmico e profissional de Campo Grande)”, de Marlon Leal Rodrigues.

Espero que todos os leitores e consulentes deste livro sintam o mesmo prazer que eu tive ao ler os excelentes trabalhos que o integram, tratando com segurança e simplicidade sobre a produção de texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Helena Nagamine. Estilo e gênero nos estudos do discurso. In: SOUZA, Antonio Carlos Santana de; PINTO, Maria Leda (Orgs.). *Produção de texto oral e escrito*: estudos e pesquisas da pós-graduação. Curitiba: Appris, 2014, p. 211-232.

FIGUEIREDO, Olívia. *Didáctica do português língua materna*: dos programas de ensino às teorias, das teorias às práticas. Porto: ASA, 2005.

FREITAS, Silvane Aparecida de. Reflexão sobre a linguagem ou aula de gramática? In: SOUZA, Antonio Carlos Santana de; PINTO, Maria Leda (Orgs.). *Produção de texto oral e escrito*: estudos e pesquisas da pós-graduação. Curitiba: Appris, 2014, p. 271-292.

LOPES, Ana Cristina Macário. O “conhecimento sobre a língua”: algumas reflexões. In: DIONÍSIO, Maria de Lourdes; CASTRO, Rui Vieira de. (Orgs.). O Português nas escolas ensaios sobre a língua e a literatura no ensino secundário. Lisboa: Almedina, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Trad.: Cecília P. Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

MELO NETO, João Cabral de. Tecendo a manhã. *Poesias Completas*: (1940-1965). 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 19.

MENDONÇA, Márcia. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um novo objeto. In: BUNZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia (Orgs.). *Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola, 2006.

MÓDOLO, Marcelo. As categorias de “foco”, “inclusão”, “quantidade”, “intensidade” e a gramaticalização dos pares conjuncionais correlativos. In: SOUZA, Antonio Carlos Santana de; PINTO, Maria Leda (Orgs.). *Produção de texto oral e escrito*: estudos e pesquisas da pós-graduação. Curitiba: Appris, 2014, p. 71-90.

PINTO, Maria Leda; LACERDA, Léia Teixeira. O “encantador de palavras” – a motivação sonora na poesia de Manoel de Barros: discurso e formação de leitores. In: SOUZA, Antonio Carlos Santana de; PINTO, Maria Leda (Orgs.). *Produção de texto oral e escrito*: estudos e pesquisas da pós-graduação. Curitiba: Appris, 2014, p. 293-308.

SOUZA, Antonio Carlos Santana de; PINTO, Maria Leda (Orgs.). *Produção de texto oral e escrito*: estudos e pesquisas da pós-graduação. Cu-

ritiba: Appris, 2014.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Joaquim Nabuco: a trajetória de um leitor. In: MONTEIRO, John Manuel; BLAJ, Ilana (Orgs.). *História & Utopias*. Textos apresentados no XVII Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 1996, p. 355-365.

VERNEY, Luís Antônio. *Verdadeiro método de estudar*: cartas sobre retórica e poética. Lisboa: Presença, 1991.

ZILBERMAN, Regina. Formação do leitor na história da leitura. In: PEREIRA, Vera Wannmacher et al. (Orgs.). *Aprendizado da leitura*: ciências e literatura no fio da história. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.